

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 723
5 de Novembro de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

7 de Novembro

• Saudação do CC do PCP ao CC do PCUS

«Evocando as gloriosas jornadas de Novembro de 1917 que, sob a direcção do Partido de Lénine, conduziram à primeira revolução socialista vitoriosa da História, o PCP saúda as grandes realizações e conquistas alcançadas pelo povo soviético na edificação da sociedade socialista, livre da exploração do homem pelo homem, firmemente orientada pelos ideais de igualdade e de justiça social, de progresso e de paz.»

(pag. 1/Semana)

• Mikhail Gorbatchov no discurso de abertura das comemorações:

«Em Outubro de 1917 saímos do mundo velho, recusando-o definitivamente, avançamos para um mundo novo, o mundo do comunismo. Jamais nos afastaremos deste caminho.»

(pag. 3/semana)

• Álvaro Cunhal em Moscovo

Encontra-se em Moscovo, à frente de uma delegação do Partido Comunista Português, o secretário-geral do PCP Da delegação às comemorações do 70.º aniversário da Revolução de Outubro fazem parte os camaradas José Vitoriano, da Comissão Política do CC, e Manuela Bernardino, da Secção Internacional.

(pág. 2/semana)

• As comemorações em Portugal

Muitas iniciativas, por todo o país, comemoram o 7 de Novembro. Promovidas pelas organizações do PCP ou por organismos e associações unitários, estas iniciativas - comícios, colóquios, espectáculos, convívios - têm registado ampla participação popular



Greve na CEL-CAT

Os trabalhadores da CEL-CAT têm marcada para hoje uma greve de 24 horas pelo desbloqueamento das negociações do acordo de empresa e aplicação imediata dos aumentos salariais já acordados de 11,5 por cento a partir de Outubro. Esta paralisação segue-se às de 29 de Outubro e 3 de Novembro, de 24 horas cada, que tiveram uma adesão de 100%. Tudo indica que, a manter-se a posição intransigente do patronato, a greve de hoje terá também uma boa adesão.

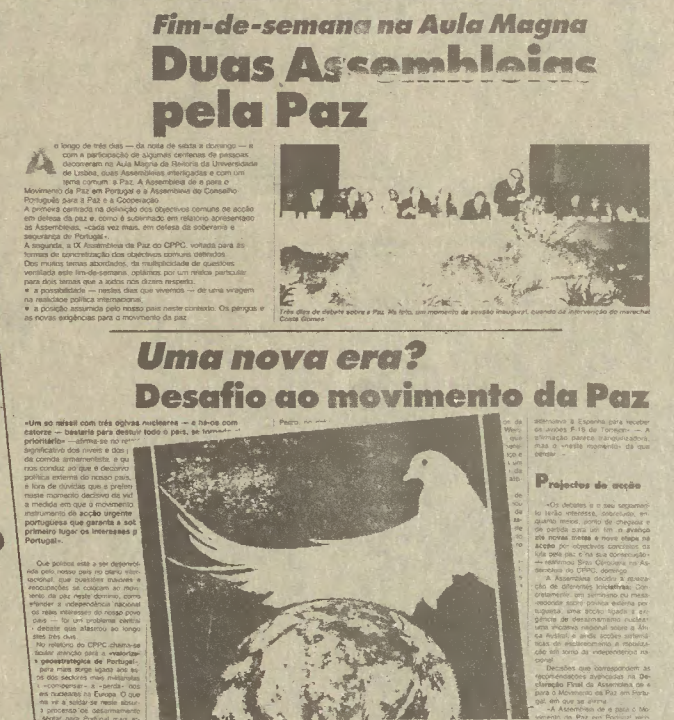
CGTP-IN no CPC: a necessidade de funcionamento do Conselho de Concertação não pode levá-lo a «invadir direitos mais amplos consagrados nas leis e na Constituição», afirma a CGTP.

Semana/págs. 6 e 7

Encontro de Quadros da ORL do PCP

«O Partido e o trabalho de massas na situação política actual» é o tema do encontro de quadros que a DORL do PCP leva a efeito no sábado e no domingo, na «Voz do Operário», com a participação de 1200 camaradas.

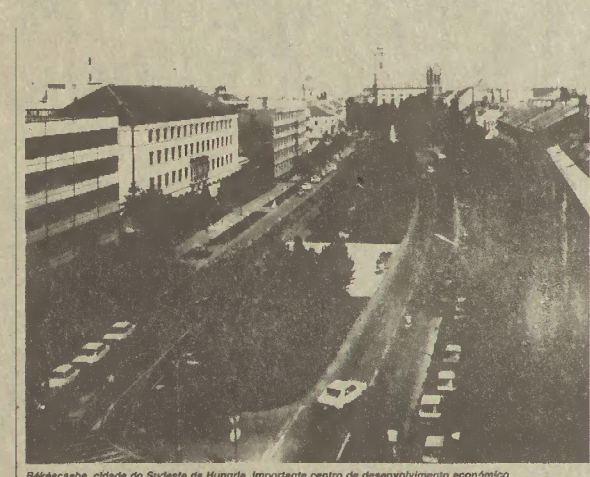
• Para discutir questões de organização realiza-se no domingo na **Covilhã** um encontro regional de quadros da Beira Interior.



■ Anabela Pinto

A Hungria na hora da Reforma (1)

É muito provável que o ano de 1987 vá ficar na história da Hungria como o ano das grandes decisões, mas poucos têm dúvidas que o período que medeia até 1990 será antes do mais o tempo da coragem, da lucidez, do sacrifício e da aposta no futuro. O futuro do socialismo, evidentemente, menos idílico do que aos homens é dado sonhar, mas mais sólido, mais forte, mais de acordo com as realidades do mundo de hoje. Explicamos-nos. Em 2 de Julho de 1987, o Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro (POSZ) aprovou um documento em que se faz a análise da grave situação económica do país e se definem as linhas gerais das medidas a tomar para sair da crise. Posteriormente, em 17 de Setembro, com base nessas directivas, o Conselho de Ministros apresentou na Assembleia Nacional um programa de trabalho que define as intenções e tarefas do governo, bem como os meios a utilizar para atingir os objectivos propostos. A primeira vista, os meios anunciados provocam perplexidade: redução do nível de vida, contenção dos salários e das despesas públicas, introdução do IVA, introdução de impostos sobre os rendimentos, encerramento dos sectores de produção não rentáveis, abertura ao capital estrangeiro, recidivagem de trabalhadores e mesmo, admitir-se, algum desemprego temporário, entre outras medidas.



que empresas rentáveis se desloquem, desde que se verifiquem boas condições de trabalho, de emprego e de salários. As medidas propostas são consideradas como um desafio ao movimento da Paz. Por outro lado, devido a uma situação em que o consumo é limitado e os investimentos caem, as medidas propostas são consideradas como um desafio ao movimento da Paz. Por outro lado, devido a uma situação em que o consumo é limitado e os investimentos caem, as medidas propostas são consideradas como um desafio ao movimento da Paz.

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 723

5 de Novembro de 1987

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

O PCP

e a Revolução Socialista de Outubro

A classe operária, os trabalhadores das mais diversas profissões, os homens e as mulheres de todos os países e de todas as condições sociais que aspiram ao progresso social e à Paz, os comunistas de todas as latitudes, estão neste fim-de-semana em festa: a Grande Revolução Socialista de Outubro faz 70 anos.

«Ao evocar as jornadas gloriosas de Novembro de 1917 e o seu profundo alcance e significado históricos o PCP presta homenagem ao heróico proletariado russo que, conduzido pelo Partido Bolchevique sob a direcção de Lênine, vibrou o primeiro grande golpe no sistema mundial do imperialismo, fundou o primeiro Estado de operários e camponeses, empreendeu a construção da sociedade mais humana, mais justa e mais progressista que até então a História conheceu» — diz-se no Documento do PCP de 28 de Outubro último.

De facto, os comunistas portugueses, os homens e as mulheres progressistas do nosso país têm amplas razões para saudarem com efusão o feito histórico dos operários e camponeses russos que há 70 anos iniciaram uma nova caminhada no combate milenário do Homem por uma sociedade sem miséria, sem fome e sem guerras, por uma sociedade florescente e fraterna liberta para sempre da desumana opressão e exploração de classes.

Irmanados e solidários com o admirável povo soviético, os comunistas e trabalhadores portugueses partilham do seu júbilo e estarão ao seu lado nas festivas celebrações do 70.º Aniversário da Revolução Socialista de Outubro.

Vivemos uma nova era de profundas transformações sociais à escala do planeta. A Revolução russa de 1917 foi o momento de viragem histórica que a fez nascer.

Portugal, pequeno país do extremo ocidental da Europa, na época detentor de um vasto império colonial, sofreu naturalmente o seu influxo.

A Grande Revolução de Outubro exerceu uma influência determinante na consciencialização do nosso movimento operário e popular, abriu novos horizontes à luta da classe operária portuguesa, contribuiu de maneira decisiva para a criação e o crescimento do nosso país do seu mais lúcido instrumento de classe — o Partido Comunista Português.

Os ideais de Marx e Lênine tinham na época penetrado apenas num reduzido núcleo do operariado português mais esclarecido, no seio de uma classe operária onde a ideologia pequeno-burguesa do anarquismo e do anarco-sindicalismo fortemente pontuava.

É sob o impulso da Revolução vitoriosa de Outubro de 1917 e menos de quatro anos após o seu triunfo, numa irresistível onda revolucionária que se alastra pelo mundo e ganha uma parte considerável do movimento operário internacional da época, que nasce o Partido Comunista Português.

No Portugal do começo dos anos 20, num país económica e culturalmente atrasado, opressor de povos e por sua vez dependente das potências do capital, saído de uma devastadora guerra imperialista alheia aos seus interesses nacionais onde nos longínquos campos de batalha da Flandres e da África Austral milhares de vidas jovens foram ceifadas, o peso da pequena e média burguesia comercial e agrária era dominante na estrutura social portuguesa da época.

Não é por isso de estranhar que no núcleo dos fundadores do PCP predominassem elementos pequeno-burgueses incapazes de lhe imprimirem desde os primeiros passos o timbre de classe da sua madre social.

Nos primeiros anos a classe operária não é ainda dominante nos órgãos de direcção do PCP, o Partido não é ainda capaz de dirigir de maneira consequente e activa a luta dos trabalhadores e de exercer uma influência decisiva no movimento operário português.

Os ensinamentos de Outubro não bastam por si sós para vencer debilidades congénitas e organizativas, para liquidar, com a rapidez que a situação nacional já sob a ameaça do fascismo exigia da classe operária portuguesa, a herança ideológica do anarquismo e do anarco-sindicalismo. O 28 de Maio encontra pela frente um partido débil, impotente para travar o passo de uma ditadura fascista que iria perdurar durante quase meio século até às radiosas madrugadas do 25 de Abril de 74.

Mas as lições de Outubro não se perderam nem podiam perder-se para o movimento revolucionário em Portugal. Lentamente mas de forma decisiva as mudanças vão-se operando na vida, na composição de classe e na acção do PCP.

Só em 1929, remetido já à situação de clandestinidade, o País sob o pulso de ferro de Salazar, o jovem PCP iria dar passos significativos na proletarianização dos seus órgãos dirigentes e na sua ligação às massas.

Com altos e baixos, sob o fogo da brutal repressão fascista, o PCP forjou-se na luta, tornou-se o grande Partido da classe operária portuguesa, guiou-se no seu trabalho revolucionário pelos superiores princípios do marxismo-leninismo que inspiraram e levaram à vitória a Grande Revolução Socialista de Outubro.

Os comunistas portugueses fizeram seus os grandes ideais de Outubro. Aplicando-os de maneira criadora à complexa realidade portuguesa tornaram-se uma força insubstituível nas transformações económicas, sociais e políticas do Portugal contemporâneo.

Na dura luta da classe operária e do povo português contra a brutal ditadura terrorista de Salazar e Caetano os sucessos e a solidariedade do País de Outubro foram de primordial importância para a resistência dos comunistas portugueses no seu difícil combate pela Liberdade, pela Democracia, pelo futuro socialista de Portugal.

de, pela Democracia, pelo futuro socialista de Portugal.

O nosso Partido cresceu e temperou-se pela sua própria acção e as suas próprias forças nesse difícil combate de quase meio século mas durante a longa noite do fascismo em Portugal cada vitória, cada êxito, cada avanço do País dos Sovietes fazia aproximar a hora da libertação do nosso povo. Era uma verdade ontem e continua a sê-lo hoje nas condições de um processo universal que avança e se tornou irreversível.

Afirmou num recente discurso Álvaro Cunhal ser «uma verdade histórica que a Revolução de Outubro com as suas repercussões, a construção do socialismo em numerosos países e o movimento comunista internacional, tiveram neste processo um papel determinante. No nosso entender, dos comunistas portugueses, continua a tê-lo».

Num processo irregular, por vezes retardado por factores contraditórios na construção do socialismo, a linha ascendente de desenvolvimento do Estado Soviético nascido com a Revolução de Outubro, as suas grandes conquistas em todos os domínios da vida, o seu decisivo peso na manutenção da Paz no mundo e no avanço da humanidade para um novo estágio superior, é o traço característico dos 70 anos da História exaltante dos povos da URSS.

A vitória sobre o nazifascismo na 2.ª Guerra Mundial que abalou por reflexo os alicerces do regime fascista em Portugal foi principalmente amassada nos indizíveis sacrifícios e sofrimentos do heróico povo soviético, no sangue dos seus mais de 21 milhões de mortos, nas bárbaras devastações das suas cidades, campos e aldeias.

Quando nas grandiosas manifestações do Dia da Vitória em Portugal os manifestantes ergulam, ao lado das bandeiras dos aliados um simbólico pau sem bandeira (a bandeira da URSS havia sido ferozmente proibida pelos esbirros salazaristas) era a homenagem e a profunda gratidão do povo português à Pátria de Lênine e do Grande Outubro o que pretendiam significar.

Hoje, ao passar o 70.º Aniversário da Revolução russa de 1917 uma nova batalha pelo aprofundamento do Socialismo, pela superação de dificuldades e erros acumulados no processo da edificação do Socialismo e do Comunismo, mobiliza o grande povo soviético e o seu glorioso Partido Leninista — o PCUS — uma batalha que os comunistas, os trabalhadores e todos os portugueses progressistas e amigos do Socialismo seguem com empenhado interesse e esperam ver triunfar.

Nas celebrações do 70.º Aniversário da Grande Revolução de Outubro assumirão certamente um papel de grande relevo para a defesa da Paz mundial as importantes e corajosas propostas ao governo dos Estados Unidos para a redução e a

eliminação das armas nucleares e para o desarmamento, ultimamente feitas pelo governo soviético que acabam de ser coroadas de êxito pela marcação ainda este ano da «cimeira» Gorbachov/Reagan.

Portugal, amarrado ao carro de guerra da NATO, não pode deixar de saudar uma iniciativa que se integra no espírito do «Decreto leninista da Paz» logo ao dia seguinte da vitória da Revolução de Outubro há 70 anos.

Os inimigos do PCP, os agentes da diversão anticomunista em Portugal, os «comunitólogos» encartados ao serviço do capitalismo, carregadíssimos de «sabadoria», esforçam-se por propalar «judiciosas» sentenças acerca da «submissão» do PCP ao Partido Comunista da União Soviética, do «totalitarismo», do imobilismo político e ideológico dos comunistas portugueses «enfreados»: à União Soviética, de «rançosa» lealdade ao marxismo-leninismo que eles consideram ultrapassado.

Relativamente à política de transparência e de reestruturação (perestroika) actualmente em curso na União Soviética sob a direcção de Gorbachov taxam-na de regresso ao capitalismo, falam-na na sua interpretação (que desejam) de «falência» do Socialismo.

Tal gente nada compreende nem pretende compreender do carácter e da acção do PCP, nada entende da natureza dos profundos laços de amizade e de solidariedade internacionalista que ligam os comunistas portugueses e soviéticos e de outros países, independentemente das suas diferenças de opinião, da sua independência política no seio do movimento comunista internacional.

A prática de um Partido como o PCP para quem o marxismo-leninismo não é uma cartilha mas um guia para a acção, de um Partido atento às realidades e às mudanças de situação, aberto às novas exigências que tais mudanças, por vezes bruscas, colocam ao nosso movimento operário popular e que determinam novas formas de luta e uma visão actualizada dos acontecimentos, gente que nada percebe do carácter e do significado das mudanças actualmente em curso na União Soviética.

Neste mesmo momento 150 partidos e organizações de todo o mundo (comunistas, socialistas, sociais-democratas, trabalhistas, organizações democráticas-revolucionárias) entre eles o PCP, estão reunidos em Moscovo, debatem os problemas do mundo actual, dialogam na definição de interesses e objectivos comuns.

É uma iniciativa que dá um relevo particular às celebrações do 70.º Aniversário da Revolução Socialista de Outubro. Daqui as saudamos com alegria e confiança.

Resumo

28
Quarta-feira

Função Pública recusa aumento salarial de 6% e prevê uma inflação de 9% em 1988 ■ Cerca de 2200 toneladas de produtos para auxílio de emergência a Moçambique chegam a Maputo, levados pelo navio português São Miguel ■ A União dos Sindicatos do Porto reivindica a semana máxima de 40 horas para os cerca de 70 mil trabalhadores de 12 sectores de mais de 90% das principais empresas do distrito do Porto ■ A direcção do Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul e Região Autónoma dos Açores afirma que Portugal tem apenas um terço dos enfermeiros de que necessita ■ Hector Oqueli, membro da Frente de Libertação Farabundi Martí, revela que a FMLN e a Frente Democrática Revolucionária estão dispostas a prosseguir o diálogo com o governo de El Salvador ■ O Conselho de Segurança da ONU inicia uma análise a situação da Namíbia, a pedido dos países africanos.

29
Quinta-feira



CGTP-IN decide ocupar lugar no CPDS

A CGTP-IN decide fazer parte do Conselho Permanente da Concertação Social ■ O Governo português anuncia a suspensão da cooperação com a Guiné-Bissau, devido à retenção em Bissau de seis pescadores portugueses ■ A greve de 24 horas da CEL-CAT regista adesão de 100% ■ Mário Soares visita minas de pirites no Baixo Alentejo ■ O Parlamento Europeu aprova emenda que põe em perigo a produção do vinho do Porto exclusivamente em Portugal ■ O Secretariado de Comissão Conciliadora da Covilhã do PCP denuncia ilegalidades cometidas na Câmara ■ O porta-voz do ministério soviético dos Negócios Estrangeiros declara que a cimeira entre Reagan e Gorbachov se poderá realizar ainda este ano ■ Gu Mu, membro do Conselho de Estado chinês, anuncia que Zhao Ziyang manter-se-á na chefia do governo até Março do próximo ano ■ O dólar americano antige cotações aos níveis de 1980.

30
Sexta-feira

O governo da Guiné-Bissau decide, em Conselho de Ministros, não tomar posição oficial no caso de apresamento dos seis navios pesqueiros portugueses ■ O Ministro das Finanças afirma que «o Governo não ad-

ministra nem raciona mercados, apenas faz racionalizações» ■ Segundo a Confederação das PME's as falências em série, que se estão a verificar actualmente, ameaçam pequenas e médias empresas ■ O Governo quer impor às Empresas Públicas aumentos salariais de apenas 6%, denuncia a CGTP-IN ■ Reagan anuncia que o encontro com Gorbachov foi marcado para 7 de Dezembro, em Washington ■ O Primeiro-Ministro japonês apela aos EUA para reduzirem défices orçamental e comercial ■ A RFA apoia adesão de Angola ao Fundo Monetário Internacional.

31
Sábado

Segundo o Presidente da República, o Governo saiu beneficiado com a visita do PR ao Alentejo ■ O Tribunal Regional de Bissau condena os capitães dos seis pesqueiros portugueses a multas ■ O líder do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, afirma que o seu partido vai apresentar «um projecto de revisão constitucional de réplica aos projectos de ruptura com os ideais de Abril» ■ Paris, Roma e Londres congratulam-se com o anúncio da cimeira entre Ronald Reagan e Mikhail Gorbachov ■ Os líderes da oposição da Coreia do Sul iniciam a campanha eleitoral para as presidenciais ■ O primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros soviético preconiza força naval da ONU para evitar a extensão da guerra Irão-Iraque a outros países.

1
Domingo

O Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, parte para Moscovo, a fim de participar nas comemorações do 70.º Aniversário da Revolução de Outubro, no dia 7 de Novembro ■ Termina Assembleia da Paz do Conselho Português para a Paz e a



Movimento da Paz condena corrida armamentista

Cooperação, com a condenação do envolvimento de Portugal na corrida armamentista ■ O secretário-geral da JS acusa a direcção socialista de «apoiar insuficientemente» a organização da juventude do partido ■ O PSD da Madeira quer maior autonomia ■ Encerra o XIII Congresso do PC da China, com a saída de Deng Xiaoping do Comité Central ■ Dezenas de milhares de pessoas desfilam em Madrid, protestando contra o acordo de defesa bilateral com os EUA ■ O governo da RFA planeia reduzir o número de imigrantes no país ■ Uma fragata de guerra dos EUA abre fogo contra uma vedeta iraniana no Golfo.

2
Segunda-feira

O Primeiro-Ministro português, Cavaço Silva, ameaça restringir o «diálogo social» às «partes sindicais e patronais» que continuem a apoiar o Governo, caso o Conselho de Concertação Social se mostre capaz de «adoptar uma atitude menos construtiva» ■ USP/CGTP-IN anuncia o desencadear de uma série de acções, tendo em vista a defesa dos postos de trabalho e a liquidação dos salários em atraso ■ Mário Soares visita, pela primeira vez na sua estadia no Alentejo, uma cooperativa, a do Ci-borro ■ A ministra da Saúde, Leonor Beleza, defende a revisão do sistema hospitalar ■ Inicia-se as comemorações do 70.º aniversário da Revolução de Outubro em Moscovo,



Praça Vermelha decorada para as comemorações do 70.º aniversário da Revolução de Outubro

com um discurso de Gorbachov, no qual define «Perestroika» como um processo de «renovação revolucionária da sociedade», em que se dá prioridade aos trabalhadores ■ Palestínios efectuem greves de protesto e manifestações na margem ocidental do Jordão e na Faixa de Gaza, assinalando o 70.º aniversário da Declaração de Balfour ■ Zhao Ziyang é eleito secretário-geral do Partido Comunista da China ■ O líder líbio Muammar Khadafi afirma que não participará na cimeira árabe de Amã.

3
Terça-feira

Os 850 trabalhadores da CEL-CAT efectuem paralisação total de 24 horas ■ Milhares de pessoas protestam contra a redução do número de caruagens e a alteração dos horários, bloqueando a linha do caminho-de-ferro em Santa Iria da Azóia ■ Três centenas e meia de trabalhadores provocam corte na linha ferroviária de Troia, como forma de reclamar o pagamento de salários em atraso

■ O líder parlamentar e dirigente do PRD, Hermínio Martinho, acusa o Governo de ter dado demasiada importância ao recente incidente ocorrido entre as autoridades portuguesas e guineenses ■ O Ministério dos Negócios Estrangeiros considera «desbloqueada» a situação dos pesqueiros portugueses ■ O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Vitor Martins, defende a prorrogação do período de transição para o sector agrícola português no interior da CEE ■ O MURPI reclama pensão mínima de 17 contos ■ A SWAPO desmente notícias da África do Sul sobre ataque ao sul de Angola ■ A Comissão dos Direitos do Homem e dos Povos da ONU reúne-se em Adis-Ababa.

Avante!

Proibido de todos os países UNIVOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
COD. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa
COD. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa
DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 25/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova
7700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda SL.º António dos Capuchos, 6-8 - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heskia Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

Nas comemorações do 70.º aniversário da Revolução de Outubro Saudação do CC do PCP ao CC do PCUS

A delegação do PCP que se deslocou a Moscovo a fim de participar nas comemorações do 70.º aniversário da Revolução de Outubro — dirigida pelo secretário-geral, camarada Álvaro Cunhal, é integrada pelo camarada José Vitoriano, da Comissão Política do CC, e pela camarada Manuela Bernardino, da Secção Internacional —, levou uma saudação do Comité Central do Partido Comunista Português para o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética. Publicamos na íntegra o texto dessa saudação

Queridos Camaradas,

Em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimentos da classe operária, dos trabalhadores, de todos os homens e mulheres progressistas e amantes da paz de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, a todos os comunistas e ao povo soviético as mais calorosas e fraternais saudações por ocasião do 70.º Aniversário da Revolução de Outubro.

Evocando as gloriosas jornadas de Novembro de 1917 que, sob a direcção do Partido de Lénine, conduziram à primeira revolução socialista vitoriosa da História, o PCP saúda as grandes realizações e conquistas alcançadas pelo povo soviético na edificação da sociedade socialista, livre da exploração do homem pelo homem, firmemente orientada pelos ideais de igualdade e de justiça social, de progresso e de paz.

Ao longo de 70 anos, desbravando o caminho desconhecido da edificação da nova sociedade, o povo soviético foi simultaneamente forçado a consentir colossais sacrifícios para defender a sua pátria socialista e as suas conquistas revolucionárias. Neste processo ficou inequivocamente demonstrada a superioridade do socialismo como sistema e a sua capacidade para realizar as aspirações de progresso material e espiritual dos trabalhadores. Desejamo-vos os maiores sucessos no processo de reestruturação em curso visando a aceleração do desenvolvimento económico e social, o aprofundamento da democracia, o reforço e aperfeiçoamento do socialismo. A concretização dos

objectivos colocados pelo XXVII Congresso do PCUS e pelo Programa do PCUS, constituirá sem dúvida uma nova e extraordinária contribuição do País dos Soviéticos para a causa libertadora dos trabalhadores e povos do mundo inteiro.

Nos 70 anos decorridos sobre a Revolução de Outubro produziram-se no mundo profundas transformações revolucionárias. O movimento comunista e operário fortaleceu-se e alargou a sua influência a todos os continentes. Sobre as ruínas dos impérios coloniais, surgiu quase uma centena de novos Estados independentes, muitos dos quais escolheram a via do socialismo. Os trabalhadores conquistaram o poder em novos países e o campo socialista tornou-se factor determinante do desenvolvimento mundial. A crise do capitalismo aprofundou-se e restringiu-se espectacularmente a esfera de influência do imperialismo.

Estas transformações revolucionárias são inseparáveis da Grande Revolução Socialista de Outubro, da defesa e consolidação do poder soviético, da derrota imposta ao nazifascismo com a contribuição determinante do Exército Vermelho, das realizações do socialismo triunfante na URSS, da activa política de paz e solidariedade internacionalista do PCUS e do Estado soviético. São transformações que, num período histórico muito curto, modificaram radicalmente o mapa político do mundo apontando inequivocamente, sejam quais forem as inevitáveis irregularidades e dificuldades do processo revolucionário, para o futuro socialista e comunista de toda a humanidade.

Resistindo tenazmente a esta evolução inelutável, o

imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, pratica uma política de revanche social e hegemonia planetária que encerra graves perigos para a paz mundial e a própria existência da humanidade. A luta para conjurar um tal perigo assume, no momento presente, uma importância capital.

Nas condições concretas de Portugal, o PCP fará tudo o que estiver ao seu alcance para que se desenvolva ainda mais o amplo movimento unitário pela paz e o desarmamento existente no nosso país, para que Portugal se liberte da submissão ao imperialismo e realize no plano externo uma política de independência, paz, amizade e cooperação com todos os povos. O PCP valoriza altamente as propostas e iniciativas de paz da URSS e dos países socialistas, particularmente as que visam libertar o mundo das armas nucleares e outras armas de destruição massiva, impedir a militarização do cosmos, criar um sistema eficaz de

segurança internacional. A perspectiva de assinatura a curto prazo de um acordo entre os EUA e a URSS visando o desmantelamento dos mísseis nucleares de médio e curto alcance, a concretizar-se, constituirá um acontecimento do maior alcance e significado para a defesa da paz. O PCP contribuirá activamente para a realização de um tal objectivo.

O PCP prosseguirá a sua acção solidária com todos os povos que lutam pela liberdade, a independência, o progresso social e o socialismo, em particular para com os que fazem corajosamente frente às ingerências e agressões militares directas do imperialismo.

O PCP continuará a agir para que se fortaleça a aliança de todas as forças do progresso social e da paz e, em primeiro lugar, pelo estreitamento dos laços de amizade, cooperação e solidariedade entre os partidos comunistas e operários, pelo fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional.

A Revolução portuguesa insere-se no processo universal de libertação dos trabalhadores e dos povos. O resultado da dura e difícil luta que hoje travamos contra as tentativas de restauração do poder dos monopólios e pela salvaguarda do regime democrático e das conquistas da Revolução de 25 de Abril, dependerá essencialmente da acção dos comunistas, da classe operária e do povo português. Ao mesmo tempo, a solidariedade internacionalista, os sucessos das lutas revolucionárias de outros povos e, em particular, o avanço na edificação socialista na URSS e demais países socialistas constituem um incentivo poderoso para a nossa própria luta.

Este um motivo mais para desejarmos que o trabalho revolucionário, pacífico e criador em que o PCUS e o povo soviético se encontram empenhados, seja coroado de pleno sucesso. O fortalecimento do socialismo na URSS é do interesse não apenas do povo soviético,

mas da classe operária internacional, do movimento revolucionário mundial, das forças progressistas e amantes da paz do mundo inteiro.

Queridos Camaradas,

Entre o PCP e o PCUS, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, forjaram-se sólidos laços de amizade, cooperação e solidariedade, elevada expressão da amizade entre os nossos dois povos. Aproveitamos esta ocasião para expressar a nossa vontade de estreitar sempre mais estes laços, no interesse da unidade do movimento comunista internacional e dos ideais comuns do socialismo e da paz.

Viva o 70.º Aniversário da Revolução de Outubro!

Viva a amizade, a cooperação e a solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da União Soviética!

Viva o internacionalismo proletário!

Novembro 1987

O Comité Central do Partido Comunista Português

A delegação do PCP



A convite do PCUS, para participar nas celebrações do 70.º aniversário da Revolução de Outubro, encontra-se na União Soviética desde o passado domingo uma delegação do PCP dirigida pelo seu secretário-geral, camarada Álvaro Cunhal, e da qual fazem também parte os camaradas José Vitoriano, membro da Comissão Política, e Manuela Bernardino, da Secção Internacional.

À partida da delegação, no Aeroporto da Portela, Álvaro Cunhal prestou uma breve declaração para os jornalistas salientando que se trata de «um grande aniversário» não apenas «pelo acto revolucionário que comemora», como pela «construção da nova sociedade que resultou desse acto revolucionário».

As «repercussões mundiais» que resultaram da Revolução de Outubro e que se traduziram «num avanço do processo revolucionário mundial», foram também salientadas pelo dirigente comunista que recordou a propósito o «proposito libertador com novas revoluções socialistas libertadoras de povos submetidos a secular jugo colonial, as numerosas revoluções democráticas e nacionais e ainda a expansão a todo o mundo dos ideais comunistas».

Exprimindo a sua convicção de que «todos estes aspectos estarão presentes nas comemorações da Revolução de Outubro», Álvaro Cunhal chamou ainda a atenção no Aeroporto de Lisboa — onde apresentou cumprimentos de despedida o embaixador da URSS em Portugal — para a reestruturação em curso na União Soviética tendente a produzir «novos avanços no socialismo» e para a «luta pela paz na qual a URSS dá uma contribuição determinante».

Não existe!

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas nasceu há 70 anos, ocupa 1/6 das terras emersas do planeta, tem mais de 270 milhões de habitantes, é uma das grandes potências mundiais e, contudo, ainda há quem manifeste enormes dificuldades em vê-la.

Uns fazem lembrar o professor de geografia que tive na meninice, cujo me respondeu, frente ao mapa onde eu lhe apontara interrogativamente a sigla URSS, que «não sei, não quero saber e tenho raiva a quem sabe» o que queria dizer aquilo. Morreu poucos anos depois, não sei se por tranquila ignorância ou devido a um acesso de raiva inadvertidamente provocado por alguém que lhe passou a informação. De qualquer modo ficou-me na memória como um professor incompleto — de Geografia sabia apenas até aos 5/6.

Outros vão mais longe, porque andar tão perto da ignorância já fica mal, nos tempos que correm. E conhecem tanta geografia que se esforçam por simplificar a tal sexta parte que constitui o território da União Soviética: chamam-lhe Rússia ou, simplesmente, Sibéria, que é ainda a maneira mais simples de congelar o problema.

Isto no que toca aos ceguinhos de todo — felizmente uma minoria, como o provam as estatísticas. Hoje em dia, no vigoroso mundo ocidental, impera o olho vivo e o pé democrático. Em Portugal recém-europeu floresce, mesmo, uma espécie particular e bem nacional — os de olho. Pois todas estas águias — 70 anos após a Grande Revolução de Outubro, que criou o primeiro Estado socialista do mundo — não hesitam em reconhecer a arrumação geopolítica do planeta, abordando mesmo o tema com desembaraço.

É sem dificuldade que falam da URSS, do Bolshoi ou dos cosmonautas soviéticos, não hesitam em gostar do som das balalaikas ou de ouvir os coros do Exército Vermelho, visitam o País e até trazem para casa matrioscas e vodka verdadeiro, que orgulhosamente oferecem às visitas com laranja local. Depois trocam a perna, recostam-se no sofá e dizem aos amigos, com a modesta displicência dum desbravador das estepes: «pois aquilo é tudo muito limpinho, não há fome, a escola é gratuita, a assistência médica e essas coisas assim, mas o problema são as liberdades...»

Ou as bichas. Ou a torneira do hotel que não funcionava. Ou o funcionário aduaneiro que olhava de trombas. Ou o avião que tinha os bancos muito chegados. Ou qualquer outra coisa que parece normal na nossa terra mas que na União Soviética tem um significado do arco da velha.

Vai daí põem-se à escrita, agarram-se aos microfones, sobem às tribunas, entram nas Redacções e desatam a comentar, analisar, questionar, avaliar, criticar — em suma, a «informar» a opinião pública acerca do que se passa nesse País descomunal e teimosamente intrigante. Tão intrigante, que não há meio de ficar quieto dentro de uma definição objectiva.

Primeiro era um antro de bárbaros que matavam os velhos com um tiro atrás da orelha e colectivizaram as mulheres, afinal não era nada disso, e provaram-no ainda por cima dando igualdade de direitos às mulheres, protegendo e respeitando os velhos e etc., etc.

Passou então a ser um mundo nebuloso, onde a ocupação central dos cidadãos era enviar os outros cidadãos para a Sibéria. Também não pegou, porque às tantas os soviéticos, que já deviam estar todos na Sibéria a guardar-se uns aos outros, desataram a enviar homens para... o espaço. Perante isto tornou-se ridículo insistir no «atraso medieval» da URSS, que passou a ser um País altamente desenvolvido, mas onde as liberdades e os direitos humanos andavam pelas ruas da amargura.

E ficou-se nisto uns confortáveis anitos, com regulares «lamentações democráticas» pela falta de abertura soviética e por aí fora. A coisa parecia ter sossegado, o quadro estava perfeito, mas eis que, de repente, fica tudo outra vez de pernas para o ar: sem dizer água vai, o grande País dos soviets entra num processo de reestruturação e de transparência que deixou os olhos vivos lá de fora e os de olho cá do burgo absolutamente descalços no seu afã de «soviétólogos» encartados.

Se calhar o professor de Geografia é que tinha razão: aquilo não existe, e pronto!

■ H. C.

As comemorações no Porto

As comemorações do 70.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro promovidas pela DORP do PCP na cidade do Porto decorrerão, nos dias 7 e 8 de Novembro (no próximo fim-de-semana), na nave central do Palácio de Cristal, devidamente adaptada ao programa de iniciativas.

«Através de um diversificado programa político-cultural, as comemorações no Porto do 70.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro, pelos momentos de debate e reflexão que proporcionarão, testemunham como os comunistas portugueses, ao assinalar os acontecimentos de 1917 — que marcaram o início da mais profunda viragem da História Universal — o fazem procurando abranger a experiência internacional da construção do socialismo, a sua resposta a problemas candentes da época contemporânea, e às questões complexas da luta actual dos trabalhadores e dos povos contra o imperialismo, pela paz, pela democracia, pelo progresso social e pelo socialismo» refere a DORP no comunicado distribuído numa conferência de imprensa que se realizou no passado dia 28 de Outubro.

No quadro dinâmico e de profundas transformações que caracterizam a Humanidade, no limiar do ano 2000, comemorar esta data é, afirma a DORP, «assinalar a "novidade", maior do nosso século — a instauração do primeiro Estado de operários e camponeses que põe fim ao capitalismo e, com ele, à exploração do homem pelo homem,

uma novidade viva e dinâmica já para um terço da Humanidade e uma esperança segura para a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.»

Assim, estarão patentes, no Palácio de Cristal, durante dois dias, duas importantes exposições de carácter documental. Uma sobre o tema «1917-1987: principais passos, da Revolução Bolchevista, o avanço do processo revolucionário nos últimos 70 anos, a repercussão da Revolução de Outubro em Portugal, a luta pelos ideais da democracia e do socialismo em Portugal». A segunda exposição, de origem soviética, é dedicada aos «Avanços Científicos na Conquista e Exploração Pacífica do Cosmos», e conta com o atractivo especial da exibição de um modelo em tamanho natural do primeiro satélite artificial da Terra — o Sputnik.

A partir das 15 horas de sábado, dia 7, funcionarão dois auditórios, um deles ocupado durante dois dias com um «Ciclo de Cinema Soviético» e outro com várias iniciativas culturais tais como «Momento de Poesia», «Cantos da Revolução» e a «Canção na Revolução Portuguesa».

No domingo, o destaque vai para a actuação de um impor-



tante conjunto soviético, que integra trinta figuras, o Grupo Estatal de Danças e Cantares do Azerbaijão. Estão também previstos uma intervenção política, um novo momento de poesia e a audição do trabalho «A Revolução na Música».

Realizar-se-ão dois importantes debates, um no sábado à tarde, subordinado ao tema «1985-1987 a Ofensiva do Socialismo pela Paz no Mundo — O Ponto da Situação», o outro no domingo de tarde, com a participação de Igor Guriev, vice-director do Instituto Científico de Economia Mundial e das relações internacionais da URSS, que terá por tema «A URSS hoje — a reestruturação e o aprofundamento da democracia».

Integrarão ainda esta iniciativa o painel artístico «1917-1987» produzido por um conjunto de artistas plásticos do Porto, uma exposição-venda do Livro e do Disco, havendo também a registar a presença das Associações de Amizade de Portugal-URSS, RDA e Angola, com stands próprios.

Um programa de iniciativas que, como salienta a DORP, tem também o sentido de aprofundar a compreensão do que liga a luta do nosso País — a sua tarefa central imediata de defesa das conquistas democráticas e populares do 25 de Abril, o seu objectivo ulterior de construção do socialismo em Portugal — à causa libertadora dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo».

Conferências

Igor Guriev, Vice-Director do Instituto Científico de Economia Mundial e das Relações Internacionais da URSS e professor catedrático, dá hoje uma conferência em Aveiro, no Salão Cultural da Câmara Municipal, às 21.30; amanhã estará em Braga, na «Casa dos Crivos», às 21.30; dia 7, em Viana do Castelo, no Salão dos Bombeiros Voluntários, às 21.00; dia 8, no Porto no Palácio de Cristal, às 14.00 e no dia 9, no Barreiro, no Auditório da Biblioteca Municipal, às 21.00.



DIAS DA URSS EM PORTUGAL/87
COM A PARTICIPAÇÃO DA R.S.S. DO AZERBAIDJÃO

CONJUNTO ESTATAL DE DANÇAS DO AZERBAIDJÃO
PAVILHÃO CARLOS LOPES
Parque Eduardo VII
7 Novembro • 21 Horas
Sessão solene comemorativa dos 70 anos da Revolução de Outubro

1917/1987 70 ANOS DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

PAZ • AMIZADE • COOPERAÇÃO
ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-URSS

BILHETES À VENDA NA SEDE NACIONAL (R. S. Caetano, 30) e nos Conselhos Locais.

Semana do cinema soviético

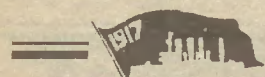
De 11 a 18 de Novembro realiza-se, no Cinema Quarteto, a Semana de Cinema Soviético, promovida pela Associação Portugal-URSS.

Os filmes para exibição são: «Pombo Selvagem», de Serguei Soloviev; «Montanhas Azuis», de Eldar Chenguelia; «O Canhoto», de Serguei Ovcharov; «Cartas de Um Homem Morto», de Konstantine Lopushanski; «A Ruptura», de Dimitri Svétovarov; «Perdoa-me», de Ernest Yasan; «Fouetté», de Vladimir Vasiliev; «Jogos Para Crianças Em Idade Escolar», de Leida Lajus e Arvo Iho; «Sol Branco No Deserto», de Vladimir Motil e «O Comunista», de Yuri Raizman.



Retrospectiva de Mikhalkov

Decorre de 3 a 10 de Novembro, no Cinema Quarteto, uma retrospectiva do realizador Nikita Mikhalkov, por iniciativa da Associação Portugal-URSS e do Festival Internacional de Cinema de Tróia. Serão mostrados os filmes: «Sem Testemunhas»; «A Parente»; «Peça Incompleta Para Piano Mecânico»; «5 Noites»; «Amigo Para Os Inimigos, Inimigo Para os Amigos» e «Olhos Negros».



Outubro, a Revolução continua

Discurso de Gorbatchov no 70.º aniversário

«O aniversário é a hora de recordar, de recordar os milhões de pessoas, cada uma das quais deu o seu contributo às nossas comuns conquistas socialistas.

«De recordar os que fundiram o aço, os que semearam o trigo, os que educaram as crianças, os que deram um impulso à ciência e à técnica, os que subiram aos pináculos da arte. De recordar com dor os que, na defesa da pátria, tombaram na luta e, com a dádiva da sua vida, tornaram possível a marcha da sociedade para a frente.

«É indelével a memória do que se sofreu, do que se viveu, pois foi tudo isso que criou o dia de hoje.

«O aniversário é a hora de reflectir. De reflectir sobre o modo desigual e difícil como as nossas obras e destinos decorreram. Houve de tudo: o heróico e o trágico, grandes vitórias e amargos reveses».

Palavras de Gorbatchov, extraídas do discurso pronunciado na sessão solene de dia 2, que abriu as comemorações do 70.º aniversário da Grande Revolução de Outubro, em Moscovo.

Palavras que só por si reflectem o profundo humanismo que enforma a realidade socialista e simultaneamente o esforço de abarcar o que de positivo e negativo houve na árdua construção da sociedade socialista.

Mas nem só de avaliação do passado se trata. Também do importante momento presente. E das perspectivas de futuro.

Num discurso significativamente intitulado — «Outubro e Reorganização: A Revolução Continua», são fundamentalmente abordados três grandes temas: o caminho de pioneiros, encetado com a Revolução de Outubro; a realidade da «Perestroika», hoje — o socialismo em desenvolvimento; e ainda um panorama do mundo actual.

Da imensa riqueza de análise, de questões, de ideias inseridas no discurso de Gorbatchov, retirámos alguns extractos. O que é inevitavelmente empobrecedor. Mas com que se tenta ainda assim reflectir algo do que de essencial foi dito.

Pioneiros

Ao avaliar através do prisma histórico e mundial o caminho percorrido, convencemo-nos uma vez mais de que outros precisaram de séculos para fazer o que nós fizemos num curto lapso de tempo.

A revolução socialista consumou-se num país com um nível médio de desenvolvimento do capitalismo, com uma elevada concentração da indústria, com o predomínio da população camponesa, com profundas sobrevivências do feudalismo e mesmo de formações sociais pré-feudais.

riantes óptimas da edificação socialista, como do ponto de vista das realizações na criação dos alicerces da nova sociedade.

Eram anos de trabalho tenaz, à beira dos limites das capacidades humanas, no contexto de uma luta exacerbada e multiforme. A industrialização, a colectivização, a revolução cultural, o fortalecimento do Estado multinacional, a consolidação das posições internacionais da URSS, as novas formas de gestão da economia e da vida social.

Stáline

Os métodos impostos pelo período de luta contra a resis-

as posições da verdade histórica, temos que ver tanto o contributo indiscutível de Stáline na luta pelo socialismo, em defesa das suas conquistas, como também erros políticos crassos e arbitrariedades cometidas por ele e pelos que o rodeavam.

«Perestroika»

A reorganização não visa apenas liquidar a estagnação e o conservantismo do período precedente e corrigir os erros cometidos, mas procura também superar os traços antiquados e caducos da organização social e dos métodos de trabalho.

A «Perestroika» visa conferir ao socialismo formas mais



A Rússia contribuiu para o património mundial com grandes êxitos científicos e culturais, mas três quartos da sua população eram analfabetos. O país foi arruinado pela guerra imperialista e pela incúria governamental.

A construção da nova vida não tinha modelos, pressupunha uma incansável busca de soluções construtivas. Para o partido dos comunistas, a meta era clara: a revolução e a via do socialismo, o poder dos soviets. Lênine conduziu o Partido por essa via.

Os anos 20 e 30

Ao período que se seguiu a Lênine — os anos 20 e 30 — cabe um lugar especial na história do Estado soviético. Em apenas 15 anos foram concretizadas transformações sociais radicais. Nesses anos muito foi feito, tanto do ponto de vista da procura das va-

tência hostil das classes exploradoras foram mecanicamente transplantados para o período de construção socialista pacífica, quando as condições já tinham mudado de modo radical. Estava-se a criar um clima de intolerância, inimizade e suspeita. (...)

É absolutamente evidente que a falta de um nível adequado de democratização da sociedade soviética tornou possível tanto o culto da personalidade como as transgressões da legalidade, as arbitrariedades e repressões da década de 30. (...) Foi seriamente prejudicada a causa do socialismo e o prestígio do Partido. E devemos constatarlo sem equívocos. Isto é necessário para afirmar definitivamente e irrevogavelmente o ideal leninista do socialismo.

Actualmente travam-se muitas controvérsias relativamente ao papel de Stáline na nossa história. Defendendo

modernas que correspondam às condições e às exigências da revolução técnico-científica, ao progresso intelectual da sociedade soviética.

É um processo mais ou menos prolongado que visa a renovação revolucionária da sociedade e tem a sua própria lógica e etapas. (...)

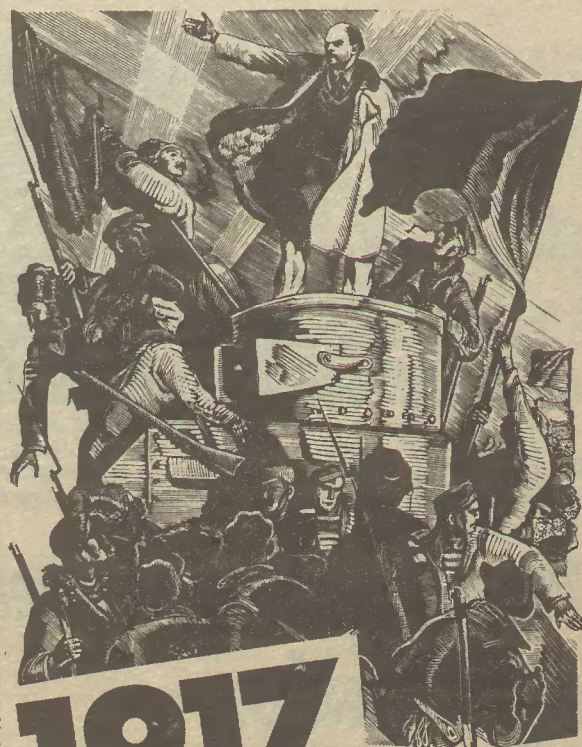
O objectivo da reorganização consiste em restabelecer plenamente, do ponto de vista teórico e prático, a concepção leninista do socialismo, na qual se dá incontestável prioridade ao trabalhador com os seus ideais e interesses, aos valores humanitários na economia, nas relações políticas e sociais e na cultura.

A pergunta e a resposta

Trata-se de saber se o capitalismo se pode adaptar às condições de um mundo desnuclearizado e desarmado, às condições da nova e justa ordem económica, às condições do cotejo honesto dos valores espirituais dos dois mundos.

Uma pergunta fundamental que tem uma resposta que o não é menos.

A grandeza e originalidade do nosso tempo residem no facto de os povos estarem presentes de forma cada vez mais evidente e aberta na ribalta da história. Os povos ocupam agora posições que lhes permitem ser tidos em conta não em última instância, mas de modo imediato.



1917 Há 70 anos uma revolução transformou o mundo!

A Revolução Socialista de Outubro, cujo 70.º Aniversário este ano se comemora, iniciou uma nova época na história da Humanidade.

As profundas transformações revolucionárias por ela introduzidas — e que o presente livro tão impressivamente nos relata e mostra — não tiveram apenas consequências na sociedade russa ou, além disso, se limitaram somente a influir no panorama mundial de então. Elas marcaram também as enormes e variadas alterações à escala mundial nos últimos setenta anos.

Sem conhecer a Revolução Socialista de Outubro é impossível compreender as profundas mudanças económicas, sociais e políticas que caracterizaram o nosso tempo, modelaram o nosso presente e perspectivaram o nosso futuro.



Albert Nenarokov é um historiador soviético, autor de obras sobre a história da Grande Revolução Socialista de Outubro, a guerra civil e o desenvolvimento cultural da URSS. Livros seus foram também editados no Brasil, Bulgária, Canadá, Estados Unidos da América, Hungria, Japão e RFA.



Com a qualidade «Avante!»
a diferença de uma
visão científica do mundo

problemas da paz e do socialismo
revista internacional
revista dos partidos comunistas e operários

TABELA DE ASSINATURA (12 NÚMEROS) DA REVISTA INTERNACIONAL

Continente	Regiões Autónomas	Europa	Extra Europa	Países Expressão Portuguesa
550\$00	800\$00	1800\$00	2800\$00	2300\$00

PCP



Todos os militantes e principalmente os organismos de direcção, os responsáveis e activistas de fundos devem empenhar-se com dinamismo e confiança na discussão e aplicação das conclusões do plenário (das conclusões)

Setúbal

Relançada a campanha de fundos para o novo CT

Uma centena de activistas do trabalho de fundos reuniu-se no último sábado num plenário distrital de Setúbal, que contou também com a participação do camarada **Joaquim Gomes**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP. 49 organizações, células e organismos do Partido estiveram representados na reunião.

Foi dado especial destaque à campanha de fundos para o CT da DORS que vai iniciar uma nova fase — a demolição do velho e a construção do novo edifício.

O relançamento da campanha de fundos agora iniciada conta desde já com várias acções de propaganda programadas (cartaz, autocollante, conferência de imprensa, folha informativa mensal) e iniciativas concretas para a recolha de fundos trazendo assim, a Campanha de um novo CT para a DORS, para a rua, abrindo-a à participação do povo do distrito e sensibilizando-o para a importância desta realização para a melhor concretização dos objectivos do Partido na

defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores.

Estão já marcadas por todo o distrito iniciativas que se integram na campanha, desde as **habituais** (mercados de Natal, postais de Natal, abordagens, magustos, almoços, jantares, passagens de Ano, bailes, excursões) até outras **mais originais** como os clubes do tijolo, da telha, do cimento, do material eléctrico, do azulejo, da madeira, a iniciativa do «arroz doce» do Montijo, a «árvore de Natal» na Moita, a «revelação de fotografias» pela célula da Setenave, etc.

No plenário foram ainda discutidos o trabalho de recolha de quotizações, as bancas, a gestão dos locais

NOTÍCIAS da CAMPANHA



CENTRO DE TRABALHO DA DORS vai arrancar

de defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores.

de convívio, a redução de despesas e a necessidade da responsabilização e controlo efectivo da organização do Partido no trabalho de fundos.

Com base na experiência e tendo em vista o melhoramento desta frente, dando assim início a uma nova fase do trabalho geral de fundos no distrito, o plenário concluiu da necessidade do aumento das receitas e contenção das despesas tendo em vista elevar a autonomia e responsabilidade das organizações concelhias.

Crise do teatro

Que alternativas?

Que caminhos?

Sessão no Vitéria

Para onde vai o teatro em Portugal? Que problemas e perspectivas tem? Como actua o Poder Central? Que alternativas existem? Que caminhos é possível abrir?

Para estas questões (e outras) é urgente encontrar respostas, lembra a célula dos trabalhadores de teatro e a direcção do Sector de Artes e Letras da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, que promove nesta próxima segunda-feira, dia 9, uma sessão no Vitéria em cuja mesa tomarão lugar, entre outros, Artur Ramos, Carlos Porto, Curado Ribeiro, Hélder Costa, Helena Seródio, Luzia Maria Martins, José Martins e Mário Jacques.

No convite que está a dirigir a pessoas ligadas ao espectáculo teatral, o Sector de Artes e Letras divulga algumas «notas para uma política de desenvolvimento teatral», documento que pode servir de base à discussão prevista para segunda-feira a partir das 21.30 horas.

A situação do teatro português: dos últimos anos da ditadura à actualidade, a situação dos dias de hoje e os objectivos e medidas para o desenvolvimento do teatro em Portugal são temas abordados no documento, que na sua nota introdutória sublinha:

A profunda crise económica em que se encontra mergulhado o teatro português exige que, a todos os níveis, se diagnostiquem as causas e se encontrem as soluções mais adequadas para que este sector reencontre os caminhos que o seu passado e

dições materiais da produção artística, asfixiaram o desenvolvimento dos projectos teatrais, fomentaram a mais completa instabilidade.



a qualidade do trabalho demonstrado pelos seus protagonistas merecem.

Estas notas são sobretudo, uma contribuição para o debate nacional que urge abrir e, simultaneamente, a manifestação de uma vontade política clara, orientada para a resolução dos graves problemas, a eliminação das incompreensões e obstáculos que afectam os nossos artistas.

O estado de marginalização em que o teatro vive decorre, simultaneamente quer dos longos anos de censura, obscurantismo e privação da liberdade de criação a que esteve sujeito, quer do facto de, nos últimos onze anos, nada se ter feito para se dar saída a tal situação. Muito pelo contrário — as medidas tomadas agravaram as con-

Trata-se de uma situação a que urge pôr cobro e inverter. Rapidamente, sob pena de o teatro português descer para um nível de degradação tão baixo, que dificilmente de lá poderá sair.

Almeida Garret afirmou que «o teatro é um factor de civilização, mas não prospera onde não a há». Hoje, podemos afirmar que a atitude perante a situação em que se encontra o teatro português constitui uma autêntica pedra de toque que permite avaliar quem, de facto, pretende implementar políticas de desenvolvimento cultural do nosso povo ou quem, pelo contrário, se comporta, com outras roupagens, como herdeiro do obscurantismo que, no passado recente, vingou em Portugal.

Distrito do Porto

Visita de uma delegação da Distrital de Leipzig do PSUA

De 26 de Outubro a 1 de Novembro esteve de visita ao distrito do Porto uma delegação da Comissão Distrital de Leipzig do PSUA, da RDA, chefiada pelo seu segundo secretário, camarada Helmut Hackenberg e que integrava também os camaradas Joachim Draber, presidente adjunto da Comissão Distrital, Martin Kohler e Wolfgang Hustenstein. Esta visita realizou-se no âmbito

do acordo de cooperação que desde 1986 existe entre a DORP do PCP e a Comissão Distrital de Leipzig do PSUA.

A delegação da Comissão Distrital de Leipzig do PSUA foi recebida num ambiente de grande amizade e camaradagem, tendo cumprido um intenso programa, de que se destaca, entre outros, o encontro com uma delegação

da DORP, em que participaram os camaradas Edgar Correia, membro da Comissão Política, Sérgio Teixeira e João Fonseca, membros do Comité Central e Teresa Medina, da DORP, em que foi trocada informação sobre a actividade de cada organização e debatida a cooperação mútua para o biênio 1988/1989; a visita à Câmara do Porto e o contacto com diversos sectores da activi-

dade municipal; a visita à Unicer e à MDF; e o encontro com alguns dirigentes sindicais e de CT's do distrito do Porto; a visita ao Futebol Clube do Porto e a entrevista com um vice-reitor da Universidade do Porto; as visitas à Comissão Concelhia da Póvoa e a S. Pedro da Cova, onde terminou o programa da delegação, com a realização de uma calorosa sessão de amizade.

Benedita — Junta PSD dum lado povo do outro...

Concelhia do PCP toma posição

A mudança do dia e do local do mercado na Benedita (concelho de Alcobaça) não é explicada à população local e, como resposta à justa indignação dos residentes, a Junta de Freguesia (PSD) solicitou recentemente a ocupação da vila pela GNR.

O recurso à força para im-

por uma decisão antipopular merece vivo repúdio por parte da Comissão Concelhia de Alcobaça do PCP, em nota divulgada à Imprensa.

Nesse breve documento, os comunistas dizem que «não se entende por que motivo não pode haver higiene se o mercado for ao domin-

go», da mesma forma que não se entende «por que não se procurou alternativa ao local habitual do mercado fora do recinto fechado onde os lugares são leiloados».

Conclui a Concelhia do PCP:

Quando não há razão e se teme a força do povo, que,

acrescente-se, apoia na sua grande maioria a abertura do mercado ao domingo, a Junta PSD acena com velhos espantalhos. Ficam assim muito claros, sublinha a nota, os métodos de diálogo e entendimento tão apregoados pelo PSD quer no Governo, quer nesta Junta que lhe é afectada.

1.ª Assembleia no dia 22

Ordem, Camarnal e Guarda Nova

Representando «um marco importante no reforço organizativo e na vida colectiva dos comunistas», está a ser preparada no concelho da Marinha Grande a 1.ª Assembleia da Organização dos lugares da **Ordem, Camarnal e Guarda Nova**, marcada para o próximo dia 22.

Num primeiro documento dirigido aos militantes (mais de 300 no conjunto daqueles três lugares), faz-se um apelo à participação dinâmica nos trabalhos da Assembleia, que «virá a dar um forte contributo à campanha organizativa, do Partido, em curso».

Com uma intensa actividade preparatória, marcada já pela realização de diversas reuniões, a iniciativa do próximo dia 22, anunciada para a sede da «Ordem», insere-se também no debate preparatório da Assembleia extraordinária da Organização Regional de Leiria do PCP.

Uma comissão organizadora constituída por uma dezena de camaradas e um colectivo alargado com mais 24 elementos estão a coordenar a preparação e dinamização do trabalho em torno da Assembleia que reunirá comunistas vivamente empenhados na discussão dos problemas e na aplicação de soluções para o reforço da actividade partidária e da ligação dos comunistas às massas.

Um comício de encerramento, com intervenção de um camarada do Comité Central, almoço de confraternização e uma tarde de variedades completam o programa da Assembleia.

PCP

Sábado e domingo na Voz do Operário, em Lisboa

Encontro distrital de quadros sobre trabalho de massas

A DORL do PCP realiza no próximo fim-de-semana em Lisboa um encontro de quadros subordinado ao lema «o Partido e o trabalho de massas na situação política actual».

Antecedido por um debate interessante com participação alargada de membros do Partido na região de Lisboa, este encontro, que reunirá 1200 quadros

na «Voz do Operário», à Graça, vai destacar as três áreas consideradas prioritárias na acção política dos comunistas no distrito: o trabalho nas empresas (de-

signadamente o trabalho sindical), o trabalho local (com relevo para as autarquias) e o trabalho junto da juventude.

Esses três temas estão na origem das secções de debate que funcionarão no encontro.

Vejamos então o horário e o esquema de funcionamen-

to da importante iniciativa da DORL:

● Sábado, dia 7

10.00h. — intervenção de abertura em plenário do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central.

10.30h. — início do trabalho em secções, até às 13 horas.

13.00/15.00h. — intervalo.

15.00/18.30h. — continuação do trabalho nas secções.

● Domingo, dia 8

10.00/13.00h. — sessão plenária

13.00/15.00h. — intervalo
15.00/17.30h. — sessão plenária; na parte final, apro-

vação das conclusões (em debate durante a manhã) e intervenção de encerramento, aberta aos órgãos de Comunicação Social, do camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Está previsto serviço de refeições na Voz do Operário para os participantes no encontro.

Deputado do PCP na Madeira

A Comissão para o trabalho parlamentar da DORAM, esteve reunida com o deputado à Assembleia da República, José Magalhães, tendo procedido a um exame detalhado e à adopção de medidas coordenadas relativamente aos próximos debates do Orçamento do Estado e do Orçamento da Região, tendo em atenção as conhecidas dificuldades quanto à dotação financeira da Madeira e as propostas de transferências a serem incluídas no Orçamento do Estado.

Face à política do Governo Cavaco e Silva e à grave situação financeira em que se encontra a Região, o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República e o deputado na Assembleia Regional irão tomar as medidas necessárias para que seja

devidamente esclarecido até que ponto a proposta de OE irá reflectir as carências e demais compromissos assumidos ou a assumir pela RAM e também qual o ponto em que se acha a execução do chamado «protocolo de reequilíbrio financeiro», cujos trâmites o PSD tem tentado que permaneçam no maior segredo.

Finalmente, foram também estudadas as medidas que irão ser tomadas para que venha a ser garantida a legalidade na aprovação e execução do Orçamento da Região, propiciando um adequado controlo do uso dos dinheiros públicos, reafirmando-se a necessidade de que o OE tenha em devida conta as necessidades da população da Região Autónoma da Madeira.

Assassinado pela PVDE Augusto Martins morreu há 50 anos

Passaram recentemente 50 anos sobre o assassinato do nosso camarada Augusto de Almeida Martins, natural de Lisboa (cruzeiro da Ajuda)



e caldeireiro de profissão. Com apenas 24 anos, conheceu em 1937 a prisão, a tortura e a morte às mãos da PVDE, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, a que viria a suceder mais tarde a PIDE e depois a DGS, nomes diferentes para um mesmo instrumento de repressão política e de perseguição.

Membro activo das Juventudes Comunistas desde 1932, Augusto de Almeida Martins permanece como um símbolo e um exemplo de heroísmo e determinação revolucionária para todos os que não cruzam os braços e lutam pela felicidade do povo português.

Camarada Falecido

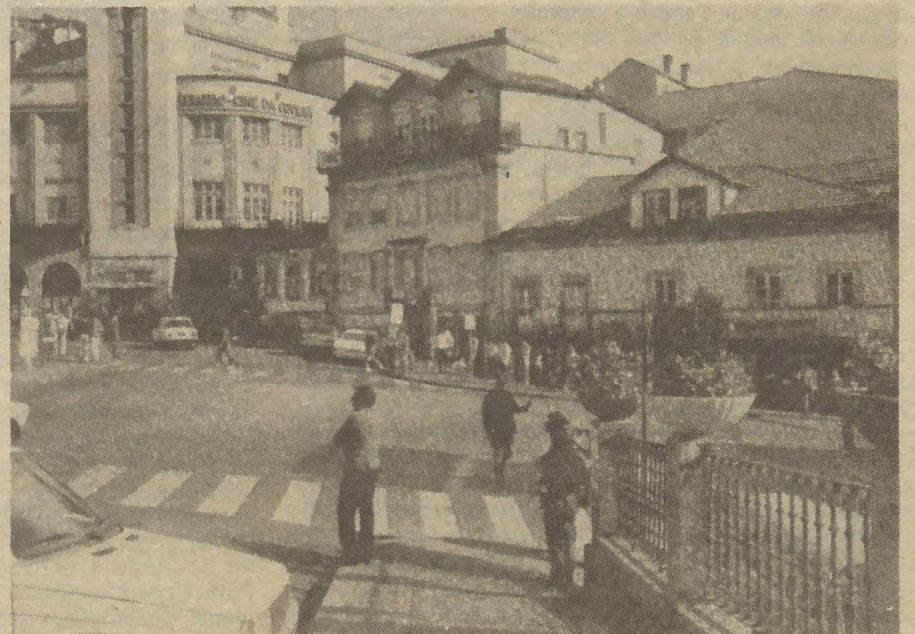
António de Sousa Cordeiro

Com 59 anos, faleceu recentemente o nosso camarada António de Sousa Cordeiro, operário reformado da Cimpor de Pataias, concelho de Alcobaça. Foi membro da Comissão de Freguesia de Alpedriz do PCP e da célula dos trabalhadores comunistas daquela empresa cimenteira. Antigo militante do Partido, trabalhou durante muitos anos com dedicação nas tarefas de distribuição da imprensa do Partido («Avante!» e Militante). A Concelhia de Alcobaça do PCP transmite à família enlutada as mais sentidas condolências.

Beira Interior

«Para um PCP mais forte e interventivo» é sob este lema que vai decorrer já no próximo domingo na escola central da Covilhã um encontro regional de quadros comunistas da Beira Interior para análise de questões da organização.

Os camaradas da Comissão Política do Partido Domingos Abrantes, membro do Secretariado, e José Soeiro participam no encontro.



Dia 28

Festa de Coimbra

Depois da 1.ª edição — já lá vão três anos —, a Festa de Coimbra, iniciativa da Comissão Concelhia do PCP, volta agora no próximo dia 28 (sábado) para responder às expectativas criadas. Como nos diz aquele organismo do Partido, «o programa desta festa vai ser "de arromba": das 3 da tarde à 1 da madrugada, no CARP do bairro Norton de Matos vão desfilar, durante 10 horas de espectáculo, a música popular, a poesia, o teatro, o fado de Coimbra e de outras paragens e a canção de intervenção. A apresentação e ligação de todo o espectáculo estarão a cargo do Lousã Henriques e do João Curto. Cá fora, nos terrenos junto ao pavilhão, estamos a preparar um belo espaço de convívio para os comes-e-bebes, onde pontificarão as castanhas assadas e a jeropiga, as febras e o bom vinho da Bairrada».

Desde já podemos confirmar a participação dos grupos «Renacer», «Roda que Roda» e «Cavaquinho» (música popular), de Álvaro Serra e Fernanda Oliveira (fado), do Rancho de Coimbra (folclore) e do conjunto «Bantabá» (música da Guiné e de Cabo Verde).

Aqui fica o convite a todos aqueles que, espalhados hoje por todo o País, se sentem ligados a Coimbra porque aqui estudaram, trabalharam e lutaram.

Canas de Senhorim

Delegação na CPFE

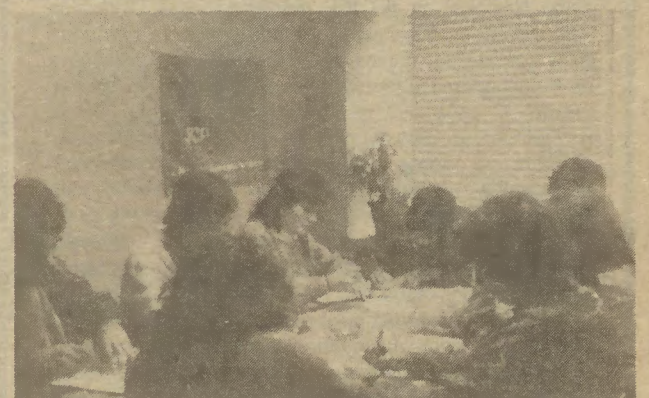
Foi distribuída em conferência de Imprensa realizada no passado dia 2 uma extensa nota da Comissão Distrital de Viseu do PCP sobre a actual situação da CPFE, Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, de Canas de Senhorim. A posição daquele organismo do Partido e o documento a que aludimos baseiam-se na visita realizada à empresa no mesmo dia por uma delegação constituída por Carlos Fraião, membro suplente do CC, Teles Figueiredo e Orciano Pereira (da C. Distrital) e pelo deputado Linhares de Castro. A delegação manteve contactos com a comissão intersindical da CPFE, com trabalhadores e representantes da administração da empresa.

«A visita e as conversações», sublinha a nota, «confirmam as apreensões ultimamente manifestadas no plano público pela Distrital de Viseu do PCP quanto ao fecho que está em perspectiva para a CPFE». Centenas de trabalhadores e suas famílias, a economia local e nacional sofrerão as consequências desta situação, que abordaremos pormenorizadamente no nosso próximo número.

Pergunta a Concelhia de Poiares:

E as obras na estrada da Beira?

A obra de rectificação da chamada estrada da Beira, que teve um bom arranque durante a campanha eleitoral, está agora praticamente paralisada, falando-se em falta de verbas — sublinha a Comissão Concelhia do PCP de Vila Nova de Poiares, em nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social com as conclusões da sua recente reunião plenária em que abordou a situação social e os problemas locais mais importantes do concelho.



Marinha Grande e a sua população mais jovem aguardam com expectativa o Festival que começa amanhã sob o lema «Viva a Festa». As fotos que aqui publicamos mostram um aspecto da propaganda da iniciativa nas ruas da Marinha e a recente reunião da Concelhia local da JCP para discutir pormenores de realização do festival, cujo programa revelamos no caderno da Agenda desta edição

Trabalhadores

Petrogal — O plenário nacional de delegados sindicais da Petrogal que se realizou na sexta-feira passada, na refinaria de Cabo Ruivo, para fazer o balanço da greve de 48 horas realizada nos dias 26 e 27 foi «o mais participado dos últimos anos» — afirma um comunicado do Conselho Nacional da FSTIQFP. O plenário considerou a paralisação «muito positiva», com uma adesão a nível nacional superior a 70% e com adesões totais em muitos locais de trabalho. O comunicado destaca a **paralisação total** na refinaria do Porto e na fábrica de aromáticos, nos sectores de produção dos



Uma delegação sindical foi ao Ministério das Finanças entregar as conclusões do plenário e protestar contra as posições da gerência da Petrogal e do Governo

parques de gás de Perafita e Rosarinho e na distribuição de combustíveis na zona centro e em toda a região sul. O plenário admitiu que, caso a gerência da Petrogal e o Governo — nomeadamente na reunião negociada marcada para ontem — mantenham as suas posições de intransigência e insistam nos 7% de aumentos salariais, a luta poderá continuar com «grau, amplitude e duração superiores». Os representantes dos trabalhadores reclamam um aumento de 13,5% para 12 meses e a melhoria do clausulado geral, em particular no que toca aos enquadramentos e carreiras profissionais.

Congresso em Aveiro — Realiza-se amanhã e depois, no pavilhão octogonal das feiras, o 2.º Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro/CGTP-IN. «A luta pelo emprego, contra o desemprego, o trabalho precário e ilegal, pela defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e uma atenção especial e permanente sobre os problemas de toda a nossa organização — afirma-se na síntese do anteprojeto de Programa e Estatutos — são tarefas prioritárias e das mais importantes que no imediato se vão colocar ao movimento sindical.» O Congresso irá debater as perspectivas de evolução do quadro económico e social do distrito, «certamente influenciado por três realidades que importa ter em conta: a ofensiva decorrente da política do actual Governo, a adesão à CEE e a introdução de novas tecnologias». Os documentos preparatórios do Congresso propõem medidas para o aproveitamento de potencialidades que «permitirão ao distrito de Aveiro avançar seguramente no caminho do progresso, do bem-estar dos trabalhadores e da população», sublinhando que para tal é necessária a participação do movimento sindical unitário «nos órgãos regionais e locais a que legalmente tenha direito».

Contactos internacionais — Dezenas de dirigentes e activistas sindicais portugueses e 54 espanhóis participaram no 1.º Encontro de Sindicalistas de Lisboa e de Madrid, organizado pela USJ/CGTP-IN e pela União Sindical de Madrid/Comisiones Obreras. O Encontro decorreu em Lisboa, de 22 a 25 de Outubro, e teve como lema «Emprego e paz na Península Ibérica». Os sindicalistas debateram as consequências da integração de Portugal e Espanha na CEE para os trabalhadores das regiões das capitais no tocante à problemática emprego/desemprego e aos direitos e liberdades sindicais. O programa do Encontro, que inclui iniciativas desportivas e culturais e o lançamento de mensagens de paz no Tejo, terminou com um debate sobre a desnuclearização da Península Ibérica. O 2.º Encontro ficou marcado para 1988, em Madrid. Entretanto, partiu para a URSS, onde participa nas comemorações do 70.º aniversário da Revolução de Outubro, Manuel Freitas, da Comissão Executiva da CGTP-IN.

Acidentes na EDP — «Sempre que um gestor ou um governante corta as verbas necessárias aos investimentos da EDP — afirma um comunicado do Conselho Nacional da FSTIEP (Federação dos Sindicatos das Indústrias Eléctricas) — pode estar a contribuir para a morte de utentes, de elementos da população e de trabalhadores vitimados pela deterioração do equipamento ou pela sua não modernização.» O CN da FSTIEP fez, na sua reunião de dia 27 de Outubro, em Coimbra, «a análise exaustiva dos graves acontecimentos ocorridos nas últimas semanas» e que tiveram a ver com curto-circuitos e explosões de equipamentos diversos na área de Lisboa. Nas conclusões a direcção sindical sublinha que «problemas globais que afectam a EDP há alguns anos têm uma relação directa com os acidentes», nomeadamente a degradação técnica e financeira («fundamentalmente devida a causas políticas exteriores à empresa») e uma errada política de recursos humanos («contratando pessoal a prazo e alienando actividades da empresa que passam a ser desempenhadas por trabalhadores em condições precárias, cedidos por empreiteiros de mão-de-obra»). As actuais orientações do Governo e da gerência são consideradas pelo CN da FSTIEP «uma operação de engorda à custa do emagrecimento energético do País e das condições dos trabalhadores».

CGTP entra no CPSCS Será «responsável e construtiva» a actuação da Central

Como acontece em todas as instâncias em que tem assento, a CGTP desenvolverá no Conselho Permanente de Concertação Social, lugares de que tomou posse na passada segunda-feira, uma actuação «responsável e construtiva», afirma a Central em nota do passado dia 2. Recorde-se, no entanto, que a direcção da CGTP-IN entregara em 7 do mês passado ao Primeiro-Ministro «um conjunto de reivindicações imediatas» das quais agora fez «entrega formal ao CPSCS, com vista a serem tratadas no âmbito dos seus trabalhos».

Depois de referir que a sua participação no CPSCS «não pode nem deve colidir com a necessária e reconhecida autonomia colectiva das organizações sindicais», os dirigentes da CGTP sublinham que deve imediatamente «ser corrigida a situação anómala, discriminatória e arbitrária, de obstrução ao direito de participação da CGTP-IN em diversos órgãos» oficiais.

Entre esses órgãos, onde se verifica a não participação da Inter, figuram o Instituto do Emprego e Formação Profissional; comissão nacional e comissões regionais de aprendizagem; Inatel (direcção); conselho nacional para o ensino técnico-profissional; conselho superior da reforma administrativa; e conselho nacional da indústria.

Além desses órgãos controlados pelo Governo, a CGTP acha que deveria ser revista «a forma e o conteúdo da participação das organizações de trabalhadores na gestão da Segurança Social».

Congresso dos ferroviários

O cumprimento rigoroso pela administração da CP do protocolo assinado em 25 de Abril de 1986 sobre o regulamento de carreiras, a reposição do poder de compra dos trabalhadores, a redução do horário de trabalho semanal para um máximo de 40 horas e a redução da idade de reforma são algumas das reivindicações prioritárias aprovadas pelo 2.º Congresso da Federação dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, realizado em Lisboa a 23 e 24 de Outubro.

O Congresso aprovou o relatório de actividades do Conselho Nacional da Federação, aprovou um Programa de Acção e elegeu o novo CN, mais alargado. Os 217 delegados aprovaram ainda diversas moções apelando ao reforço da unidade dos trabalhadores, à defesa do sector empresarial do Estado, à paz e ao desarmamento; foi também aprovada uma saudação à 11.ª Conferência da Reforma Agrária.

Os ferroviários debateram

O interesse nacional

Para a CGTP-IN o «interesse nacional», de que falam os governantes «só pode ser identificado com a justiça, o progresso e a dignificação do homem». Depreende-se da declaração produzida pelos dirigentes da CGTP-IN ao entrarem para o CPSCS que as alterações à Constituição propostas pelo PSD, designadamente no que respeita aos interesses e direitos dos trabalhadores, é matéria que exigirá todo o poder mobilizador da Central, para que a sua «actuação responsável e construtiva» no CPSCS, seja «obviamente desenvolvida no interesse

dos trabalhadores e do País», como expressamente se refere na declaração entregue ao Conselho Permanente de Concertação Social.

Sublinha a CGTP que «não seria legítimo, por exemplo, pretender-se prejudicar, ou mesmo limitar, o direito de participação

dos trabalhadores, tal como ele se encontra definido na Constituição e nas

Destaca ainda a referida declaração da Central a sua «concepção sobre o

Afirma a CGTP:

«No nosso entender, a necessidade de fazer funcionar o CPSCS e o desejo compreensível do Governo em querer obter dele resultados para a sua política, não podem levar o Conselho a invadir direitos mais amplos, consagrados nas leis e na CRP», ou seja na Constituição.

leis, transferindo para o CPSCS esse direito, mesmo de forma parcial».

exercício do direito de participação», que deriva dos princípios constitucionais.



Metalúrgicos cortam na Trofa a circulação ferroviária

• Meio ano de salários em atraso na EFI e FERUNI. Reivindicações em Vila Real

A circulação ferroviária na linha Porto-Guimarães foi interrompida anteontem, dia 3, quando grande número de trabalhadores metalúrgicos se concentraram na Recta das Partelras, na Trofa, numa acção conjunta em apoio de várias reivindicações, designadamente pelo pagamento de meio ano de salários em atraso na EFI e na Feruni que, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, se encontram «ambas praticamente paralisadas por falta de matéria-prima». A União dos Sindicatos de Vila Real vinha a público, entretanto, manifestando a sua grande preocupação pelo estado da economia no distrito e os consequentes problemas criados aos trabalhadores.

Continuam encerradas no nordeste transmontano as minas de estanho e volfrâmio, a Tabopan, a linha de

engarratamento da Sogrape foi transferida de Vila Real para Avintes, com redução do pessoal; há centenas de trabalhadores com salários em atraso; há «tentativas diversificadas de impedimento da actividade sindical nas empresas», acrescenta a USVR, e o volume de emprego diminui.

Depois de sublinhar que continua a haver «repressão sobre os activistas sindicais», a USVR destaca que, se houve alterações depois do 19 de Julho — data das últimas eleições para a Assembleia da República — essas alterações foram para pior, e cita o caso da Companhia Portuguesa de Forças Eléctricas (Canas de Senhorim) recentemente encerrada, afectando, inclusivamente, as empresas Vicominas e Milnorte, que ficam no distrito de Vila Real.

O encerramento da CPFE, além de provocar o desem-

A posição da CGTP fica muito clara quanto a esse e aos outros direitos dos trabalhadores, principalmente no que respeita ao objectivo fundamental da Constituição: «aprofundar a democracia».

Muitos e graves problemas

Depois de ter recordado que, genericamente, é «reconhecida a competência da CGTP-IN nos órgãos e instâncias em que participa a nível nacional e internacional, os dirigentes da Central unitária, que acabam de ocupar os seus lugares no CPSCS, concluem a sua declaração afirmando:

«A CGTP-IN considera que a sociedade portuguesa se debate com muitos e graves problemas. É unânime o reconhecimento da necessidade de recuperar a economia portuguesa, resolver os seus mais graves problemas e promover o progresso social.

«É um desafio para o qual a CGTP empenhadamente procura dar uma activa contribuição.

«No entanto, há situações na sociedade portuguesa que, pela sua gravidade, não permitem que se adie a tomada de medidas para as

atenuar ou combater. E há condições objectivas para responder positivamente a essas reclamações; com esse objectivo, a CGTP-IN apresentou ao sr. Primeiro-Ministro, em 7-10-87, um conjunto de reivindicações imediatas de que fez agora entrega formal ao CPSCS, com vista a serem tratadas no âmbito dos seus trabalhos.

«Por último, queremos afirmar sinceramente que consideramos que não se têm encontrado soluções satisfatórias para os problemas dos trabalhadores, como classe mais desfavorecida, e que a acção do CPSCS não procurou inverter essa tendência. «Nessa medida, são conhecidas as posições críticas da CGTP-IN relativamente às decisões aqui (no CPSCS) tomadas; os trabalhadores têm sido prejudicados na distribuição do rendimento nacional, os níveis de pobreza aumentam, cresce a injustiça, crescem as desigualdades sociais, o que contraria o interesse nacional.

«Efectivamente, o interesse nacional só pode ser identificado com a justiça, o progresso social e a dignificação do homem», refere, por último, a declaração da CGTP-IN entregue ao Conselho Permanente de Concertação Social.

O impenso nas negociações do AE surgiu quando, no dia 23 de Outubro, já depois de acordados os aumentos salariais, a administração — de acordo com uma nota da direcção do SIESI — «não cumpriu o compromisso anteriormente assumido, pretendendo que a assinatura e aplicação do acordo salarial se processassem após a revisão do clausulado social».

Num plenário sindical da Função Pública, que reuniu mais de quinhentos dirigentes, em 28 do mês passado, no âmbito da Frente Comum, em Lisboa, foi decidido manter, entre outras reivindicações de carácter salarial, os aumentos de 11,5 por cento na respectiva tabela, contra os 6 por cento que o Governo inicialmente propôs.

De âmbito nacional, o plenário, que se seguiu a uma reunião gorada com representantes do Governo, decidiu manifestar «a firme disposição de mobilizar os trabalhadores da Administração Central, Regional e Local para formas de luta, caso o Governo persista na posição inicial».

De âmbito local, o plenário, que se seguiu a uma reunião gorada com representantes do Governo, decidiu manifestar «a firme disposição de mobilizar os trabalhadores da Administração Central, Regional e Local para formas de luta, caso o Governo persista na posição inicial».

Num plenário sindical da Função Pública, que reuniu mais de quinhentos dirigentes, em 28 do mês passado, no âmbito da Frente Comum, em Lisboa, foi decidido manter, entre outras reivindicações de carácter salarial, os aumentos de 11,5 por cento na respectiva tabela, contra os 6 por cento que o Governo inicialmente propôs.

De âmbito nacional, o plenário, que se seguiu a uma reunião gorada com representantes do Governo, decidiu manifestar «a firme disposição de mobilizar os trabalhadores da Administração Central, Regional e Local para formas de luta, caso o Governo persista na posição inicial».



A pressão patronal os trabalhadores respondem com o reforço da unidade na luta pelos direitos conquistados. A foto mostra o plenário na CEL-CAT, quarta-feira, dia 28, onde foram decididas as paralisações de anteontem e de hoje

CEL-CAT em greve pela aplicação imediata dos aumentos salariais

Os trabalhadores da CEL-CAT têm marcada para hoje uma greve de 24 horas pelo desbloqueamento das negociações do acordo de empresa e aplicação imediata dos aumentos salariais já acordados de 11,5 por cento a partir de Outubro. Esta paralisação segue-se às de 29 de Outubro de 3 de Novembro, de 24 horas cada, que tiveram uma adesão de 100%. «Tudo indica que na quinta-feira se irá manter o elevado nível de adesão» — afirmou ao «Avante!» um dirigente do SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas).

A comissão negociadora sindical/SIESI divulgou um comunicado em que responsabiliza a entidade patronal pelas consequências da greve, acusando-a de «irresponsabilidade, pois a CEL-CAT atravessa uma fase de sobrecarga de trabalho e a paralisação pode, inclusivamente, afectar prazos de entrega de encomendas».

O impenso nas negociações do AE surgiu quando, no dia 23 de Outubro, já depois de acordados os aumentos salariais, a administração — de acordo com uma nota da direcção do SIESI — «não cumpriu o compromisso anteriormente assumido, pretendendo que a assinatura e aplicação do acordo salarial se processassem após a revisão do clausulado social».

Intolerável forma de pressão

O comportamento patronal — afirma-se na nota, que o considera uma «intolerável forma de pressão» — «só pode ser explicado pela tentativa de criar um contexto favorável à retirada de direitos e garantias adquiridos pelos trabalhadores e consagrados há anos no acordo de empresa».

A alínea 53-L do acordo de empresa — que é agora posta em causa pelos representantes do patronato, depois de terem pretendido retirar 27 (1) cláusulas do AE («Avante!», 24/9) — permite que o trabalhador falte um dia por mês, até um máximo de 5 por ano não penalizáveis mais 7 com penalizações progressivas, para tratar de assuntos pessoais.

Os trabalhadores não estão dispostos a abdicar desta conquista, justificada pela localização da empresa — sobretudo da fábrica da Morena — que obriga a deslocações extremamente longas. A administração argumenta com a necessidade de «moralizar» a situação na empresa e combater o absentismo, mas o facto é que, como os próprios accionistas reconhecem, o nível de absentismo baixou de 15,4 por

cento em 1978 para 8,2 em 1986. A aplicação daquela cláusula não o tem, portanto, agravado.

A administração «tem reagido de forma ofensiva e provocatória» — disse ao «Avante!» Jaime Salomão, do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, referindo concretamente posições do administrador-delegado da CEL-CAT, engenheiro Mário Caldeira, que afirma que não negocia com os trabalhadores em greve.

«Se houvesse vontade e interesse da administração em resolver a situação, a negociação poderia avançar e o trabalho poderia ser retomado em dois minutos» — salientou aquele dirigente sindical. A greve tem sido cumprida à porta da empresa, onde os trabalhadores se concentram durante o horário de trabalho.

Num plenário sindical da Função Pública, que reuniu mais de quinhentos dirigentes, em 28 do mês passado, no âmbito da Frente Comum, em Lisboa, foi decidido manter, entre outras reivindicações de carácter salarial, os aumentos de 11,5 por cento na respectiva tabela, contra os 6 por cento que o Governo inicialmente propôs.

De âmbito nacional, o plenário, que se seguiu a uma reunião gorada com representantes do Governo, decidiu manifestar «a firme disposição de mobilizar os trabalhadores da Administração Central, Regional e Local para formas de luta, caso o Governo persista na posição inicial».

De acordo com o secretário da Frente Comum, o plenário reafirmou, no entanto, a disponibilidade daqueles quase trinta sindicatos para «concluir com o Governo um acordo realista e que sirva os interesses dos trabalhadores».

Os sindicatos insistem, principalmente, no «aumento dos salários reais na Função Pública», no aumento do poder de compra. Mas não fazem menos questão na reclassificação profissional (negociação das carreiras), bem como na negociação das outras matérias, de acordo com os «compromissos já assumidos pelo Governo», designadamente no que respeita a horários e duração do trabalho; férias, faltas e licenças; formação profissional, higiene e segurança no trabalho, conforme reafirmou o plenário de quinhentos dirigentes sindicais.

Os trabalhadores de escritório, cuja federação (FETE-SE) não subscrevera a convocatória para a paralisação de dia 29, realizaram nesse dia iniciativas de solidariedade com os camaradas em greve e decidiram, em reunião, convocar paralisações coincidentes com as marcas das pela CNS/SIESI para 3 e 5. Anteontem os trabalhadores de escritório aderiram também a 100%.

A comissão negociadora patronal convocou para segunda-feira à noite — no final do segundo dia de greve — uma reunião com a CNS/SIESI; os representantes dos trabalhadores aceitaram a realização da reunião, mas a administração manteve a sua exigência, pelo que foi decidido avançar com o terceiro dia de greve, conforme decidida o plenário efectuado no dia 28 (quarta-feira).

Num plenário sindical da Função Pública, que reuniu mais de quinhentos dirigentes, em 28 do mês passado, no âmbito da Frente Comum, em Lisboa, foi decidido manter, entre outras reivindicações de carácter salarial, os aumentos de 11,5 por cento na respectiva tabela, contra os 6 por cento que o Governo inicialmente propôs.

De âmbito nacional, o plenário, que se seguiu a uma reunião gorada com representantes do Governo, decidiu manifestar «a firme disposição de mobilizar os trabalhadores da Administração Central, Regional e Local para formas de luta, caso o Governo persista na posição inicial».

De acordo com o secretário da Frente Comum, o plenário reafirmou, no entanto, a disponibilidade daqueles quase trinta sindicatos para «concluir com o Governo um acordo realista e que sirva os interesses dos trabalhadores».

Os sindicatos insistem, principalmente, no «aumento dos salários reais na Função Pública», no aumento do poder de compra. Mas não fazem menos questão na reclassificação profissional (negociação das carreiras), bem como na negociação das outras matérias, de acordo com os «compromissos já assumidos pelo Governo», designadamente no que respeita a horários e duração do trabalho; férias, faltas e licenças; formação profissional, higiene e segurança no trabalho, conforme reafirmou o plenário de quinhentos dirigentes sindicais.

De acordo com o secretário da Frente Comum, o plenário reafirmou, no entanto, a disponibilidade daqueles quase trinta sindicatos para «concluir com o Governo um acordo realista e que sirva os interesses dos trabalhadores».

Os sindicatos insistem, principalmente, no «aumento dos salários reais na Função Pública», no aumento do poder de compra. Mas não fazem menos questão na reclassificação profissional (negociação das carreiras), bem como na negociação das outras matérias, de acordo com os «compromissos já assumidos pelo Governo», designadamente no que respeita a horários e duração do trabalho; férias, faltas e licenças; formação profissional, higiene e segurança no trabalho, conforme reafirmou o plenário de quinhentos dirigentes sindicais.

Assembleia da República

No Parlamento Governo entre o buraco no orçamento e a especulação bolsista

Contrariando de certo modo o ambiente morno que tem caracterizado os trabalhos da presente Legislatura, a sessão de perguntas ao Governo suscitada pela bancada do PCP constitui o facto mais relevante da passada semana parlamentar, trazendo a lume questões de importância e actualidade de onde sobressaem entre outros, fracassos na diplomacia externa, atrasos e buracos orçamentais. O refúgio em afirmações vagas e pouco convincentes que caracterizou as respostas de alguns ministros — remetendo mesmo nalguns casos, como fez o ministro Cadilhe, para a leitura do programa do Governo — acabou por não trazer ao debate os desejáveis elementos clarificadores que se esperavam, reforçando consequentemente dúvidas e apreensões suscitadas pelas bancadas da oposição.

A resposta do ministro das Finanças às questões colocadas pelo deputado comunista José Magalhães sobre matéria orçamental são disto um flagrante exemplo, limitando-se Miguel Cadilhe a afirmar relativamente à execução orçamental de 1987 que «está a ser terminada em completa disciplina financeira» e a assegurar que «não há derrapagem orçamental». E mais não disse.

Secretismo

Considerando claramente insatisfatória e inaceitável a resposta do titular da pasta das Finanças — tratava-se de saber o que se passa com o Orçamento do próximo ano e sobre o buraco orçamental de 87 — José Magalhães replicou abordando questões concretas relativas à reforma fiscal, ao secretismo na execução do Orçamento para 88 e às derrapagens orçamentais.

Começando por se deter na preparação do Orçamento de Estado para o próximo ano, e depois de afirmar que não haverá reforma fiscal, ao contrário do que fora previsto e anunciado, José Magalhães salientou que «a apresentação tardia do Orçamento implicará que a AR o discuta a galope (dando ao País uma péssima imagem) ou que não possa aprová-lo a tempo de entrar em vigor em 1 de Janeiro».

Para o deputado comunista a «concepção secretista e ilegal da execução do Orçamento» que tem norteado a postura do Governo, impedindo por exemplo que não se conheçam até Dezembro do ano corrente os indicadores relativos às cobranças e às despesas, tem como única explicação o facto de o Executivo pretender «ocultar a derrapagem existente».

Fórmula mágica

Fundamentando a sua afirmação, o orador recordou que a manterem-se os ritmos de cobrança dos impostos directos o «buraco será no fim do ano de nove milhões de contos» a que im-

porta juntar um outro buraco de várias dezenas de milhões de contos proveniente das cobranças do IVA, as quais, na primeira metade do ano, só atingiram 39 por cento do orçamento, quando em 1986, na mesma altura, já se tinham arrecadado 51 por cento.

As receitas extraordinárias que o Governo está a sacar dos fundos autónomos (como indica a extinção do fundo de compensação), a par das dívidas aos empreiteiros («é sensacional ir para os jornais anunciar novas escolas, acelerar os empreiteiros... e não lhes pagar», diria a propósito José Magalhães) constituem outros tantos indicadores, como foi sublinhado, de que se «vier a não haver um orçamento suplementar isso não se deverá a que as finanças públicas estejam de boa saúde».

Na opinião do deputado comunista não estão mesmo, estando-se apenas em presença de uma «fórmula mágica» encontrada pelo Governo para camuflar as derrapagens orçamentais, designadamente através do atraso do pagamento das dívidas, do corte de despesas sociais e do aumento da carga fiscal sobre os contribuintes.

Casinos viciados

Igual impacto no decorrer da sessão de perguntas a que compareceram oito ministros teve a pergunta de Octávio Teixeira sobre as Bolsas de Valores e as Ofertas Públicas de Vendas (OPVs).

Quis o deputado comunista saber concretamente o que leva o Governo a reconhecer os perigos da situação e a não ter uma «intervenção saneadora, eficaz e atempada», intervenção que poderia ser acompanhada, por exemplo, pela suspensão imediata das OPVs, designadamente as mais de trinta que se anunciam para os próximos dois meses.

Na origem das perguntas, segundo foi afirmado, está o facto de as Bolsas portuguesas apresentarem «níveis de especulação incomparavelmente superiores aos registados em quaisquer outras Bolsas de Valores». «As Bolsas portuguesas têm muito pouco de "Bolsas de Valores" — afirmaria Octávio Teixeira — e têm

muito de casinos. Casinos em que a roleta se encontra reconhecidamente viciada por alguns que de forma escandalosa se locupletam à custa da ingenuidade dos muitos que são empurrados a nelas aplicar as suas parcas poupanças».

Também o que se tem passado com as OPVs constitui, na opinião da bancada comunista, uma «autêntica fraude», sendo salientado que «em meia dúzia de meses, uma dúzia de grandes senhores do capital meteram ao bolso, em proveito pessoal, cerca de 60 milhões de contos de mais-valias» obtendo ainda por acréscimo «volumosos benefícios fiscais». Estes milhões de contos de ganhos especulativos, ainda de acordo com Octávio Teixeira, «não são investidos na actividade produtiva mas sim na especulação financeira».

Pouco adiantando sobre as preocupações levantadas, Miguel Cadilhe ficou-se pela declaração de que o Governo não tenciona intervir na Bolsa, — «não administra nem raciona mercados, apenas faz racionalização», disse —, sublinhando por outro lado que não pretende destruir o que «tanto levou e custou a criar». O ministro das Finanças manifestou também a sua esperança de que após as «correções técnicas» o mercado de acções continue próspero.

Reforma Agrária indispensável ao País

O quadro em que se desenvolve a luta dos trabalhadores agrícolas em defesa das suas UCP's/Cooperativas e da produção, bem como as principais conclusões a que chegou a XI Conferência da Reforma Agrária, recentemente realizada em Évora, foram levados na passada semana ao Plenário por intermédio do deputado comunista Lino de Carvalho. Desmontando desenvolvidamente alguns dos principais argumentos sustentados pelos inimigos e detractores desta realidade económica e social que modificou a vida nos campos do Alentejo e Ribatejo, Lino de Carvalho sujeitou a sua análise a um conjunto de dados comparativos relativos à situação agrícola na região antes e depois do início da Reforma Agrária, acabando por comprovar com numerosos factos que esta constituiu um imperativo de desenvolvimento agrícola e uma solução para os problemas de ordem social.

Os números falam por si, facto que o orador tratou de realçar, lembrando designadamente o que se passa com os rendimentos unitários médios obtidos nas cooperativas em várias produções (na sua maioria idênticos ou superiores à média do País, aproximando-se mesmo nalguns casos da própria CEE), a contribuição da Reforma Agrária para a produção nacional de cereais praganosos largamente superior à obtida na mesma área no tempo

dos agrários, ou, por exemplo, a taxa de ocupação cultural neste momento três vezes superior ao período anterior à Reforma Agrária.

Os extraordinários benefícios de ordem social que acompanharam a Reforma Agrária foram também recordados por Lino de Carvalho: «os melhores salários e salários certos, emprego garantido, férias e subsídio de férias e de Natal, direito à segurança social no regime geral, transportes, etc.

Uma nova dinâmica social, uma nova ligação do Homem à terra, uma nova esperança no futuro».

Mas para além do processo de transformação das relações de propriedade e da produção, a Reforma Agrária é também, como salientou o deputado comunista, «o desenvolvimento técnico e agro-industrial, a modernização e intensificação da agricultura, a formação profissional».

Caminho de progresso

Um caminho iniciado pelos trabalhadores agrícolas e técnicos progressistas que só não foi inteiramente atingido devido à desenfreada e violenta ofensiva de sucessivos governos, os quais, como disse Lino de Carvalho, «travaram, cercaram, agrediram, marginalizaram, afogaram a Reforma Agrária e a têm acintosamente discriminado no acesso a créditos e subsídios, sem criar quaisquer alternativas válidas para a produção,

Calar a oposição não resolve problemas do País

Três semanas decorridas sobre o início da V Legislatura continua sem se perceber muito bem quais são as grandes linhas de orientação a que se subordinará a política do partido do Governo no tocante ao funcionamento da Assembleia da República.

Incapaz de pôr a Assembleia a funcionar para dar resposta aos problemas do País, a confortável maioria que o PSD disfruta tem-se limitado a orientar a sua acção para iniciativas tendentes a calar a oposição e a servir restritos interesses de grupo.

Num momento em que ainda estão por entregar na Mesa da Assembleia da República as propostas de Lei do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano — num manifesto desrespeito pelo prazo limite estipulado na Lei —, como entender com efeito que as preocupações e prioridades do PSD se dirijam todas para a apresentação de projectos que alteram substancialmente a Lei Orgânica e o Regimento da Assembleia da República, textos fundamentais para o normal funcionamento deste órgão legislativo e fiscalizador da acção governativa?

Como interpretar ainda que as iniciativas do PSD conhecidas até ao momento se confinem no essencial a projectos que apontam para a diminuição dos direitos da oposição, para a tentativa de monopartidarização do órgão fundamental de gestão da Assembleia da República e para a menorização do papel e da capacidade de intervenção deste órgão de soberania?

Não deixa de merecer reflexão, por outro lado, quando um sem número de problemas que afectam o País aguardam resposta, que a Assembleia chegue ao cúmulo — como sucedeu terça-feira última — de não ter matérias agendadas para o período da ordem do dia.

Exceptuando as intervenções dos partidos da oposição, a verdade é que este facto vem na sequência de duas semanas de trabalho do Plenário preenchidas por vontade da maioria com questões de interesse relativo, sendo simultaneamente sintomático que o PSD se tenha decidido por apresentar neste período, por exemplo, um projecto de revogação de uma lei da anterior legislatura que definia as competências da Câmara em matéria comunitária, ao criar um sistema legal que lhe permitia acompanhar o Governo nas questões referentes à CEE.

Longe de definirem com rigor e extensão os intuitos governamentais, os dados disponíveis não deixam, porém, de ser significativos e de justificarem uma aturada atenção.

No início da presente legislatura, numa declaração política, Carlos Brito manifestou a preocupação da bancada comunista pelo que considerou «os propósitos do PSD, já revelados em textos». Na ocasião, classificou esta postura do partido do Governo como um «ajuste de contas» com as anteriores maiorias, com a Assembleia e com o regime.

A prática do Governo e do partido que o suporta legitimam as preocupações dos deputados comunistas. Resta saber — e isso o futuro indicá-lo-á — até onde será capaz de ir o espírito de desforra da actual maioria.

para o emprego, para a melhoria das condições de vida».

Mesmo assim, apesar das ilegalidades e arbítrios, a Reforma Agrária resistiu, prosseguiu o seu trabalho e continua a provar inquestionavelmente a sua superioridade e potencialidades. A sua defesa, perante os novos perigos que se avizinham afigura-se, pois, como uma tarefa de todas as forças e sectores democráticos. Foi esse o apelo deixado por Lino de Carvalho ao sublinhar que ao «fim de onze anos de uma guerra e instabilidade permanente é tempo de se definirem e estabilizarem as fronteiras no plano da estrutura fundiária, respeitando-se as novas realidades surgidas com o regime democrático».

Velhice de angústia

A dignificação das condições de vida dos idosos esteve também em foco na passada semana por iniciativa da deputada do PCP Apolónia Teixeira que, numa intervenção no período antes da ordem do dia, chamou a

atenção para as situações «verdadeiramente injustas existentes» para as quais urge dar resposta, nomeadamente através do aumento das pensões e da afixação de uma pensão mínima de subsistência no valor de 55 por cento do salário mínimo nacional.

Analisando a situação dos idosos no nosso País — cujo dia mundial foi assinalado a 29 de Outubro último — Apolónia Teixeira lembrou os milhares de reformados, pensionistas e idosos que «continuam a viver em situações desumanas», com reformas baixíssimas, «insuficiente assistência médica e medicamentosa, carência de lares e centros de dia».

«A existência dos que deram uma vida inteira ao trabalho não pode ser de angústia na doença, de amargura por viverem em pequenos espaços degradados e sem quaisquer condições sanitárias», afirmou ainda a deputada comunista para concluir que «ao Estado cabe a protecção aos idosos na doença, na invalidez e na velhice».

Poder Local

«Vai Carcavelos, vai Porto, e rebenta o 31...»

PSD na Câmara de Cascais quer lotear Quinta histórica!

Com as já tradicionais clareza e organização de materiais, a representação comunista na vereação da Câmara Municipal de Cascais (maioria PSD) apresentou recentemente à Imprensa o seu alerta contra a ameaça que paira sobre um património inestimável da região: a Quinta do Barão, com uma existência de mais de dois séculos e possuidora, nem mais nem menos, da última vinha da Região Demarcada do Vinho de Carcavelos, de relevante valor regional e nacional.

E que ameaça paira sobre a Quinta do Barão? Apenas isto: o esquiteamento em favor de interesses imobiliários perseguidos pelos seus actuais proprietários. A Câmara PSD de Cascais, entretanto, faz o que pode para satisfazer a operação, «enleada» que está com outro projecto muito contestado, esse de responsabilidade governamental: o atravessamento da Quinta do Barão pela discutida «Via Rápida de acesso à auto-estrada de Cascais»...

Começando por enquadrar historicamente o património ameaçado, os vereadores comunistas da Câmara de Cascais recordam que a Quinta do Barão é contemporânea do marquês de Pombal, tendo sido o barão de Moçâmedes que, no século XVIII, nela plantou a vinha e reparou a adega. No século XIX e após a filoxera que dizimou as vinhas, a Quinta foi regenerada com milhares de novas cepas, a adega restaurada, criados oito lagares e comprados vasilhame e maquinaria ade-

quados. Posteriormente a Quinta passou por outro período de declínio, do qual saiu com os actuais proprietários, que conseguiram manter a produção do vinho e têm a responsabilidade de serem os últimos produtores do «Vinho de Carcavelos».

Entretanto, segundo a representação comunista na Câmara de Cascais, esta Quinta constitui o último reducto de espaço de qualidade ambiental e ecológico de Carcavelos ainda não comprometido com a onda avassaladora das «urbanizações»

que têm vindo a destruir a Freguesia.

Mas em 1980 a Quinta do Barão tornou-se uma tentação para a gula da especulação imobiliária; desde então os seus proprietários vêm apresentando requerimentos na Câmara Municipal de Cascais para a aprovação do loteamento de várias zonas da Quinta. Os vereadores comunistas historiam também brevemente esse processo, que passamos para o outro lado do subtítulo.

Querem é «lotes»...

Em 1980 deu entrada na Câmara um requerimento para a «possibilidade» de construção imobiliária na Quinta; a CMC não tomou posição, remetendo o processo para a DGPU, que a informou ser a Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola (DGHEA) que tinha de emitir parecer; só que a CMC não pediu qualquer parecer àquele organismo...

Em 1983 entrou novo requerimento, mas já sem rodeios quanto a «possibilidades», entrando de caras com o pedido de loteamento; aí, face à oposição de outras forças políticas e reacções de constatação de muita população



Câmara Municipal de Cascais

da freguesia e do concelho, a CMC viu-se impelida a indeferir o projecto, avançando-se então para a intenção da aquisição municipal da Quinta.

Mais uma vez as coisas ficaram a «marinar», até que em 1985 e perante as insistências dos proprietários da Quinta, a Câmara voltou a considerar «provável» o loteamento, pelo que o processo foi de novo a reunião de Câmara para aprovação; acabou por ser retirado, graças, fundamentalmente, à firme oposição de outras forças políticas.

Mas o PSD não desistiu: em 1986 levou de novo à Câmara uma proposta para aprovação do Estudo Urbanístico da Quinta do Barão. Perante tal proposta, os vereadores do PCP propuseram a não aprovação do estudo e defenderam que fosse adquirida a Quinta, por parte da Câmara; confrontado com esta proposta, o PSD não quis tomar qualquer posição, torneando a questão com o envio do processo para parecer da Junta de Freguesia de Carcavelos (PSD) que, naturalmente, «despachou» a contento... Deste modo o PSD voltou com o assunto à Câmara já este ano, argumentando com a «inevitabilidade» do atravessamento da Quinta pela via de acesso à auto-estrada e pondo-se outra vez a jeito para aprovar o loteamento. A proposta ainda não foi discutida e o processo foi novamente retirado da reunião.

PCP não cruza braços

Na opinião dos eleitos do PCP, a Quinta do Barão, pela sua importância patrimonial e vinícola e porque se assume como o último reducto de qualidade ambiental da Freguesia, deve ser conservada e preservada.

A Quinta do Barão, com os seus edifícios, equipamentos e produção vinícola, deverá ser colocada ao serviço cultural das populações nas suas vertentes museológicas, ecológicas e turísticas.

Deste modo os eleitos do PCP defenderam em recente reunião de Câmara (a 13 de Outubro) quatro medidas a implementar rapidamente:

1 - A aquisição da Quinta do Barão pela Câmara Municipal de Cascais.

2 - Que sejam accionadas, desde já, as necessárias medidas cautelares que garantam a preservação integral deste valor do nosso património histórico-cultural.

3 - Que se desenvolvam os mecanismos necessários para a classificação da Quinta do Barão como monumento municipal, pelo Instituto Português do Património Cultural — IPPC.

4 - Que a Quinta do Barão não seja atravessada por qualquer via de comunicação, devendo a CMC, para o efeito, comunicar esta decisão às entidades competentes.

O PSD não aprovou esta proposta, mas como não

teve coragem de se opor frontalmente ao seu conteúdo, apresentou e aprovou uma outra «quase» decalcada da proposta comunista. O busílis está no **quase**... Ora veja-se: no 1.º ponto o loteamento da Quinta é considerado «**não adequado**», no 2.º propõe-se que «**seja tentada**» a aquisição da Quinta pelo município, no 3.º reproduz-se integralmente o mesmo ponto da proposta comunista (não tem problemas, né? fala só de classificação de património municipal...) e finalmente no 4.º ponto, onde a proposta comunista diz «que a Quinta do Barão não seja atravessada por qualquer via de comunicação», devendo a CMC, para esse efeito, comunicar esta decisão às autoridades competentes», a proposta do PSD fala apenas em que «**sejam prosseguidas diligências** junto da JAE para que a Quinta do Barão não seja atravessada por qualquer via de comunicação»...

Daí que a representação do PCP na Câmara tenha considerado que o PSD, com tal proposta, «mais uma vez demonstrou a sua falta de vontade política» avançando com «uma declaração de princípios que, objectivamente, não visa a defesa da Quinta do Barão».

Quanto aos eleitos comunistas, esses «não cruzarão os braços e accionarão todos os mecanismos constitucionais, a fim de evitar a destruição deste importante património».

Porto Moradores das barracas em luta

Os problemas graves de habitação na cidade do Porto não se circunscrevem à degradação do parque habitacional, à superlotação dos bairros, às dificuldades criadas à iniciativa das associações de moradores e cooperativas de habitação. Nos últimos anos, a alternativa à completa impossibilidade de ter uma casa para viver, para centenas de famílias, foi a construção de barracos em diversas zonas da cidade.

Em Ramalde, em Lordelo do Ouro, em Paranhos, em Azevedo de Campanhã, em vários pontos da cidade, tem crescido o número de barracos. Autênticos «novos bairros» onde não há saneamen-

to, não há energia eléctrica, não há água, onde as condições de habitabilidade são infra-humanas.

Nestas condições, e partindo de moradores das barracas da zona de Salgueiros/Paranhos e das barracas junto ao bairro S. João de Deus (mais conhecido por «Tarrafal») foi lançado um movimento de moradores dos barracos, cujo primeiro objectivo de luta tem a ver com a necessidade absoluta de ser lançada no Porto a construção de habitação social. Exigindo em particular da parte do Governo o cumprimento das promessas feitas durante a campanha eleitoral por Cavaco Silva — as-

sinou um protocolo com a Câmara Municipal do Porto em que anunciava a construção de 2000 (dois mil) fogos. Pretendem ainda os moradores que sejam melhoradas entretanto as suas condições de habitação nos bairros de barracos, com a construção de balneários e a criação de outras infra-estruturas. Reivindicam por fim a criação de meios que impeçam a concretização de despejos sem alternativa.

É pretensão das duas comissões de moradores de barracos agora criadas, alargar o movimento a outros moradores em particular nas freguesias de Lordelo do Ouro, Ramalde e Azevedo/Campanhã.



11.ºs jogos do concelho em Loures

A Câmara Municipal de Loures promoveu no passado domingo, dia 1 de Novembro, a cerimónia de encerramento dos «11.ºs Jogos do Concelho», uma organização conjunta das colectividades e da Câmara e que mobilizou, ao longo de um mês de provas, mais de cinco mil atletas repartidos por 21 modalidades.

O programa elaborado para a cerimónia de encerramento, que decorreu no Pavilhão Municipal Paz e Amizade, em Loures, privilegiou as seguintes actividades culturais: concentração das colectividades nas traseiras do edifício dos Paços do Concelho; desfile das colectividades para o Pavilhão Muni-

pal, com actuação da Fanfara dos Bombeiros Voluntários de Bucelas; bailado com o grupo «Dança Grupo»; actuação da Orquestra Ligeira da Sociedade Filarmónica 1.º de Dezembro do Montijo e a cerimónia de encerramento dos «11.ºs Jogos do Concelho de Loures», com entrega de medalhas às colectividades.

Poder Local

Escândalo na Covilhã Os negócios do presidente

Rebentou um escândalo na Covilhã: o presidente da Câmara Municipal — Álvaro Ramos, do PSD — foi acusado publicamente de actos de corrupção, por aproveitamento do cargo em benefício de uma empresa de que é proprietário, a «NEVAUTO». A denúncia foi feita em conferência de imprensa no último fim-de-semana pela Comissão Concelhia da Covilhã, do PCP, que considera que tal actuação «**implica a perda de mandato e, eventualmente, outras consequências mais graves**», declarando ainda que o PCP e a CDU, face aos documentos em seu poder e comprovativos das irregularidades, deliberaram dar andamento à instauração de um processo.

Eis em resenha o que aconteceu, segundo a organização da Covilhã do PCP.

A CMC deliberou por unanimidade, na sua reunião de 25 de Fevereiro de 1986, solicitar orçamentos a três firmas de especialidade para fornecimento de peças e reparações de três viaturas da Câmara, uma adstrita à recolha do lixo e duas aos serviços de limpeza.

Violando a decisão unanimemente tomada e a pretexto de «extrema urgência» na recolha do lixo, decidiu o presidente da Câmara, Álvaro Ramos, do PSD, «à revelia do executivo e em frontal violação da Lei, enviar à sua firma NEVAUTO a viatura NISSAN para reparação». Isto levantou duas lebres — a primeira, quanto à «urgência» na recolha do lixo, que caiu pela base pelo facto de a viatura enviada para reparação ser, não uma adstrita à recolha do lixo (e que também está avariada), mas sim outra, dos serviços de limpeza; a segunda «lebre» acabou a correr muito mais, ao descobrir-se que esta estranha reparação não foi um caso isolado, «**motivada por uma situação de extrema urgência, mas sim a sequência de uma prática**

corrente traduzida no recurso constante à sua firma NEVAUTO para prestação de serviços por si requisitados». E segue-se uma longa lista de viaturas camarárias, com marcas e matrículas bem discriminadas, todas reparadas e as-



sistidas na firma de que o presidente da Câmara é proprietário e por ordem directa deste...

Mas a primeira questão — a da deliberação camarária para se solicitar orçamentos a firmas da especialidade para reparação de três viaturas — não ficou por aqui.

Segundo notas à margem na acta da referida reunião,

terão sido contactadas as firmas NEVAUTO, METALÚRGICA DO FUNDÃO, SOLAVRA e OUTRA (?), **todas telefonicamente**, para o envio de orçamento, conforme a deliberação tomada pelo executivo camarário. Neste ponto o PCP da Covilhã observa:

«Além de considerarmos não ser o telefone o meio indicado para solicitar orçamentos, ainda se verifica que: a) Só constam no processo dois orçamentos, um da SOLAVRA, datado de 13 de Março de 86 e outro da NEVAUTO datado de 6 de Maio de 86, o que mostra bem a extrema urgência do sr. presidente. Mais grave é o facto dos orçamentos em causa referirem **peças dife-**

rentes (seriam interferências do telefone?), não terem registo de entrada na Câmara e terem sido apresentados ao executivo já em carta aberta. Isto além de os orçamentos se referirem apenas ao fornecimento de peças para a FIAT TS-49-68, ao contrário da deliberação referida de 26-2-86. Se a isto juntarmos o facto de, segundo informações que reputa-

mos de verdadeiras, a METALÚRGICA DO FUNDÃO ter entregue, em mão própria e na garagem da Câmara o seu orçamento, ao presidente Álvaro Ramos — e que não consta no processo — a dimensão da ilegalidade alargou-se e, eventualmente, incorre no foro criminal. Mas isso é para os investigadores e o Ministério Público averiguarem.»

Acrescem os factos de não haverem sido pedidos orçamentos às firmas que, no concelho, representam as marcas das viaturas em causa, e o visível desacerto entre os documentos da NEVAUTO e os da Câmara Municipal.

Finalmente «a referência a uma só viatura em vez de três, no processo enviado à Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, pelo próprio Álvaro Ramos, e a não inclusão no mesmo das facturas de maior valor (só enviou facturas de 269 374\$00, ocultando as outras no valor de 933 972\$00) mostram claramente tratar-se de uma manobra, com vista a minimizar as ilegalidades cometidas e a sua responsabilidade nas mesmas».

«Face ao exposto — termina a organização da Covilhã do PCP — e de acordo com a legislação democrática em vigor, não nos parece haver outro caminho que o da instauração dum inquérito administrativo com vista a aprofundar a **dimensão das ilegalidades, o apuramento de outros eventuais responsáveis e a declaração de perda do mandato do presidente Álvaro Ramos, do PSD**».



CM de Lisboa PSD fuge às responsabilidades

Numa nota em quatro pontos que passamos a transcrever, o Comité Local de Lisboa do PCP desmontou a recente manobra dos vereadores do PSD numa sessão pública da Câmara Municipal de Lisboa, onde procuravam «libertar-se» de responsabilidades em relação à gestão ruínosa e caótica do executivo municipal lisboeta.

1. «Os graves problemas de habitação, trânsito e transportes, equipamentos sociais, ambiente, segurança dos cidadãos, urbanismo, entre outros, não foram resolvidos pela gestão da direita na CML. Ao mesmo tempo os responsáveis pela actuação da Câmara têm desenvolvido uma acção sectária, incompetente, demagógica, de satisfação dos interesses de especuladores em prejuízo dos interesses da população e da cidade.

2. «Na actual gestão da CML, o PSD e o CDS estão irmanados na base de uma total identificação de interesses para os quais têm contado com a colaboração do PS.

Importa pois na situação presente esclarecer a opinião pública que o PSD (em cujas listas foi eleito o actual presidente da CML) é inteiramen-

te responsável pela actual gestão.

3. «A declaração dos vereadores do PSD não pode ser desligada da gravidade da situação na cidade, constituindo uma clara tentativa de demarcação do PSD da actual gestão, procurando iludir a população de Lisboa e furtar-se à apreciação popular sobre as grandes responsabilidades que nos últimos oito anos assumiu no agravamento dos problemas e na descaracterização da cidade.

4. «Da evolução da situação na cidade resulta que as forças que integram hoje a CDU, pela sua oposição às medidas negativas da Câmara, pela sua força e influência, pelo trabalho realizado no estudo, na apresentação de soluções e na resolução dos problemas, é a única base para uma alternativa à actual gestão Abecasis/PSD, apoiada pelo PS.»

Poder Local Mulheres exigem maior participação

Realizou-se no dia 25 de Outubro o encontro «A Mulher e o Poder Local» — Que Intervenção?», organizado pelo MDM, onde estiveram presentes 160 participantes, que aprovaram um conjunto de recomendações aos órgãos de Poder Local. O encontro decorreu na Biblioteca Municipal do Barreiro, por iniciativa das Direcções Distritais de Lisboa e Setúbal do MDM, e contou com a adesão de mulheres com responsabilidades autárquicas de todos os partidos representados nestes distritos, que subscreveram o «Compromisso» das mulheres eleitas.

Foram feitas cerca de 32 intervenções durante os trabalhos por mulheres vereadoras, presidentes de Juntas, membros de Assembleias de Freguesia e Municipais, trabalhadoras de autarquias, pela presidente da Câmara de Alcácer do Sal e dirigentes distritais do MDM sobre os numerosos temas em debate: o Poder Local na promoção dos direitos das mulheres; a história das mulheres é parte integrante da história das regiões; movimento de mulheres e as autarquias; boletim autárquico — espelho de uma actividade onde

a mulher tem lugar; as autarquias no desenvolvimento económico, social e cultural das mulheres; relação entre as eleitas e as trabalhadoras das autarquias — ligação à população; etc.

Estiveram presentes no encontro elementos das revistas «Mulheres», «Poder Local», «Movimento Cultural» e ainda do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

No local onde decorreu o encontro esteve patente uma exposição ilustrando a intervenção do MDM na promo-

ção das mulheres e dos seus direitos na vida local.

O «Compromisso» das mulheres eleitas nos órgãos autárquicos de Lisboa e Setúbal foi assinado por algumas dezenas de mulheres que consideram que a igualdade entre homens e mulheres implica que os dois sexos tenham as mesmas oportunidades de desenvolver as potencialidades nos diferentes domínios da vida activa, política, económica, social, cultural e familiar.

As subscritoras comprometem-se, no âmbito da sua actividade autárquica e política, a promover acções que visem a resolução de problemas específicos e particularmente sentidos pelas mulheres; apoiar e incentivar actividades de investigação, valorização e divulgação do papel da mulher na história e na vida das comunidades locais e regionais; contribuir para a promoção cultural, recreativa e desportiva das mulheres e das jovens; lutar

contra atitudes discriminatórias em relação às mulheres, designadamente no campo da formação e valorização profissionais; desenvolver acções que visem aumentar a participação das mulheres a nível local; pugnar pelo aumento do número de mulheres a eleger pelos partidos e coligações em que se encontram integradas.

De entre as iniciativas mais importantes agendadas para este mês pelo MDM, destacam-se: **o tribunal sobre a violação, a realizar no dia 14, no distrito de Setúbal; entrega de Distinção de Honra a Maria Alda Nogueira**, cerimónia que homenageará a sua intervenção antifascista e luta em prol da emancipação feminina, dia 29, em Lisboa.

O ano de 1988 será assinalado pelas comemorações do 20.º aniversário do MDM e pela realização do seu III Congresso, a ter lugar no último trimestre do próximo ano.

Matosinhos com luz mais cara

A população de Matosinhos paga três vezes mais cara a tarifa da luz do que em todos os outros concelhos do distrito do Porto. Esta situação, que já dura há cinco anos e prolongar-se-á se não for feita nada para resolvê-la, está a desagradar profundamente as populações atingidas.

Os habitantes da cidade do Porto têm estado a pagar uma tarifa de luz inferior à nacional, situação que se prolongará por um período de 5 a 10 anos, segundo o acordo feito pela Câmara Municipal do Porto e a EDP. Entretanto, e conforme o maior ou menor consumo de electricidade, o preço da tarifa da luz aproximar-se-á gradualmente da tarifa nacional.

Foi uma importante vitória conseguida pela população da cidade do Porto com o apoio firme dos comunistas, para a resolução do problema. Esta luta, apoiada pelo PCP, vem sendo travada desde 1978 contra o elevado e injustificado valor das tarifas nacionais de energia eléctrica estabelecidas pelos sucessivos governos, exigindo o devido respeito pela si-

tuação específica da região em matéria de consumos e uma igualização, a longo prazo, ao tarifário nacional.

O acordo entre a Câmara Municipal do Porto e a EDP, aplica-se também aos concelhos de Vila Nova de Gaia e Maia, estando os concelhos de Gondomar e Valongo em boas condições para seguirem uma situação semelhante à da cidade do Porto.

E Matosinhos? No conjunto é um período de 10 a 15 anos em que os seus habitantes pagaram e continuarão a pagar a electricidade mais cara, quando isso pode ser perfeitamente evitável.

A comprovar esta discriminação veja-se a diferença de preços de dois consumidores que residem a duzentos metros e que têm a mesma potência instalada e os mesmos consumos mensais: para o consumo de 200 KWH e potência de 6,6 KVA, um morador no Bairro da Biquinha (Matosinhos) paga 147 831\$00, enquanto que outro, em Aldoar (Porto) paga 56 516\$00. A diferença é de 91 315\$00. Os números são bem claros e mostram a injustiça da situação.

Internacional

América Central

Acordos de paz entram em vigor

Hoje, dia 5 de Novembro, entram em vigor os acordos de paz para a América Central, assinados na Cidade da Guatemala em 7 de Agosto último pelos presidentes da Nicarágua, El Salvador, Costa Rica, Guatemala e Honduras.

Trata-se, sem dúvida, de uma data histórica. Sejam quais forem os resultados futuros — e ninguém ignora os enormes obstáculos que se levantam à concretização dos acordos devido à oposição dos EUA — é convicção das partes intervenientes de que os países centro-americanos não podem regressar ao ponto de partida.

Em primeiro lugar, a plataforma de entendimento conseguida na Cidade da Guatemala, sem a participação dos Estados Unidos e contra a sua vontade, assinala uma viragem na política da região. Mesmo reconhecendo que alguns dos signatários, como é o caso de El Salvador e das Honduras, por exemplo, estão longe de poder ou desejar reivindicar uma política independente de Washington, é um facto que as suas próprias dificuldades e contradições internas, a par das crescentes tensões regionais, os forçaram a um novo posicionamento político.

Ou seja, mesmo os mais enfeudados ao imperialismo norte-americano não puderam deixar de subscrever a autêntica declaração de independência que os acordos de paz da Guatemala representam, enquanto expressão da vontade soberana dos cinco países centro-americanos em procurar os caminhos da convivência pacífica, da paz e da democracia.

Em segundo lugar, os passos concretos dados na concretização dos acordos, e em particular o desenvolvimento

do diálogo entre as diferentes partes em conflito, abriu perspectivas de futuros entendimentos, a clarificação de posições, o reconhecimento implícito das forças relativas de cada parte, que não permite retrocessos.

Finalmente, o manifesto apoio popular, tanto interno como externo, aos acordos de paz, demonstrou uma vez mais que os EUA constituem o principal obstáculo à pacificação da região e a necessidade premente de conjugar todos os esforços para obrigar o grande vizinho do norte a abster-se de intervir nas decisões de países independentes e soberanos.

Há que reconhecer que esta é a parte mais difícil de concretizar.

Enquanto na Nicarágua o governo respondia favoravelmente, no final de Outubro, ao apelo das forças da oposição no sentido de participarem no diálogo nacional os partidos não representados na Assembleia Nacional, incluindo no diálogo o Partido Liberal, o «Movimento pela Unidade e pela Democracia» do Partido Liberal Independente, dois grupos do Partido

Democrático Conservador, o grupo de Eduardo Rivaz que se separou dos sociais-cristãos e mesmo a «Aliança Democrática Nacional» — principal organização dos «contras» — desde que depõem as armas, enquanto isto sucedia, dizíamos, os EUA desencadeavam a vários níveis uma intensa campanha de desinformação. Citando fontes que preferem manter o anonimato, as agências noticiosas anunciaram a semana passada que a administração Reagan tinha decidido suspender o pedido ao Congresso de 270 milhões de dólares para ajudar aos «contras», a fim de «não prejudicar» os acordos de paz na América Central.

Esta pretensa manifestação de boa-vontade era desmentida quase ao mesmo tempo por George Shultz, que garantiu a intenção de Reagan em prosseguir o apoio aos «contras», «sejam quais forem os resultados dos acordos da Guatemala». No centro da questão está, como é evidente, o respeito pelo ponto que estabelece «a suspensão da ajuda às forças irregulares», o que transcende a vontade dos países centro-americanos.

As provocações

Importa no entanto não perder de vista o facto de a administração Reagan não interessar uma posição de total isolamento nesta matéria. Assim, através de informações contraditórias, não é de excluir outro tipo de activi-

dades sabotadoras, que não impliquem directamente os EUA. Como é o caso do assassinato de Herbert Anaya, presidente da Comissão Salvadorenha dos Direitos do Homem, atribuída aos «Esquadrões da Morte», que interrompeu e poderá levar à rotura das conversações de paz em El Salvador.

A necessidade de manter a serenidade e não cair nas malhas das provocações, por mais revoltantes que sejam, tornou-se a partir de agora ainda mais importante.

A entrada em vigor de um cessar-fogo, a prevista amnistia de presos, a proibição de utilização do seu território para ataques a Estados vizinhos, acordada pelos cinco países centro-americanos, não será uma tarefa fácil, sobretudo tendo em consideração as profundas diferenças de situação existentes entre eles. No entanto, como afirmou recentemente o ministro costa-riquenho dos Negócios Estrangeiros, Rodrigo Nieto, os cinco países estão dispostos a desenvolver diversas iniciativas capazes de levarem à prática os acordos de paz estabelecidos.

O cumprimento dessa missão será controlado por uma Comissão Internacional, constituída por representantes da ONU, da Organização dos Estados Americanos, do Grupo de Contadora e do Grupo dos Seis, que poderão visitar cada uma dos cinco países envolvidos até 5 de Janeiro próximo. Mais cedo ou mais tarde os EUA terão de render-se às evidências de que não são os donos da América Latina.

Conferência sobre o Médio Oriente

O ministro dos Negócios Estrangeiros do Egipto, Abdel Maguid, defendeu no passado fim-de-semana a necessidade de realizar uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente, com a participação directa de representantes da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Considerando a Conferência como o único meio de conseguir a verdadeira regularização dos problemas daquela região, Abdel Maguid sublinhou que a questão palestiniana é o núcleo do problema do Médio Oriente, pelo que este só se resolverá com o reconhecimento do direito legítimo do povo palestiniano à autodeterminação.

A OLP, disse, é o único representante legítimo do povo palestiniano, pelo que só ela tem o direito de eleger os seus representantes para a Conferência Internacional, sem quaisquer ingerências externas. Por outro lado, frisou, a paz na região não pode ser estabelecida enquanto Israel continuar a ocupar as terras árabes.

Embargo dos EUA ao comércio com o Irão

Os EUA aprovaram a semana passada um decreto que impõe o embargo total à importação de produtos do Irão, incluindo petróleo.

Numa declaração de Reagan, divulgada pela Casa Branca, assinala-se que foi igualmente decidido tomar medidas para proibir a exportação para o Irão de 14 «grandes categorias de produtos norte-americanos» que podem ser utilizados com fins militares. A decisão é justificada com o «comportamento agressivo» do Irão no Golfo Pérsico.

As primeiras reacções a esta medida vieram do Japão, cujo governo considera que «este passo da administração norte-americana provocará inevitavelmente sérios problemas no mercado mundial de petróleo», defendendo a necessidade de «revelar uma atitude cautelosa para com a actuação dos EUA».

Recorda-se que o Japão depende muito mais do que os EUA dos fornecimentos de petróleo da região do Golfo, incluindo o Irão; só nos primeiros nove meses deste ano, a importação de petróleo em rama iraniano pelo Japão foi de 631,2 milhões de toneladas.

Fim dos ensaios nucleares exigido em Buenos Aires

Representantes dos Movimentos da Paz na Argentina, Grécia, Índia, México, Tanzânia e Suécia, reunidos em Buenos Aires no final do mês passado, exigiram o fim imediato de todos os ensaios nucleares, como um passo importante para a conclusão de um acordo sobre a cessação total do fabrico, ensaio e estacionamento das armas nucleares, em particular no espaço.

Na declaração final do encontro, os representantes dos países membros do «Grupo dos Seis» expressam a sua preocupação pela insistência da administração Reagan no plano da «Guerra das Estrelas» e exortam os seus governos a intensificar a luta pela paz e a envolver nela outros Estados, com o fim de libertar a humanidade das armas nucleares.

Considerando que o estabelecimento de uma justa ordem económica internacional é uma importante tarefa nesse âmbito, a declaração defende ainda o fim do domínio do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujos interesses convergem com os do complexo militar-industrial.

Actividades políticas proibidas nas Fidji

A rádio oficial das Fidji anunciou que o regime militar liderado pelo coronel Sitiveni Rabuka, que recentemente derrubou o governo de Rabocci Bavadra, proibiu toda a actividade política no país.

Segundo o decreto promulgado a propósito, foram liquidados, «no interesse da ordem pública e da segurança», «todos os partidos políticos, grupos e alianças», apenas sendo permitido aos cidadãos «criar uniões e associações profissionais e integrá-las com fins de defesa dos seus interesses».

Segundo a imprensa, o texto integral do decreto, que não foi divulgado, prevê igualmente a proibição das «acções sindicais, como greves, boicotes, campanhas de redução do ritmo de trabalho, marchas de protesto e manifestações», o que retira qualquer significado à existência de sindicatos.

De referir, por outro lado, que o governo das Fidji isentou os elementos das «forças de segurança» da responsabilidade por assassinatos cometidos «durante uma detenção legal, prevenção de fuga, liquidação de um motim ou prevenção de um crime», e encerrou os dois jornais editados no país antes do golpe de 25 de Setembro. Entretanto, a rádio passou a transmitir exclusivamente decretos e outras comunicações autorizadas oficialmente.

Renamo massacra centenas de civis

Terroristas da Renamo assassinaram pelo menos 278 pessoas, na passada quinta-feira, na região de Taninga, a uma centena de quilómetros da capital Moçambicana, Maputo, durante um assalto contra uma coluna civil.

De forma indiscriminada, homens, mulheres e crianças foram mortos a tiro, queimados vivos e atacados à machadada, numa manifestação de barbaridade que nada justifica. Alguns dos sobreviventes, em particular crianças, ficaram com os braços e as pernas decepados.

Entre os mortos conta-se pelo menos um português, natural da ilha da Madeira. As autoridades moçambicanas admitem que haja mais portugueses entre as vítimas, mas a identificação dos corpos tornou-se extremamente difícil dada a selvajaria do ataque, tendo algumas dezenas sido enterradas por identificar por razões de ordem sanitária.

Representantes diplomáticos e de organizações humanitárias sediados em Maputo deslocaram-se ao local do massacre, a convite do

governo de Moçambique, tendo expressado o seu horror e repúdio pela acção dos terroristas da Renamo. O representante da Organização Mundial de Saúde disse, a propósito que «todos os que nos deslocámos a Taninga fomos possuídos por uma sensação de horror que nos leva a perguntar até quando é que esta situação se vai prolongar, até que ponto é que certas forças, que teimam em apoiar criminosos deste género, podem continuar a sentir-se impunes».

Uma pergunta pertinente a

que os defensores dos criminosos da Renamo deveriam responder.

A par da perda de vidas humanas, o assalto em Taninga saldou-se em mais de dois milhões de dólares de prejuízo, segundo a estimativa do coordenador das Nações Unidas em Moçambique. Recorda-se que as colunas civis são normalmente utilizadas para o transporte de pessoas e bens, recorrendo os bandos da Renamo cada vez mais a assaltos deste tipo para o seu próprio abastecimento, já que não contam com qualquer apoio da população.

Fazendo do terror o seu único «argumento», os bandos da Renamo continuam no entanto a dispor de apoio militar, em particular da África do Sul, e de cobertura política em vários países da Europa, designadamente em Portugal, onde actuam na mais completa liberdade e se

vangloriam dos crimes cometidos contra a população civil.

Ataque a Angola

Entretanto, sábado passado, a África do Sul invadiu o sul de Angola, na região da fronteira com a Namíbia, tendo assassinado mais de 150 pessoas, de acordo com informações de Pretória.

Segundo o Ministério da Defesa da África do Sul, durante a agressão a Angola morreram 11 soldados sul-africanos.

As autoridades angolanas anunciaram, por outro lado, que os terroristas da Unita assassinaram uma centena de civis no passado dia 24, na comuna de Salanda, no centro do país.

Nunca é de mais recordar que a Unita e a África do Sul são directamente apoiadas pela administração Reagan.

Internacional

7 de Dezembro a Paz mais perto

Dia 7 de Dezembro deverá ficar na história da humanidade — de todos nós — como uma data marcante no que será o primeiro passo no processo de desarmamento. Em cimeira a realizar em Washington, entre Gorbatchov e Reagan, deve ser assinado o primeiro acordo para a liquidação de toda uma categoria de armas. Muito embora nos fiquemos por uns modestos 3% do arsenal nuclear.

A importância da cimeira de Washington resulta não apenas da assinatura deste acordo — o que já de si é particularmente significativo. As perspectivas são de um avanço também no debate concreto da redução do armamento estratégico, em interligação com o respeito do tratado DAM, ou seja, na dependência da não-militarização do espaço, projecto ciosamente defendido pelo complexo militar industrial e pessoalmente pelo presidente Reagan.

Este aliás, no momento actual, o grande fulcro dos maiores obstáculos ao processo de desarmamento.

O momentâneo protelamento da marcação desta cimeira ficou a dever-se à posição de Shultz em Moscovo, que então levava como única bagagem para as conversações, as posições assumidas por Reagan em Reykjavik relativamente à «guerra das estrelas», cada vez mais impossíveis de manter.

O caminho da Cimeira de Washington foi aberto por uma alteração relativa da posição da Casa Branca, que passa pelo compromisso, assumido em comunicado conjunto soviético-americano, de que os dois dirigentes vão estudar a concretização de um tratado de limitação de armas estratégicas, em simultâneo com a «observância do tratado DAM por um período a estabelecer».

Avanços nas negociações nestas áreas do desarmamento devem culminar numa nova cimeira em Moscovo no primeiro semestre de 1988.

Passos de uma luta difícil — que necessariamente será feita de avanços e recuos — mas que a vida indica ter pés para andar. Pela única via existente hoje.



O 13.º congresso do PC da China

O XIII Congresso do Partido Comunista da China, reuniu em Pequim dois mil delegados. Divididos em 33 grupos de trabalho, os delegados debateram o relatório apresentado por Zhao Ziyang, centrado no processo de reformas a introduzir na política social e económica do país. Documento que simultaneamente constitui um plano de desenvolvimento para os próximos 5 anos.

No primeiro plenário do novo Comité Central, o primeiro-ministro chinês Zhao Ziyang, foi eleito secretário-geral do Partido (devendo por isso abandonar as funções governamentais).

O ex-secretário-geral do PCC, Deng Xiaoping, foi nomeado pelo CC para presidente da Comissão Militar Central, o mais elevado cargo da hierarquia militar chinesa.

O documento apresentado ao Congresso define a realidade actual da China como de um «estádio inicial do socialismo», e aponta como tarefa mais importante o desenvolvimento das forças produtivas do país.

O programa de modernização fixa como objectivo o quadruplicar da produção industrial e agrícola entre 1980 e o ano 2000, um salto de 250 para 800 dólares no rendimento por habitante. Metas que implicam um ritmo anual de aumento do produto nacional bruto da ordem dos 7,2 por cento.

A nova estratégia económica inclui profundas transformações que inclui uma certa autonomia das empresas, o recurso às leis do mercado, no quadro de uma economia planificada, diferentes formas de propriedade, nomeadamente familiar.

Alguns resultados significativos foram já alcançados, em particular no campo, onde os rendimentos dos trabalhadores agrícolas duplicaram desde 1978. Alguns problemas acompanham resultados positivos — problemas no que respeita ao emprego ou à desproporção de níveis de vida.

O Congresso debateu exactamente estas questões, utilizando na definição de linhas futuras, experiências já em curso.

Istambul Grande manifestação no funeral de dirigente comunista

Behice Boran, a presidente do Partido Operário da Turquia, morreu no exílio, dias depois de ter anunciado publicamente (7 de Outubro), com H. Kutlu, secretário-geral do CC do PC Turco, a fusão dos dois partidos, de que resultou a constituição do Partido Comunista da Turquia.

A homenagem popular prestada no regresso do corpo da dirigente comunista à Turquia, deu origem à maior manifestação de oposição, realizada desde o golpe de Estado militar de Setembro de 1980. 25 mil pessoas participaram, nas ruas de Istambul, numa impressionante manifestação antifascista.

Boran havia aderido à luta pela paz, a democracia e o socialismo ainda como jovem estudante, e prosseguiu posteriormente a sua luta como cientista, escritora e editora de numerosas publicações progressistas. Nos anos 40, aderiu ao movimento político da classe operária. Nos anos 50, esteve na luta pela paz como fundadora e presidente da «Associação dos amantes

da Paz da Turquia». Em 1965, foi eleita para o Parlamento como dirigente comunista. A partir de 1970 tornou-se presidente do Partido Operário da Turquia (POT).

Após o golpe militar de 1980, o POT é ilegalizado e a camarada Boran, que já no passado havia sido persegui-

da e presa por diversas vezes, é forçada a exilar-se e mesmo privada da cidadania.

A grande manifestação popular que na Turquia acompanhou o seu funeral bem testemunha de como não foi em vão a sua luta, que é a luta dos comunistas turcos.



«A participação decisiva do cruzador «Aurora» no desenrolar da insurreição armada em Petrogrado (hoje Leninegrado) é uma das páginas imortais da Revolução de Outubro. Ancorado no rio Neva, o cruzador é hoje um museu, visitado com emoção por milhares e milhares de pessoas.

Foi ali mesmo, no legendário «Aurora», que Alexandre Victorovitch Bélichev — o comissário bolchevique na guarnição que deu ordem para disparar o canhão do navio no dia 7 de Novembro — concedeu uma entrevista aos órgãos de propaganda do Partido Comunista Português.

Alexandre Bélichev tem hoje 72 anos, mas é com fogoso entusiasmo juvenil que nos fala desses ardentes dias de Novembro de 1917.

(...)

«A 24 de Outubro (6 de Novembro) fui chamado ao Palácio Smolny onde se instalara o Estado Maior da Revolução e o Comité Militar Revolucionário. Falei com Iakov Sverdlov que seria depois o primeiro presidente da Comissão Executiva Central da União Soviética, e era o braço direito de Lênine. Informado de que a tripulação do «Aurora» era uma verdadeira fortaleza bolchevique, Sverdlov deu a ordem para o cruzador defender e estabelecer o tráfego pela ponte Nicolau, em frente do Palácio de Inverno, e manter aí posições.

Regressando ao cruzador, como comissário político de bordo e nomeado por Sverdlov, convoquei um meeting, onde os marinheiros, por unanimidade, decidiram cumprir as ordens do Partido Bolchevique.

Avisados da nossa decisão, o comandante e os outros oficiais decidiram não participar na luta política, conservando a neutralidade. Dei ordem de prendê-los para que não impedissem a nossa acção revolucionária.

O navio dirigiu-se à ponte de S. Nicolau, onde fundámos, pondo em fuga os junkers e cossacos. Os marinheiros baixaram a ponte.

Ao amanhecer do dia 25 (7 de Novembro) um emissário do Comité Revolucionário veio a bordo e disse-nos que às 9 horas da noite o Partido dirigiria um ultimatum ao governo burguês exigindo que entregasse o Poder ao povo e avisando-o que se ele resistisse, a um sinal da fortaleza Pedro e Paulo o cruzador «Aurora» abriria fogo e atacaria o Palácio de Inverno.

As forças revolucionárias populares foram-se concentrando junto ao Palácio de Inverno.

Ao anoitecer, cada marinheiro do «Aurora» estava a postos no seu lugar. Nas margens começavam a ouvir-se disparos desgarrados. Eram 9 horas mas a fortaleza de Pedro e Paulo não dava sinais de vida. Às 9 e 35 minutos ouvimos o disparo na fortaleza. Dei ordem de fogo! — Este foi o sinal para as forças populares iniciarem o assalto ao Palácio de Inverno.

Depois do tiro, chegou aos nossos ouvidos um «Hurra!» atrozador da multidão, seguido de forte tiroteio. Começara o ataque contra o Palácio de Inverno. Mais ou menos 4 horas depois o Palácio foi tomado.»

(«Entrevista no Cruzador «Aurora» — «Avante!», VI Série, n.º 385, Novembro 1967)





A moderna unidade da Crisal no Casal da Areia, no concelho de Alcobaça

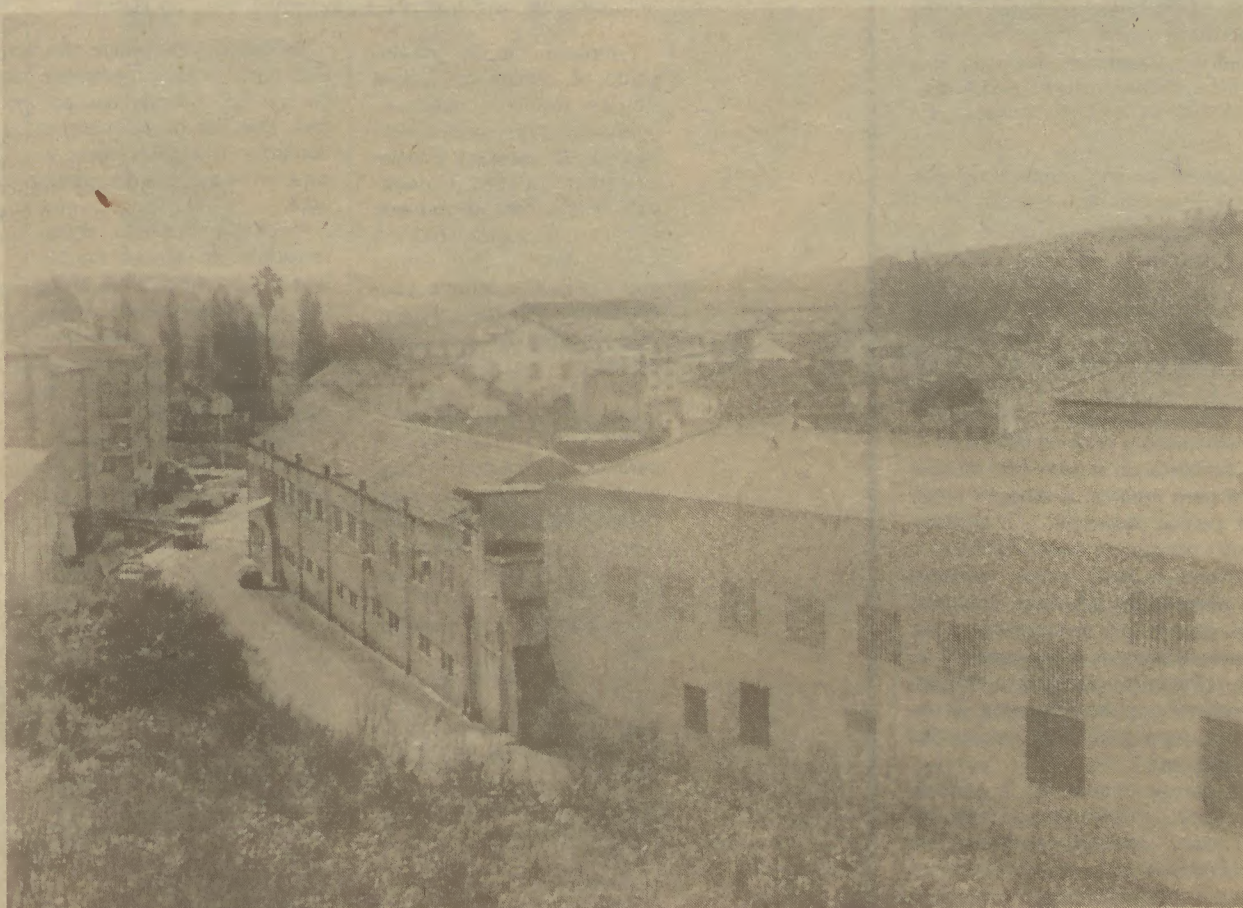


A ameaça do despedimento numa empresa em expansão...

«quero, posso e mando» vigora em várias empresas do distrito de Leiria. Da repressão à limitação de direitos, liberdades e regalias consignadas na lei, passando pela chaga dos salários em atraso, a exploração do trabalho infantil, os ordenados de miséria (por vezes muito abaixo das tabelas mínimas), as discriminações de trabalhadores por motivos políticos e pessoais, os pagamentos com cheques «carecas», as violências e perseguições, até o controlo pidesco das idas à casa de banho — enfim, de tudo se regista no quotidiano de múltiplas empresas da região. «O patronato tem as costas quentes e depois de 19 de Julho a situação ainda se agravou mais». Desabafos como este ouvimo-los durante a nossa curta passagem pelo distrito, acompanhados também por uma firme determinação na luta e na unidade em torno das ORTs (exemplo significativo é o programa comum de acção previsto pelo movimento sindical unitário para 42 empresas).

Entretanto, o «quero, posso e mando» não fica pelos casos citados. Engloba também as ameaças e confirmações de despedimentos colectivos. E aqui encontramos um caso a todos os títulos exemplar: o do bloco **Crisal**, cujos 1200 trabalhadores produzem com elevado profissionalismo e arte a marca «Atlantis», os tais **cristais de Alcobaça**, tão apreciados (e comprados) no País e no estrangeiro. Empresa em nítida expansão, que ainda recentemente aumentou o seu capital social de 675 para um milhão de contos através das acções levadas à Bolsa, empresa com patrocínios exclusivos de programas radiofónicos, que não regista (bem pelo contrário) falta de encomendas tanto do mercado interno como externo, os *stocks* acumulados, a Crisal é hoje sinónimo de instabilidade e de insegurança para os seus trabalhadores, agora confrontados com a ameaça do desemprego, especialmente na unidade fabril de Alcobaça. Como é possível? ■

■ José Paulo Oliveira



Aspecto parcial do edifício onde funciona a sede e a fábrica n.º 1 da Crisal, à entrada da vila de Alcobaça. Foi aqui que os trabalhadores receberam recentemente uma carta e um questionário a prometer despedimento

CRISAL

«Parcial absorção dos excedentes» — promete a administração

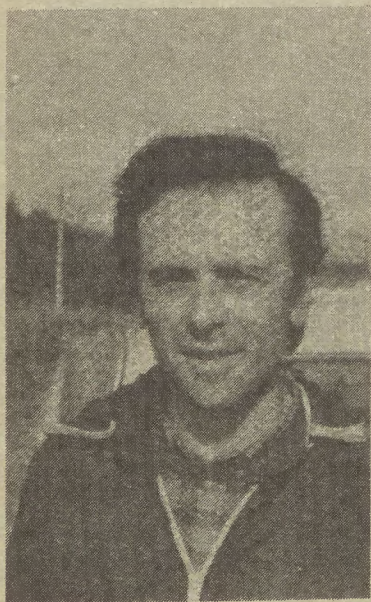


bloco Crisal tem sede em **Alcobaça**, onde também funciona a sua fábrica n.º 1 com 680 trabalhadores (números aproximados), edifício de grandes dimensões situado à entrada da vila e que engloba ainda uma creche. As duas outras unidades fabris

localizam-se na **Marinha Grande** (sector automático com cerca de 200 postos de trabalho) e no **Casal da Areia**, concelho de Alcobaça, junto a Maiorga. Inaugurada há cerca de 3 anos apenas, esta última emprega só na área fabril 280 trabalhadores. A Crisal possui ainda armazém em **Pataias** e representação em **Lisboa**, na Av. Casal Ribeiro. António Magalhães é o presidente do conselho de administração que recentemente (depois de 19 de Julho...) fez distribuir pelo pessoal da unidade de Alcobaça um comunicado e um inquérito onde confirma e quantifica a intenção de reduzir postos de trabalho, na sequência do previsível encerramento, no fim do ano, de um dos fornos, o que, a concretizar-se, diz a entidade patronal, cria um excedente de 320 a 330 trabalhadores.

Entre 100 a 200 postos de trabalho ameaçados

Considerando «largamente excedentário» o quadro de pessoal em Alcobaça, a administração da Crisal pretende deslocar trabalhadores para o Casal da Areia numa situação de laboração contínua, que pretende generalizar e que desde há vários anos tem merecido justamente a oposição dos trabalhadores (¹).



Arménio Alexandre, dirigente sindical: a defesa intransigente dos postos de trabalho na Crisal

Mesmo assim, a «absorção dos excedentes» só seria **parcial** (diz o comunicado patronal), ficando ainda «por resolver» o problema dos «outros 200 ou 100 postos de trabalho, consoante as hipóteses de um ou dois fornos». E isto, obviamente, «partindo do princípio que todos os lugares do Casal da Areia» seriam aproveitados pelos trabalhadores considerados a mais na fábrica n.º 1.

Manifestando à priori falta de vontade para resolver a situação («não nos parece possível...»), a administração diz que se pode «minorar» o problema de duas formas: **aumento do número de reformas antecipadas, para o que continuarão a ser feitos contactos; e passagem à laboração contínua com a correspondente criação de postos de trabalho, para parcial absorção dos excedentes (...)**

A par do comunicado, a administração da Crisal fez chegar aos trabalhadores, como já referimos, um questionário sobre «as suas expectativas e necessidades, de forma a chegar rapidamente à solução mais justa e melhor, dentro do possível». Quem não entregasse o questionário «devidamente preenchido» no prazo de apenas uma semana, a administração partiria do princípio que eram aceites quaisquer das soluções propostas, sem reservas de qualquer espécie... O que, naturalmente, as organizações representativas dos trabalhadores não aceitaram, denunciando com vigor (mais) esta manifestação de «quero, posso e mando».

nário «devidamente preenchido» no prazo de apenas uma semana, a administração partiria do princípio que eram aceites quaisquer das soluções propostas, sem reservas de qualquer espécie... O que, naturalmente, as organizações representativas dos trabalhadores não aceitaram, denunciando com vigor (mais) esta manifestação de «quero, posso e mando».

Uma bofetada no divisionismo

Na sequência do envio do comunicado e do questionário realizaram-se

dois plenários na empresa, um dos quais com a participação de mais de 500 trabalhadores.

As respostas ao formulário acabaram por ser dadas em conjunto e enviadas em bloco à administração, como recorda o dirigente sindical **Arménio Manuel Alexandre**, trabalhador da empresa e membro do Conselho Nacional da Federação de Cerâmica, Cimento e Vidro e da direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira.

No desenrolar da situação que se tem vivido na empresa, Arménio Alexandre, que contactámos em Alcobaça, salienta três aspectos essenciais:

- A firmeza dos trabalhadores e a

lição dada às forças do divisionismo (acusado de lacaio e de fazer o jogo da administração, um elemento UGT foi obrigado a demitir-se da Comissão de Trabalhadores);

- A posição de responsabilidade e diálogo desde sempre manifestada pelas ORTs, nomeadamente o Sindicato vidreiro, que em Outubro participou em Leiria numa reunião com um representante do Ministério do Emprego e a administração da Crisal;

- E ainda a afirmação inequívoca por parte do Sindicato de defesa intransigente dos postos de trabalho e da estabilidade do emprego para todos os trabalhadores da Crisal.

Os administradores compromete-

ram-se a apresentar brevemente propostas concretas sobre a reestruturação da empresa, na sequência, disseram em Leiria, das respostas ao inquérito. Até lá, os trabalhadores mantêm a sua unidade, reforçam a consciencialização e o esclarecimento entre si, continuam a lutar pelo emprego e pela manutenção de regalias e direitos que ganharam e não podem perder. ■

(¹) Há três anos os vidreiros desempregados da Marinha Grande, Martin-gança e Moita que foram trabalhar para o Casal da Areia viram-se obrigados a aceitar a laboração contínua, o que a administração da Crisal pretende generalizar na empresa. ■

BOLSA E MERCADOS

LISBOA (30.10.87) PORTO (30.10.87)

DESIGNAÇÃO	QUANT	EFFECT	COMP	VENDA	QUANT	EFFECT	COMP	VENDA
SONAE	15 830	22 650	22 650		1 080	24 200	24 200	
Isar Rakoll	80	12 200		12 200				13 100
Proadec				14 500				13 800
Ciree	810	19 900		19 900				23 200
Polimisa	20	7 950		7 950	20	10 950		10 950
Cinco	80	22 050	22 050		140	30 200		30 200
Barbo e Almeida					910	8 450		8 450
Crisal	250	9 900		9 900	30	11 500		11 500
Indesa	80	9 550		9 550	80	10 550		10 550
Indesal	990	3 800	3 800		70	4 200		4 200
F. Ramada	3 540	2 580	2 580		466	3 400	3 400	

Nem a tónica do capitalismo popular evita que a administração da Crisal aposte na ameaça do despedimento colectivo de trabalhadores essenciais numa empresa em expansão, que recentemente aumentou o seu capital social de 675 mil para um milhão de contos através do jogo da Bolsa

Faianças Belo, em Caldas da Rainha

Salários em atraso numa empresa com condições para enfrentar o futuro

Desavenças entre os sócios (membros da mesma família) estão na origem da grave situação que se vive actualmente na **Faianças Belo**, em Caldas da Rainha.

Fundada por um mestre saído da oficina de Rafael Bordalo Pinheiro, esta empresa com nome saliente no historial da cerâmica popular e tradicional das Caldas, está virada para o mercado externo (Europa, EUA e mesmo África) e não consegue responder a uma corrida carteira de encomendas, superior a 90 mil contos.

Entretanto, o que devia ser uma empresa próspera, dinâmica, com fortes motivos para olhar o futuro de frente e com um ambiente de estabilidade para os seus trabalhadores (apenas cerca de 30, entre homens e mulheres), é hoje um centro de preocupações e de instabilidade.

Com três meses de salários em atraso, a Faianças Belo, que já chegou a contar 55 postos de trabalho, constitui mais um exemplo da coragem e da firmeza dos trabalhadores em torno de objectivos que se identificam profundamente com a defesa da economia e dos interesses regionais e nacionais.

Os trabalhadores tudo têm feito para manter a empresa de pé. Ao contrário dos sócios, que são os primeiros a confirmar e a reconhecer a sua incapacidade para gerir...

No Verão passado, como resposta ao atraso de 12 dias no pagamento de salários, os trabalhadores avançaram para uma greve que se prolongaria cerca de um mês. Durante esta luta, a EDP cortou a luz.

Após a análise da situação e das perspectivas que se abriam à luta, decidiram levantar a greve, numa afirmação combativa e responsável. Evitar uma maior degradação da empresa, com reflexo, por exemplo, nas máquinas paradas, e evitar a falência, influenciaram a decisão.

Várias reuniões tiveram lugar com o delegado sindical, representantes do Sindicato, da administração, da comissão representativa dos trabalhadores da empresa e de grupos económicos.

Sem solução à vista, os trabalhadores, já depois des-

sas reuniões, decidiram enviar uma petição ao tribunal, ao abrigo da Lei 177, para pedir a viabilização da empresa, com intervenção das autoridades.

Além do envio de delegações ao Governo Civil e ao presidente da Câmara Municipal das Caldas, que se limitaram a ouvir, os trabalhadores da Faianças Belo voltaram à luta na frente jurídica avançando com a declaração da empresa com salários em atraso (Lei 17). «Não

trabalhamos sem receber» foi como que uma palavra de ordem ao tomarem esta decisão.

Enquanto a situação permanece num impasse — cabendo às autoridades oficiais um papel de grande responsabilidade — levantam-se rumores sobre o possível interesse de alguns grupos económicos da região na degradação total da empresa. Uma vez encerrada, haveria muita gente interessada em tomar conta dela...



Faianças Subtil, Caldas da Rainha — resposta vigorosa dos trabalhadores aos aumentos selectivos, com greve às horas extraordinárias e ao trabalho para casa.

LEIRIA

Um projecto corajoso para fortalecer o PCP

E stá em curso no distrito de Leiria um interessante plano de trabalho da Organização Regional do PCP apontado a uma nova estrutura orgânica e ao desenvolvimento de toda a actividade dos militantes e das organizações nos 16 concelhos do distrito. Responder com mais energia e rigor às tarefas que se deparam ao Partido, aproximar mais as organizações e o PCP das massas e das realidades, responsabilizar mais quadros para a acção, **descentralizar** o trabalho de direcção e dar à DORLEI condições para acompanhar mais profundamente o que é considerado e definido como **prioritário** — são «metas» que estão nos horizontes dos militantes comunistas da região de Leiria, que dão neste projecto o devido enquadramento às directrizes do trabalho definido no plano nacional, com particular destaque para a campanha organizativa e o XII Congresso do PCP. Para discutir as questões da reestruturação orgânica e tomar medidas, a Organização vai encontrar-se numa Assembleia extraordinária marcada para o próximo dia 28. Na sequência do acompanhamento que o nosso jornal vinha dando a esta iniciativa de âmbito regional, fomos em Leiria ao encontro de dois camaradas ligados ao assunto: **António Orcinha**, membro suplente da Comissão Política do Comité Central, e **José Augusto**, do executivo da DORLEI e do Comité Central do PCP. Antes de passar já de seguida à síntese das declarações que nos prestaram, um breve parêntesis para historiar o projecto: as coisas começaram a ganhar forma em Setembro, quando o plenário da DORLEI de 26 desse mês aprovou as linhas gerais para a reestruturação orgânica.

los comunistas de Leiria nesta fase de seu trabalho de renovação, fica claro que não se trata de inovações tomadas apenas de «cima para baixo». Por outras palavras: também ao nível das Concelhias os planos de reestruturação e a definição de prioridades são já hoje pontos salientes do debate e da acção, levados à prática através de numerosas iniciativas: plenários, reuniões, assembleias (veja-se o exemplo dos lugares da Ordem, Camarnal e Guarda Nova, no concelho da Marinha Grande — caderno **A Semana** desta edição), convívios, conversas individuais, etc.

Neste sentido, foram reestruturadas entre outras as Comissões Concelhias da Marinha Grande, Leiria, Caldas da Rainha e Pombal. Foi criada a Comissão de Freguesia da Marinha Grande e avançou-se para a constituição de comissões de lugar no concelho. O acompanhamento mais dinâmico de células de empresa e a criação de dois novos organismos (para freguesias e para a zona urbana) são já realidades em Leiria. Veja-se também o exemplo dos comunis-



A difusão da imprensa do Partido, as quotas, a dinamização do CT, os fundos, o trabalho dos eleitos do PCP nas autarquias, o reforço da ligação às populações e vários problemas da situação social e económica do concelho estiveram em foco neste plenário de militantes realizado no último sábado em Peniche. A Assembleia extraordinária da ORLEI também mereceu a atenção dos participantes, que no final confraternizaram à volta de uma saborosa caldeirada com a assinatura do camarada João Resende

tas de Pombal: constituíram um organismo executivo, outro para a zona industrial e um outro ainda para as freguesias. Em Peniche, como tivemos oportunidade de constatar, foram constituídos dois novos organismos para a dinamização do trabalho interno e para as iniciativas, incluindo a revitalização do Centro de Trabalho. Tudo o que aqui ficou são apenas exemplos dum trabalho vasto que começa a evidenciar-se em todo o distrito.

Responsabilizar quadros não funcionários

Da conversa mantida em Leiria com os camaradas Orcinha e José Augusto sobressaiu desde o primeiro momento um conjunto de preocu-

pações que acompanham e caracterizam a nova estrutura da DORLEI. Uma delas é a responsabilização e a dinamização que se pretende fazer avançar em todas as Concelhias, incluindo aquelas em que o Partido sente maiores dificuldades de penetração (caso dos concelhos da serra e do norte do distrito).

Outra preocupação relaciona-se com a chamada para responsabilidades e tarefas concretas de camaradas não funcionários. E esta situação começa a dar os seus frutos.

Integrado no novo esquema orgânico e na dinamização geral da actividade do PCP na região de Leiria encontramos ainda o reforço de importantes organismos de direcção de sectores como o sindical, o camponês, as autarquias e o intelectual (com professores).

■ JPO

Um novo organismo

No novo esquema orgânico da DORLEI insere-se a constituição de um novo organismo com quadros do Partido eleitos ou propostos pelas Concelhias. Composta por cerca de 20 camaradas, esta **Coordenadora Distrital dos Concelhos e Frentes de Trabalho**, que em princípio reunirá de três em três semanas, tem como missão coordenar todo o trabalho do Partido no distrito e acompanhar mais de perto as frentes de trabalho que não foram consideradas nas prioridades, libertando assim o Executivo da DORLEI para aquelas tarefas que poderemos designar de «prioritárias» ou «primeira linha».

Com uma composição mais reduzida (há camaradas que transitam da DORLEI para a Coordenadora, passando a ter mais responsabilidades e mais tarefas concretas), a Direcção Regional, que, mantém o seu papel de direcção como tal, terá condições para exercer as suas funções de uma forma mais dinâmica e operacional.

Cinco áreas de intervenção fundamentais

Para além de «19 células de empresa mais significativas» no quadro da actividade partidária (ver adiante), os camaradas de Leiria caracterizam como áreas prioritárias da sua acção os principais **concelhos** (Marinha Grande, Peniche, Leiria, Alcobaça e Caldas da Rainha), opção tomada a partir de dados relativos à influência, implantação e resultados eleitorais do Partido, e o **trabalho sindical**, o **trabalho autárquico**, o **trabalho camponês** e a **juventude**.

Em relação à frente autárquica, as prioridades vão, naturalmente, para as autarquias CDU e para o acompanhamento da acção, aí desenvolvida em prol das populações: **Marinha Grande** (CM, AM, duas freguesias), **Bombarral** (freguesia da vila) e **Peniche** (3 elementos na CM e duas freguesias).

Caberá ao Executivo da Direcção Regional o acompanhamento directo das cinco áreas de intervenção referidas.



António Orcinha e José Augusto encontraram-se no CT de Leiria com o «Avante!» para uma animada conversa, de que deixamos algumas passagens mais significativas nestas colunas

As 19 empresas prioritárias

No âmbito das prioridades definidas pelos comunistas de Leiria contam-se 19 empresas da região, ou seja 19 células do Partido que irão conhecer nos próximos tempos uma nova dinâmica, apontada ao reforço e melhoramento da sua actividade e da sua vida interna.

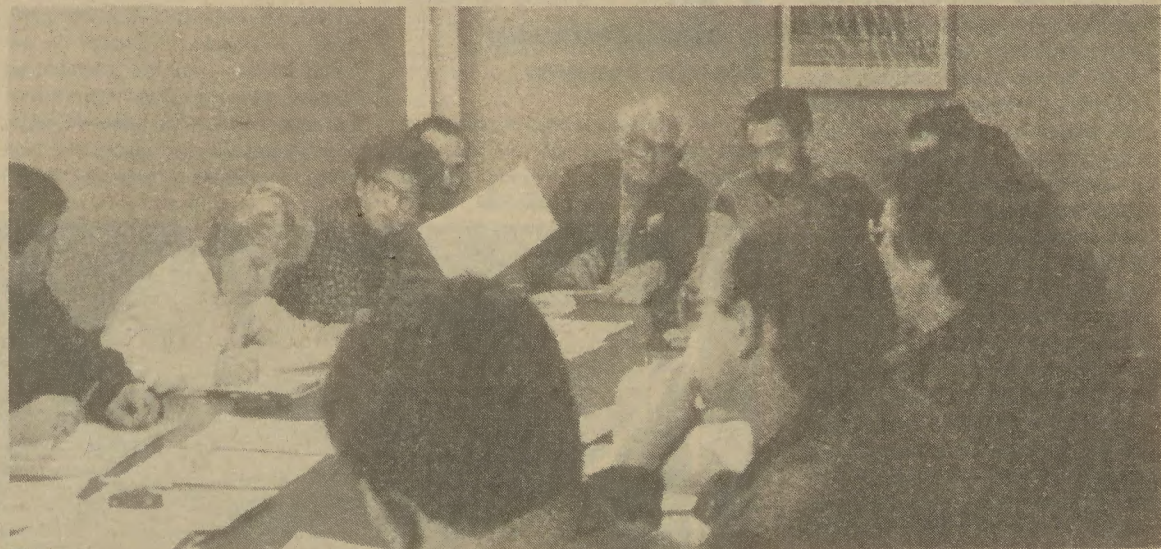
O conhecimento dos problemas, a análise rigosa das situações criadas aos trabalhadores e às empresas e, naturalmente, a intervenção e o papel dirigente dos comunistas nas lutas, serão tarefas de primeiro plano nessas células.

As 19 empresas definidas empregam actualmente cerca de 9mil trabalhadores, dos quais mais de 800 são membros do Partido.

A **Quimigal** (Ansião), **Tosel** (Leiria), **Próalimento** (Leiria), **Cimpor** (Maceira-Liz), **Cimpor** (Pataias), **Portucel** (Marrazes), **FEIS**, **CIVE**, **Tomé Feteira**, **Santos**, **Barosa**, **IVIMA**, **Ricardo Galo** e **Manuel Pereira Roldão** Marinha Grande, **Crisal** (Alcobaça), **Casal da Areia** e **Marinha Grande** **SPAL** (Alcobaça), **Secila** (Caldas da Rainha) e **Unicoopesca** (Peniche) são as unidades industriais de que nos falaram os camaradas.

Os concelhos «a mexer»...

Quando se fala em prioridades e em medidas tomadas ou a tomar pe-



Segunda reunião da Coordenadora Distrital dos Concelhos e Frentes de Trabalho (o novo organismo criado com as alterações introduzidas no trabalho de direcção da ORLEI), no último sábado no CT da Marinha Grande

250 delegados

A nova estrutura orgânica da DORLEI e as grandes tarefas imediatas, a eleição da Direcção Regional e uma intervenção de encerramento são pontos em destaque na ordem de trabalhos a propor aos delegados da Assembleia da Organização Regional de Leiria do PCP, marcada para 28 deste mês na cidade do Lis.

Apontada à dinamização de toda a actividade dos comunistas na região, a Assembleia reunirá 250 delegados eleitos nos 16 concelhos do distrito, para além de convidados do

Partido, e de personalidades e organizações democráticas da esfera política e social.

No quadro da actividade preparatória em curso, salientam-se dois documentos-base para discussão entre os militantes: um sobre o novo esquema orgânico e outro sobre a situação política e social e as tarefas imediatas. Paralelamente à eleição dos delegados, os camaradas das diferentes organizações de Leiria preparam as 20 intervenções temáticas da Assembleia sobre a acção nos concelhos e as frentes de

trabalho, ao mesmo tempo que avançam com a criação de novos organismos.

É o seguinte o horário previsto para a Assembleia do dia 28:

1.ª sessão — 14.30h/16.30h; **2.ª sessão** — 17.00h/18.30h; **3.ª sessão** — 18.45h/19.15h; **sessão pública de encerramento** — 19.15h/20.00h.

Reuniões, plenários e convívios (como tivemos oportunidade de constatar no último fim-de-semana em **Peniche** e na **Marinha Grande**) assinalam a actividade preparatória da Assembleia em todo o distrito. ■

Fim-de-semana na Aula Magna

Duas Assembleias pela Paz

Ao longo de três dias — da noite de sexta a domingo — e com a participação de algumas centenas de pessoas, decorreram na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, duas Assembleias interligadas e com um tema comum: a Paz. A Assembleia de e para o Movimento da Paz em Portugal e a Assembleia do Conselho Português para a Paz e a Cooperação.

A primeira centrada na definição dos objectivos comuns de acção em defesa da paz e, como é sublinhado em relatório apresentado às Assembleias, «cada vez mais, em defesa da soberania e segurança de Portugal».

A segunda, a IX Assembleia da Paz do CPPC, voltada para as formas de concretização dos objectivos comuns definidos.

Dos muitos temas abordados, da multiplicidade de questões ventilada este fim-de-semana, optámos por um realce particular para dois temas que a todos nós dizem respeito:

- a possibilidade — nestes dias que vivemos — de uma viragem na realidade política internacional;
- a posição assumida pelo nosso país neste contexto. Os perigos e as novas exigências para o movimento da paz.



Três dias de debate sobre a Paz. Na foto, um momento da sessão inaugural, quando da intervenção do marechal Costa Gomes

Uma nova era?

Desafio ao movimento da Paz

«Um só míssil com três ogivas nucleares — e há-os com catorze — bastaria para destruir todo o país, se tornado alvo prioritário» — afirma-se no relatório do CPPC. Um dado significativo dos níveis e dos perigos atingidos no processo suicida da corrida armamentista, e que de uma forma simbólica embora, nos conduz ao que é decisivo para todos nós aqui em Portugal: a política externa do nosso país, o contributo, positivo ou negativo (e é fora de dúvidas que é preferencialmente negativo), de Portugal, neste momento decisivo da vida política internacional; as formas e a medida em que o movimento da paz se pode assumir como instrumento de acção urgente por «uma política externa portuguesa que garanta a soberania nacional e ponha em primeiro lugar os interesses próprios, específicos, vitais de Portugal».

Que política está a ser desenvolvida pelo nosso país no plano internacional, que questões maiores e preocupações se colocam ao movimento da paz neste domínio, como defender a independência nacional e os reais interesses do nosso povo e país — foi um problema central no debate que alastrou ao longo destes três dias.

No relatório do CPPC chama-se particular atenção para a «valorização geoestratégica de Portugal», que para mais surge ligada aos esforços dos sectores mais militaristas para «compensar» a «perda» dos mísseis nucleares na Europa. O que poderia vir a saldar-se neste absurdo: o processo de desarmamento representar para Portugal mais armas e mais sofisticadas, uma mais negativa e perigosa política externa.

«Da base de Beja e Almodôvar aos Açores e Madeira — sublinha-se ainda no relatório — sucedem-se as informações indicativas da disponibilidade de órgãos de soberania para aceitar factos consumados, praticamente impostos pelo estrangeiro, lesivos da soberania nacional e da segurança de Portugal». Concretamente, «é do domínio público o envolvimento do território nacional no apoio político-logístico a operações dirigidas contra países pacíficos e amigos (Angola, Moçambique, Nicarágua), em tráficos de armas dos EUA para a guerra do Golfo (Irangate), nos planos da Força de Intervenção Rápida, no projecto de «guerra das estrelas» (Almodôvar), na passagem e trânsito de armas nucleares (pelas bases dos EUA e estuário do Tejo)».

Paz e independência Frente comum

«A independência nacional é uma questão que não tem sido tratada como deve», afirmou António

Pedro, no debate sobre a construção de um movimento nacional pela Paz. Nestas duas assembleias da Paz, este tema foi abordado em muitas das intervenções, alinhando-se, um por um, as várias componentes, os «casos» concretos da militarização do nosso país e sua sujeição à lógica e à prática dos sectores mais agressivos do capital internacional.

Falou-se, naturalmente, do trânsito de submarinos nucleares pelo Tejo, a utilização dada às bases militares estrangeiras, as «facilidades» concedidas para utilização do território nacional para fins militares.

Um representante da Comissão de Paz de Beja sublinhou em particular os perigos — também de carácter social — que se prendem ao possível reforço do contingente militar oeste-alemão na base de Beja, e à projectada instalação de uma estação de rastreio de satélites em Al-

modôvar, ligada aos projectos da «guerra das estrelas». E citou Weinberger, em declarações em que este claramente afirma que o sentido da corrida às armas no Espaço é readquirir capacidade ofensiva a um nível que correspondesse ao da posse exclusiva da bomba atómica...

O presidente da Comissão de Justiça e Paz de Setúbal denunciou em particular o carácter ofensivo da exposição de armamento realizada na FIL. Os jovens de Alcochete pronunciaram-se contra o projecto de alargamento do campo de tiro de Alcochete.

Referindo-se à falada possibilidade de transferências dos F-16, aviões militares norte-americanos hoje instalados em Espanha, para Portugal, Aquilino sublinhou na sua intervenção: «Cavaco Silva declarou em Roma, segundo o jornal «El País» de 23 de Outubro, que «Portugal não é, neste momento uma

alternativa a Espanha para receber os aviões F-16 de Torrejon» — A afirmação parece tranquilizadora, mas o «neste momento» dá que pensar...».

Projectos de acção

«Os debates e o seu seguimento terão interesse, sobretudo, enquanto meios, ponto de chegada e de partida para um fim: o avanço até novas metas e nova etapa na acção por objectivos concretos da luta pela paz e na sua consecução» — reafirmou Silas Cerqueira na Assembleia do CPPC, domingo.

A Assembleia decidiu a realização de diferentes iniciativas. Concretamente: um seminário ou mesa-redonda sobre política externa portuguesa; uma acção ligada à exigência de desarmamento nuclear; uma iniciativa nacional sobre a África Austral; e ainda acções sistemáticas de esclarecimento e mobilização em torno da independência nacional.

Decisões que correspondem às recomendações avançadas na Declaração Final da Assembleia de e para o Movimento da Paz em Portugal, em que se afirma:

«A Assembleia de e para o Movimento da Paz em Portugal recomenda aos seus promotores que se esforcem por aprofundar e melhorar o diálogo e a cooperação entre as organizações e individualidades empenhadas na defesa da Paz. Nesse sentido, a Assembleia propõe que sejam encontradas as formas e os meios necessários à realização de reuniões periódicas».

E considera ainda «ser esse o caminho a percorrer para a efectiva construção de um movimento nacional de opinião e acção pela Paz, susceptível de influenciar a política externa portuguesa no sentido do desanuviamento, da cooperação e da independência nacional, e de contribuir ao mesmo tempo para que na Europa e no mundo inteiro sejam pontos cardeais da política internacional a segurança recíproca, o desarmamento universal, o desenvolvimento, a justiça social, a solidariedade entre os povos». ■



semana mundial de desarmamento das nações unidas

20 A 30 DE OUTUBRO

carlos rodrigues

paz
desarmamento
desenvolvimento
cooperação
solidariedade

ASSEMBLEIA DE E PARA
O MOVIMENTO DA PAZ
EM PORTUGAL

30 - 31 DE OUTUBRO 1987
AULA MAGNA • LISBOA

Por uma política de independência nacional

A notícia da Cimeira Gorbachov-Reagan, que se vai realizar a 7 de Dezembro, nomeadamente para a assinatura de um acordo sobre a eliminação de mísseis nucleares de curto e médio alcance na Europa — caiu sobre a sessão inaugural da Assembleia, na noite de sexta, não apenas como uma boa notícia. Também como uma confirmação bem palpável de que vale a pena lutar, de que o desarmamento é possível (e indispensável!). E sobretudo, que hoje mais do que nunca, se impõe reforçar mais e mais a luta pela paz.

«Estamos à beira de uma nova era — pensei no dia 16 de Fevereiro deste ano ao escutar, no Palácio do Kremlin, em Moscovo, o já célebre discurso em que Mikhail Gorbachov, ao propôr concretamente a destruição das armas nucleares (...) disse: **«as mudanças que iniciamos são um convite do socialismo a qualquer outro sistema social para dar começo a uma competição pacífica»**. Palavras do escritor Urbano Tavares Rodrigues, na sessão de abertura. Uma ideia de fundo — a especificidade do momento histórico que vivemos — que por diferentes formas foi insistentemente levantada ao longo dos trabalhos.

Uma ideia de fundo particularmente sublinhada no relatório apresentado pelo CPPC.

«A via da coexistência pacífica e da segurança e cooperação universais — sublinha-se no relatório — não é só a única alternativa real ao holocausto nuclear. A multiplicidade e vastidão das forças, acções e iniciativas pela paz em 1986, Ano

Internacional da Paz, e em 1987, as negociações em curso e acordos em perspectiva, apontam para o início de **uma nova fase** do movimento mundial e da luta em defesa da Paz (...) Tem-se chocado com estas novas realidades no mundo a política, sem saída, de corrida armamentista, que se procura alargar agora ao Cosmos. De onde, também, perigos de uma política de «fuga para a frente» e aventureirismo de círculos militaristas extremistas, em particular em períodos de agudização e brusca precipitação de crise económica-financeira. Mas, apesar disso, encontramos-nos no limiar de **uma nova conjuntura internacional**, em que poderão ter lugar maiores e mais significativos avanços no domínio do desarmamento e desarmamento, da segurança e cooperação».

Um grande movimento de massas

O papel da política soviética de

paz, hoje instrumento dinâmico de luta pelo desarmamento e a criação de um novo esquema de relações internacionais, é um dado evidente na situação internacional que hoje vivemos.

Mas os passos que estão a ser dados, nomeadamente no que respeita ao desmantelamento dos mísseis nucleares na Europa, estão profundamente ligados ao imenso movimento de massas pela Paz.

Um movimento, também ele com características inéditas.

Hoje, em vésperas da Cimeira de 7 de Dezembro, bom será relembrar — e a Assembleia de Lisboa lembrou-o — a luta dos anos de 79-80 contra a implantação dos euromísseis. Iniciada a instalação dos mísseis pelos EUA — e contra as previsões, e naturalmente os desejos..., de muitos — não houve enfraquecimento do movimento da paz. Testemunho de que estamos perante um fenómeno socio-político duradouro — como sublinhou Silas Cerqueira — uma nova fase de «diplomacia popular».

Na intervenção de abertura, o marechal Costa Gomes sublinhou também a amplitude do actual movimento da paz — «A estas organizações cujo número de simpatizantes e aderentes tem **aumentado extraordinariamente** na década de 80, juntaram-se, sobretudo nos últimos três anos, outros movimentos de opinião — religiosos, científicos,

Organizações promotoras

Associação de Amizade Portugal-Angola; Associação de Amizade de Portugal Cabo Verde; Assembleia Municipal de Sintra; Associação Estud. Escola Secundária Cacém; Associação dos Médicos Portugueses para Prevenção da Guerra Nuclear; Associação de Reformados de Paio Pires, Torre da Marinha e Miratejo; Associação Portuguesa de Deficientes; Associação dos Inquilinos Lisbonenses; Associação de Amizade Portugal-Moçambique; Associação para a Cooperação com as Nações Unidas; Associação dos Jornalistas Portugueses para a Paz; CIDAC — Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral; Comissão de Paz de Viana do Castelo; Comissão de Paz de Braga; Comissão de Paz de Bragança; Comissão de Paz de Vila Flor; Comissão de Paz de Vila Real; Comissão de Paz do Porto; Comissão de Paz da Guarda; Comissão da Paz da Covilhã; Comissão de Paz da Figueira da Foz; Comissão de Paz do Fundão; Comissão de Paz de Castelo Branco; Comissão de Paz de Santarém; Comissão pela Paz e pela Vida de Vila Franca de Xira; Comissão de Paz de Lisboa; Comissão de Paz de Almada; Comissão de Paz do Seixal; Comissão de Paz do Barreiro; Comissão de Paz da Moita; Comissão de Paz do Montijo; Comissão de Paz de Sesimbra; Coordenadora Distrital dos Partidários da Paz de Setúbal; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional; Comissão dos Direitos do Povo Mauber; Conselho Português para a Paz e Cooperação; Federação Nacional dos Professores; Federação Nacional dos Trabalhadores Estudantes; Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio; GAP-CIDAC — Grupo de Acção pela Paz; Grupo de Jovens pela Paz de Aqualva; Grupos Musicais — Tosta Mista e Peace Makers; Grupo Desportivo da Caixa Nacional de Pensões; Grupo de Trabalhadores da Caixa Nacional de Pensões; Junta de Freguesia Póvoa de Santo Adrião; Juventude Operária Católica; Libertar; Liga Operária Católica; Movimento Democrático de Mulheres; Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal; Movimento dos Professores pela Paz; Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos; Movimento Português Contra o Apartheid; Organização dos Trabalhadores Científicos; União dos Sindicatos de Lisboa; União dos Sindicatos do Porto; União dos Sindicatos de Setúbal; União dos Resistentes Antifascistas Portugueses; Sociedade Portuguesa de Autores; Associação dos Amigos dos Povos Árabes; Comissão dos Trabalhadores Científicos Contra as Armas Nucleares. ■

culturais, artísticos, sindicais e ecológicos — que trilhando novos métodos de trabalho e novas formas de acção têm dado uma contribuição valiosíssima à preservação da Paz».

O dedo na ferida

A existência de «perspectivas empolgantes», como foi dito na Aula Magna, de forma alguma significa ausência de obstáculos e problemas. Complexo militar-industrial. Focos de tensão. «Guerra das Estrelas». O simples enunciado destas questões fala por si.

«Do ponto de vista da paz, há uma grande contradição entre a redução e eliminação de mísseis atómicos e a militarização do Cosmos — diria Costa Gomes na intervenção de abertura. — Com efeito, o programa IDS, desencadeando a militarização e a nuclearização do espaço, constitui qualitativamente o **mais perigoso desafio** na corrida aos armamentos depois da deflagração da primeira bomba atómica em Hiroshima».

O papel desempenhado pelo complexo militar industrial é denunciado na intervenção de Aquilino, que sublinha: «os grandes interesses da indústria armamentista dificilmente se irão acomodar a que lhes retirem do poleiro a galinha dos ovos de ouro». E a propósito citou Anatole France, que afirmou de seguida à primeira guerra mundial: «Julga-se morrer pela pátria e morre-se pelos industriais».

Complexo militar-industrial que muito tem a ver com a criação e activação dos focos de tensão. «Intensifica-se a agressividade dos círculos extremistas do complexo militar-industrial — destaca-se no relatório do CPPC — traduzindo-se no terrorismo de Estado e na manipulação do terrorismo individual, em operações de agressão directa e na agressão indirecta, em convivência com a violência colonialista e neo-colonialista. Há grandes potências que, ignorando os princípios e resoluções das Nações Unidas, continuam a ser esteio principal de regimes e forças racistas e fascistas e guerras não-declaradas permanentes contra os povos e Estados soberanos, como na África Austral, Médio Oriente e América Central, o que o caso do **Irangate** veio, mais uma vez, confirmar».

Factos múltiplos de um quadro em que os perigos presentes e as perspectivas imensas exigem em particular a construção de movimentos de paz à altura. E é bem disso que se trata. Também aqui em Portugal. ■



REFORMA AGRÁRIA RESISTE TRABALHA E LUTA

Resistir às tentativas de destruição das suas UCP's/Cooperativas e prosseguir resolutamente no aumento da produção constituem orientações em torno das quais se desenvolve a luta corajosa dos trabalhadores agrícolas dos campos do Alentejo e Ribatejo em defesa da Reforma Agrária.

Há perto de duas semanas, em Évora, no decorrer da XI Conferência, foi esta a vontade inequívoca e unanimemente reafirmada por mais de um milhar e meio de delegados eleitos em representação dos cerca de 19 mil cooperantes que actualmente trabalham nas 302 UCP's/Cooperativas existentes.

Doze anos de violenta ofensiva, um cerco feroz e apertado, toda a espécie de ilegalidades e desmandos, não foram suficientes para quebrar o ânimo, abrir brechas na unidade, vencer a resistência e a confiança.

Poderosa realidade económica e social com fundas raízes na vontade das suas gentes a Reforma Agrária provou de novo que não tem alternativas, e que constitui um factor de progresso que responde não apenas aos imperativos de desenvolvimento agrícola como à solução dos problemas sociais.

Na sequência da reportagem sobre a XI Conferência inserida no último «Avante!» publicamos hoje breves excertos de algumas das intervenções produzidas durante os dois dias de debate, bem como da Proclamação aprovada no final dos trabalhos, na qual são apontadas direcções fundamentais de trabalho e luta para o futuro.



Por exemplo

«O governo de Sá Carneiro roubou-nos quase toda a terra, todas as instalações e gados, para entregar à agrária absentista Matilde Passanha, que tinha 82 anos e não explorava a terra directamente. Distribuiu terras a 17 falsos pequenos agricultores, deixando-nos reduzidos a 460 hectares.»

«Era preciso tomar medidas e resolver esta situação bastante difícil.»

«Comprámos em Ferreira do Alentejo uma instalação, que era uma fábrica de moagens, e uma pequena parcela de terra. Instalámo-nos lá, pusemos a fábrica a funcionar, fazendo rações e pondo-a ao serviço de outras cooperativas, dos pequenos e médios agricultores e da população.»

Apenas com dinheiro da cooperativa, já que o IFADAP recusou o empréstimo, desenvolveram a exploração de produtos hortícolas que vendem directamente à população. «Muitos dos que diziam mal da Reforma Agrária no nosso concelho hoje recorrem com muita frequência



A reconstituição dos latifúndios

«Mais de 90% das terras retiradas à Reforma Agrária foram entregues aos grandes agrários»: o condado reconstituído da Casa de Bragança tem cerca de 15 mil hectares, a herdade de Vale de Moura tem 1971 ha, Correia Gião tem 2541 ha, os Murteira Grave — 3251 ha, Veiga Teixeira — mais de 2 mil ha, os Vilhena — 5331 ha, Sousa Uva — 3852 ha, os Costa Pinto — 5 mil ha «e tantos outros, cujo património

fundiário, de novo concentrado na família, está em grande parte arrendado, com regadios não aproveitados, dedicados à venda de pastagens e à extracção de cortiça, com as terras abandonadas ou subaproveitadas, com baixos índices tecnológicos, com poucos trabalhadores permanentes.»

(Da intervenção de Lino de Carvalho)

Luta comum

A conferência recorda

— Os trabalhadores da Reforma Agrária e as suas organizações sempre defenderam o acesso à terra para os trabalhadores mas também para os agricultores.

O que o Governo tem feito é utilizar os agricultores contra a Reforma Agrária, levando-os a pedir terras das UCP's/Cooperativas para depois os expulsar e, numa 2.ª volta,

entregar essa terra aos grandes proprietários.

A conferência denuncia

— À medida que a destruição da Reforma Agrária é mais profunda aumenta o número de desempregados e agrava-se a situação dos trabalhadores do sector privado.

Hoje nas herdades privadas trabalha-se, em muitos casos, à empreitada e à jorna sem quaisquer regalias sociais, sem segurança social, não se cumprem os contratos de trabalho. Reina o trabalho precário, a incerteza e, muitas vezes, o medo.

A conferência aponta

— Os agricultores e os trabalhadores agrícolas do sector privado, assim como toda a população, têm cada vez mais razões para participarem na luta e para compreenderem que também eles beneficiam da defesa da Reforma Agrária.

É imperioso estreitarmos a solidariedade de procurarmos trazer ao debate e à luta comum os agricultores e os trabalhadores agrícolas do sector privado.

(Da Proclamação)

«Semear tudo»

(...)

«Portugal precisa da Reforma Agrária, e porque assim é os trabalhadores da UCP “Esquerda Vencerá” já têm o plano de sementeiras elaborado, e as terras em condições de receber as sementes. Para semear de trigo 254 hectares, de dística 334 hectares, aveia 150 hectares e forragens 500 hectares, dos quais a maioria já se encontra semeada. O plano de culturas em coberto (estufas) da mesma maneira está feito. (...)

É nossa intenção semear tudo que nos seja possível. Temos menos terra na nossa posse, há que tirar dela o máximo rendimento.

Temos sementes nossas, outras requisitadas à EPAC, assim como temos 220 toneladas de adubo em armazém desde Agosto, do qual beneficiámos dos descontos habituais o que representa uma boa conta a favor da UCP. (...)

Um tema em debate nesta Conferência é investir na produção, contribuir para o desenvolvimento do País. Uma tese que nós sempre temos defendido na UCP “Esquerda Vencerá”. A prova real está tirada: em 3414

hectares das piores terras trabalhamos 250 trabalhadores com os salários em dia, sem dívidas à Previdência nem ao Crédito Agrícola de Emergência. Em 7253 hectares das melhores terras de regadios olivais entregues pelo MAP aos agrários arrisco muito se disser que trabalham 30 trabalhadores sujeitos ao despedimento uma vez que o agrário queira.» (...)

(Manuel Moita, da UCP «Esquerda Vencerá»)



«Se forem a Lisboa, decerto encontrarão muito polícia, muito ministério fechado às vossas reivindicações. Mas encontrarão mais, muito mais, braços abertos e solidários dos trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa.» (Jerónimo de Sousa)

Nos «privados» é assim

«Em cada 100 trabalhadores do sector privado cerca de 70 não têm legalizados os descontos na segurança social, 55 não recebem salário de acordo com o CCT em vigor, as mulheres estão entre 3500 e 6 mil desempregadas durante o ano, enquanto que só no distrito de Évora 230 herdades, com 200 mil ha de terra, 100 barragens e charcos, que podiam regar 2 mil ha, estão abandonadas. Podiam empregar 10 mil trabalhadores no imediato.»

(Da intervenção de Luísa Salsinha, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Évora)

Por que nos batemos

«A Reforma Agrária que queremos e por que nos batemos implica a transformação das relações de propriedade e das relações de produção, com a liquidação do latifúndio e a entrega da terra a quem a trabalha, aos trabalhadores e aos agricultores, e, conseqüentemente, a alteração das relações sociais e das condições de vida de quem trabalha a terra, com UCP's/Cooperativas Agrícolas e explorações individuais desenvolvidas, sadias, equilibradas.

«Mas não é só isso. É também o desenvolvimento técnico e agro-industrial, a modernização e intensificação da agricultura com vista à obtenção de melhores rendimentos através do reordenamento e da reorientação da produção, da melhoria dos solos, do aumento das produtividades, da introdução de novas culturas e de novas variedades de sementes, do alargamento das áreas regadas, de uma política de formação profissional e de investigação aplicada, de créditos estimulantes, de escoamento garantido e preços justos, beneficiando quem trabalha a terra (trabalhadores rurais e agricultores), beneficiando o povo e o País, aumentando a nossa produção alimentar, reduzindo a nossa dependência em relação ao exterior.

«E, se não é isto que temos hoje, a responsabilidade não é da Reforma Agrária, cujo processo não passou do seu início, não é das UCP's/Cooperativas, trabalhadores e agricultores, que nunca foram apoiados, não é, em suma, dos projectos que estiveram na base e na criação de 550 UCP's/Cooperativas. A responsabilidade é dos sucessivos governos e políticas de direita, que cercaram, agrediram, marginalizaram, boicotaram, destruíram, afogaram a Reforma Agrária, sem criarem, sequer, quaisquer alternativas válidas para a produção, para o emprego, para a melhoria das condições de vida.»

(Da intervenção de Lino de Carvalho na 11.ª Conferência da Reforma Agrária)

à nossa cooperativa a pedir ajuda, quer para fazer rações, quer para limpar as sementes», apoio que nunca é negado.

«Desde 1980 até hoje os investimentos que temos feito ultrapassam os 60 mil contos. Nestes últimos meses depois de 19 de Julho fizemos um investimento em terras e instalações de 47 500 contos. Estamos a fazer um estudo técnico para aumentar e diversificar a produção em que iremos fazer novo investimento que irá rondar os 20 mil contos».

«Entretanto, a reserva que foi entregue à agrária tem uma barragem que não é aproveitada, tem uma hora que está praticamente abandonada, tem as instalações que não têm lá gado nenhum.

Quando estava na nossa posse, fazíamos regadio tínhamos estufas na horta, tínhamos gado de raça nas instalações.»

(Da intervenção de Joaquim Camacho, da Cooperativa Vilas Boas, na 11.ª Conferência da Reforma Agrária)

■ **Anabela Fino**

A Hungria na hora da Reforma

É muito provável que o ano de 1987 vá ficar na história da Hungria como o ano das grandes decisões, mas poucos têm dúvidas que o período que medeia até 1990 será antes do mais o tempo da coragem, da lucidez, do sacrifício e da aposta no futuro. O futuro do socialismo, evidentemente, menos idílico do que aos homens é dado sonhar, mas mais sólido, mais forte, mais de acordo com as realidades do mundo de hoje.

Explicamo-nos. Em 2 de Julho de 1987, o Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro (POSH) aprovou um documento em que se faz a análise da grave situação económica do país e se definem as linhas gerais das medidas a tomar para sair da crise.

Posteriormente, em 17 de Setembro, com base nessas directivas, o Conselho de Ministros apresentou na Assembleia Nacional um programa de trabalho que define as intenções e tarefas do governo, bem como os meios a utilizar para atingir os objectivos propostos.

À primeira vista, os meios anunciados provocam perplexidade: redução do nível de vida, contenção dos salários e das despesas públicas, introdução do IVA, introdução de impostos sobre os rendimentos, encerramento dos sectores de produção não rentáveis, abertura ao capital estrangeiro, reciclagem de trabalhadores e mesmo, admite-se, algum desemprego temporário, entre outras medidas.

Dir-se-ia, para quem como nós vive num país capitalista, estar-se perante uma viragem preocupante de orientação política. Pela simples razão de conhecermos tais medidas num outro contexto, o nosso, em que o objectivo é permitir e garantir o lucro de privados interesses à custa dos sacrifícios e dos interesses da maioria da população.

Como se tal não bastasse, acresce que o reconhecimento oficial por parte das autoridades húngaras do fracasso relativo da política económica seguida parece confirmar, de algum modo, as críticas dos ideólogos burgueses à gestão socialista, à justeza dos seus princípios e até às suas possibilidades de concretização.

Será assim? É uma pergunta legiti-

ma que não pode deixar de ser posta.

Compreenderam-no os camaradas do POSH que, por isso mesmo, convidaram recentemente os órgãos centrais de diversos partidos comunistas da Europa capitalista — entre os quais o «Avante!» — a visitarem a Hungria para aí tomarem conhecimento directo com os problemas do país, as medidas preconizadas para os resolver e constatarem, para além de todas as perplexidades possíveis, a vontade inabalável de defender e consolidar o socialismo.

Como disse a propósito o primeiro-ministro Károly Grósz no decorrer do encontro de cerca de uma hora com os jornalistas comunistas, não será o socialismo imaculado dos livros, mas o que se constrói com falhas e erros

que a cada passo se torna necessário corrigir, o socialismo humano que funciona e se renova.

Uma informação sem subterfúgios

A primeira nota a registar desta visita à Hungria é a da total abertura encontrada pelos jornalistas. Com uma frontalidade sem reboços, os problemas foram postos em cima da mesa e a impopularidade das medidas preconizadas reconhecida.

Por exemplo, o encontro com o vice-ministro das Finanças, László Békési, que com algum humor reco-

nheceu que tanto ele como o respectivo ministro não são, de momento, as figuras mais populares do país.

De forma sintética, resumiu a situação e os objectivos da Reforma de Rendimentos e Preços em curso: perante a degradação da economia e tendo em consideração que não foram atingidas as metas definidas pelo programa governamental aprovado em 1985 e no VII Plano Quinquenal, decidiu-se tomar medidas drásticas que permitam, nos próximos três anos, melhorar o equilíbrio interno e externo, parar o endividamento bruto (que é de 16 000 milhões de dólares), pagar os juros internos e diminuir o défice interno.

Para tal, disse o camarada László Békési, o governo propõe-se acelerar

a renovação estrutural da economia, dando mais possibilidade aos sectores mais eficazes e limitando os que se revelam não rentáveis; reagrupar as forças de trabalho, capital e social na economia; limitar os gastos externos e reduzir o consumo interno.

Atingir tais fins implica, reconheceu, medidas que, favorecendo uns (os que mais trabalham) e desfavorecendo outros (os menos produtivos), assumem um carácter impopular e exigem sacrifícios de toda a sociedade. Porque todos vão ter de contribuir para a resolução dos erros cometidos no passado, designadamente consumindo menos e produzindo mais.

Com toda a crueza, o vice-ministro reconheceu que nos últimos dez anos os erros de gestão impediram



Békéscsaba, cidade do Sudeste da Hungria, importante centro de desenvolvimento económico

Do programa de trabalho



O Parlamento de Budapeste durante a sessão de Setembro último, em que foi discutido e aprovado o programa de trabalho do Governo

(...) O desenvolvimento da economia nacional húngara faz-se acompanhar há longo tempo — a par dos resultados consideráveis, mesmo a nível internacional, que tem obtido — de tensões e contradições que se têm vindo a acumular. Em consequência dos fracos resultados conseguidos nos dois últimos anos, não foram cumpridos os nossos objectivos essenciais de política económica. A nossa dívida externa em divisas convertíveis voltou a aumentar de forma considerável. Verifica-se repetidamente o desequilíbrio entre o trabalho realizado e os rendimentos usufruídos pelas empresas, o consumo social é superior à produção, continua a piorar a situação financeira interna (...).

(...) Há factores internos e exter-

nos que contribuem para este processo. As mudanças, para nós desfavoráveis, do mercado mundial, as medidas discriminatórias e proteccionistas que dificultam as nossas exportações, causam-nos perdas consideráveis no capítulo de termos de troca, contribuem para o aumento da nossa dívida externa, a atenuação do ritmo do crescimento económico.

A nossa economia só lentamente se adapta — de forma semelhante ao que acontece com numerosos outros países do mundo — às exigências crescentes; não executamos de forma consequente as medidas correctas que aprovámos. Por isso mesmo, as mudanças económicas externas, para nós desfavoráveis, têm-nos causado maiores perdas do que as que eram inevitáveis.

O desenvolvimento do mecanismo económico e do sistema de direcção da economia têm-se processado de forma irregular e sem o devido dinamismo, tendo-se verificado certos e determinados retrocessos, neste capítulo. O sistema de meios

instituído não foi capaz de transmitir integralmente, de forma desejada, os objectivos de política económica. Não criou nem os estímulos, nem a obrigatoriedade que seriam necessários — nem tão-pouco as condições previsíveis — para que se verificasse um amplo desenvolvimento empresarial (...). Os nossos objectivos de política económica nem sempre corresponderam à nossa situação económica real ou às nossas possibilidades e interesses relacionados com o desenvolvimento económico a longo prazo. Também foram tomadas várias decisões erradas.

Uma parte das empresas e instituições utilizaram a autonomia para obter vantagens indevidas e não para incrementar o seu rendimento de trabalho. As insuficiências do sistema de rendimentos de trabalho, as contradições do sistema de critérios de valor social, a fraqueza do nível da direcção, travaram o processo de desenvolvimento dos rendimentos de trabalho, dos colectivos e dos trabalhadores, dificultaram os

ma (1)

que empresas rentáveis se desenvolvessem, dado que os seus ganhos foram utilizados no subsídio de empresas não rentáveis, que assim sobreviveram de forma artificial. De 100 unidades de lucro, disse, 90 ficaram para o Estado redistribuir. Com tal sistema, salientou Békési, mais de 25 por cento de empresas industriais e de construção não rentáveis foram mantidas a funcionar, prejudicando as que poderiam desenvolver-se e não o fizeram por lhes ter sido retirado o lucro que lhes serviria para investimento.

Por outro lado, devido a uma situação em que o consumo é barato e os investimentos caros, as matérias-primas são acessíveis mas a tecnologia e maquinaria são caras, os custos de exportação são elevados e as importações são relativamente baratas, chegou-se a um ponto em que o consumo aumentou de forma significativa sem a respectiva compensação do aumento da produtividade. O que nenhuma economia suporta indefinidamente.

Chegada a hora da verdade, tornou-se necessário reformar um esquema que a própria experiência demonstrou não servir às realidades do mundo de hoje.

A partir de agora, diz-se abertamente, o ganho vai depender da produtividade; o governo propõe-se reduzir e mesmo retirar os subsídios às empresas não rentáveis, apoiando em contrapartida as que revelem capacidade de desenvolvimento positivo.

Acabou o tempo em que, independentemente dos resultados e da esfera de actividade, os subsídios estatais eram iguais para todos. Começou o tempo de sanear a economia.

O que implica também acabar com os falsos preços, fonte da ilusão da possibilidade de consumo cada vez mais elevado, sem que a produtividade do trabalho lhe corresponda minimamente.

As consequências

Importa referir que os problemas da Hungria não datam de hoje, nem

seus esforços profissionais, fizeram deteriorar o processo de desenvolvimento das tradições de trabalho e a disciplina da produção (...).

(...) O governo define os seguintes objectivos fundamentais:

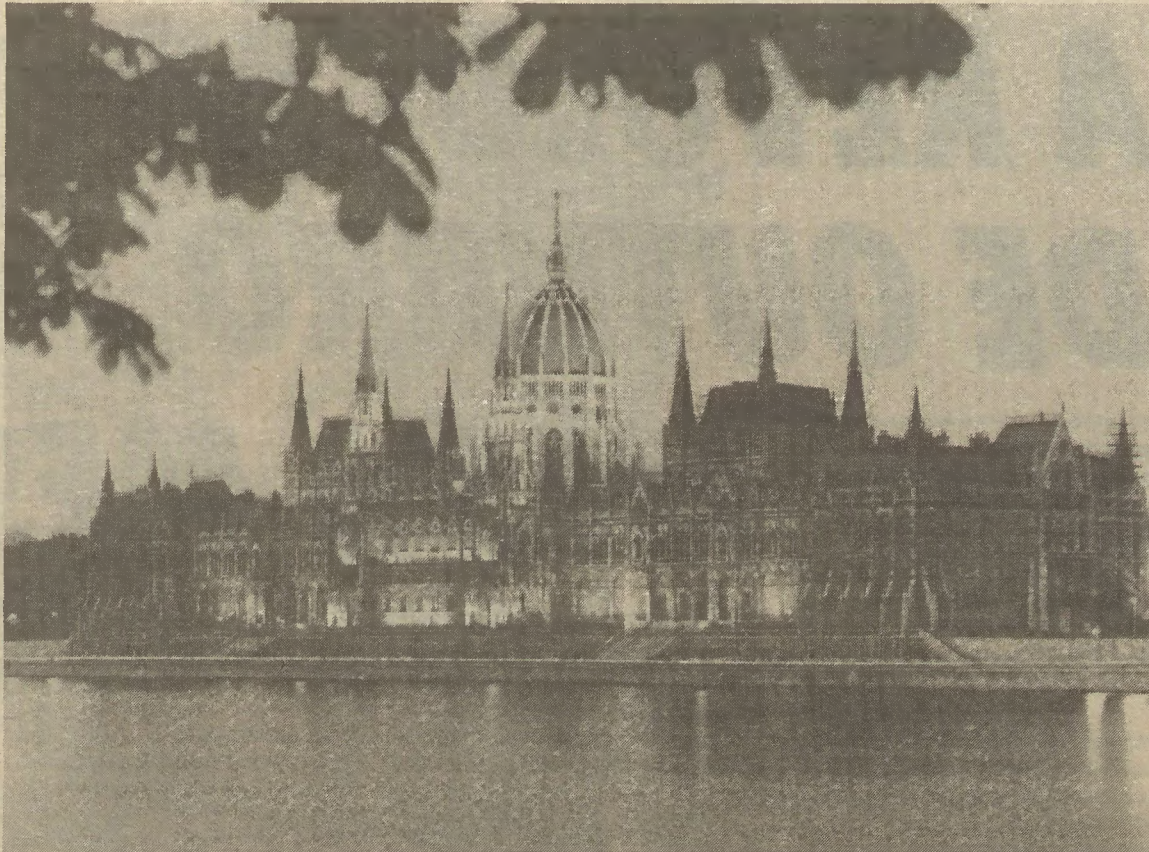
— Eliminar o crescimento da dívida externa em divisas convertíveis actualmente existente, mantendo a solvibilidade do país (...).

— Aumentar o rendimento do trabalho das empresas, instituições e indivíduos (...).

— Incrementar a unidade, consequência, decisão e responsabilidade do trabalho governamental, reforçando o seu papel de regulação dos processos. Modernizar o sistema de planeamento da economia nacional (...).

— Atenuar as tensões sociais que inevitavelmente se produzirão no período de estabilização, servindo-se de todos os meios à sua disposição (...).

(Extractos do programa de trabalho do Conselho de Ministros, aprovado a 17 de Setembro de 1987 pela Assembleia Nacional da Hungria) ■



Panorâmica do Parlamento húngaro, ex-líbris de Budapeste e do império austro-húngaro

tão pouco as tentativas para os resolver. Como afirmou a propósito o primeiro-ministro Károly Grósz, uma das contradições mais visíveis da sociedade húngara é que, embora viva no espírito da reforma há quase duas décadas, «existe ainda um forte espírito conservador em numerosos campos da vida».

Segundo disse, «a exigência da modificação está presente, mas veri-

fica-se uma certa resistência face a toda e qualquer modificação mais importante. E isso especialmente quando essas modificações não trazem de seguida vantagens palpáveis, ou acarretam influências prejudiciais temporárias. De tudo isto podemos deduzir que, no interesse do relançamento económico, há que proceder a modificações não só na esfera da produção, mas também na vida públi-

ca política. Devemos ainda concluir que há que concretizar a estabilização económica em condições mais contraditórias e complexas do que anteriormente. Devemos prestar atenção a este facto, ao tomarmos as decisões, mas não podemos permitir que se façam validar influências motivadas por estados de espírito, pois só devemos decidir de acordo com os interesses objectivos do país.»

Numa palavra, não vai ser fácil levar a cabo a reforma proposta na Hungria, pois lá, como em qualquer lugar do mundo, a necessidade de apertar o cinto não é uma perspectiva agradável.

O que significa, antes do mais, a necessidade de uma elevada consciência dos trabalhadores e da população em geral, bem como a compreensão clara de que, a médio e longo prazo, os sacrifícios se traduzirão em benefícios colectivos.

Se é verdade, como se afirma, que as medidas não têm ideologia, tudo dependendo dos objectivos que visam, não é menos verdade que quando lesivas, ainda que temporariamente, dos interesses particulares, podem provocar convulsões nada positivas para a paz social e o empenhamento pretendidos.

Esta uma questão que se coloca ainda com maior acuidade numa sociedade socialista. A exigir do Estado, do Partido e das organizações de massas, particular atenção. ■

Nova resposta ao desafio

Do discurso de Károly Grósz, Presidente do Conselho de Ministros na sessão de 17 de Setembro da Assembleia Nacional:

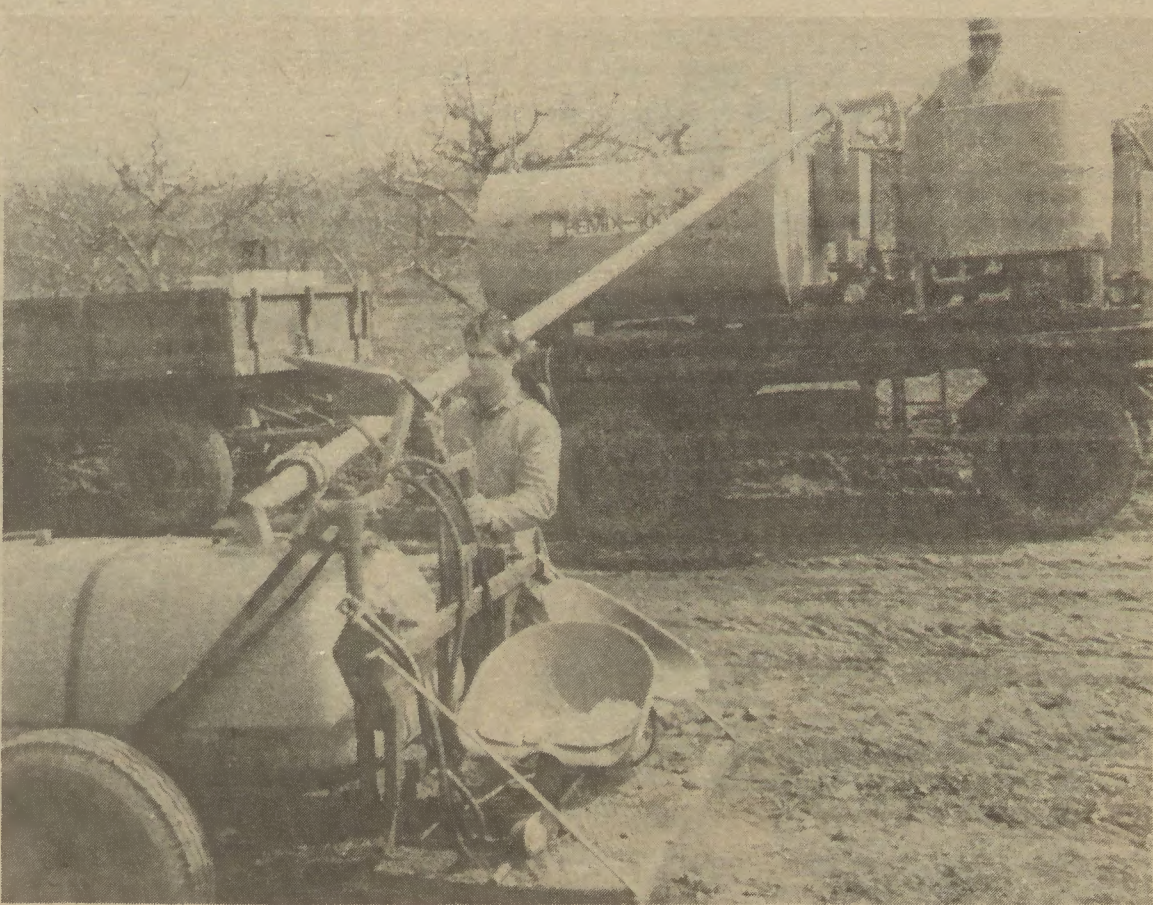
(...) A resposta que demos ao desafio económico internacional, as medidas que adoptámos — como posteriormente já pudemos concluir — demonstraram ser insuficientes. As decisões que adoptámos só conduziram a resultados que vigoraram a curto prazo.

(...) Nos nossos dias, já é evidente que nem a aceleração infundamentada do crescimento económico, nem a política de limitações ou restrições podem conduzir ao renascimento da estrutura económica. (...) Sabemos bem que, em 1985 e 1986, se verificou a atenuação do Rendimento Nacional e que, apesar das nossas intenções, cresceu o consumo interno e as importações voltaram a superar o volume das exportações.

(...) A eficiência económica só aumentou minimamente, o mesmo acontecendo com a produtividade; no capítulo da qualidade dos produtos, não se verificou uma alteração sensível, ao mesmo tempo que continuava a ser extremamente elevado o consumo de matérias e energia por unidade de produção.

Tudo isto, traduzido em dados numéricos, significa que, tendo em consideração os dois últimos anos, o Rendimento Nacional decresceu de 1 por cento, ao mesmo tempo que crescia, numa medida sensivelmente idêntica, o consumo interno. A nossa dívida externa bruta em divisas convertíveis subiu para 16 000 milhões de dólares. A dívida líquida, por sua vez, ultrapassava já 9300 milhões de dólares, sendo precisamente equivalente ao dobro das nossas exportações anuais em divisas convertíveis. Em 1986, a soma total dos juros líquidos foi superior a 800 000 000 dólares.

(...) As pessoas perguntam a miúdo, nos nossos dias: como foi possível termos chegado a uma situação destas, e quem são os culpados dessa situação, quem são os responsáveis? A resposta deve ser antecedida de uma análise calma, objectiva e de espírito científico. As



Apoiar os sectores rentáveis da economia é uma das condições essenciais para a recuperação económica

causas reais não podem ser só procuradas nos últimos dois/três anos, nas decisões incorrectas, erradas, tomadas nessa altura, pois já vêm de mais longa data, algumas delas têm mesmo acompanhado a gestão socialista desde, praticamente, a sua existência. O que posso afirmar de imediato, no entanto, é que o governo também se sente responsável pelos problemas mais recentes e, por isso mesmo, tira as devidas conclusões de tal facto.

(...) Preparamo-nos para fazer parar o crescimento da nossa dívida externa, para que, com um trabalho consequente de vários anos, resta-beleçamos o equilíbrio da nossa economia, de maneira a que só uma parte suportável dos encargos

caia directamente sobre a população. Segundo muita gente, isso não é possível. É convicção do governo que, com uma gestão consequente, disciplinada, bem pensada, durante vários anos, seremos capazes de concretizar os nossos objectivos. Para tal é necessário, no entanto, que modifiquemos a nossa maneira de ver e de pensar, é necessário reagrupar os meios que se encontram à nossa disposição, há que repensar as nossas intenções, devemos trabalhar de forma incomensuravelmente mais eficaz, criando um grande número de novos valores. Necessitamos, em toda a parte, de ordem, disciplina e, o que serve de base a tudo isto, de que façamos inteiramente validar o princípio a

cada qual segundo o seu trabalho.

(...) No último período colocámos em primeiro plano a distribuição de bens sem possuírmos uma base de apoio devida para tal. Por isso mesmo, agora devemos, em primeiro lugar, concentrar a nossa atenção na produção, pois é aí que são criados os bens que poderemos distribuir. De acordo com este reconhecimento, consideramos como nossa tarefa prioritária o desenvolvimento do progresso económico e técnico, o desenvolvimento da produção.

(...) Queremos instaurar um ambiente e condições económicas em que os colectivos, as empresas e os trabalhadores obtenham rendimentos proporcionais ao trabalho por eles realmente efectuado. (...) ■



A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

MÊS A MÊS

Editorial «Avante!» assinala os 70 anos da primeira revolução socialista

O conhecimento, mês a mês, dos acontecimentos da revolução de Outubro de 1917 está agora ao alcance do público português. Para comemorar os 70 anos da revolução socialista na Rússia, acontecimento que marcou uma viragem na História mundial, a Editorial «Avante!» e as Edições Progresso editaram a «História ilustrada da grande revolução socialista de Outubro — 1917 na Rússia mês a mês», de Albert Nenarókov, traduzida por António Pescada, Duarte Sá e José Oliveira.

«O nosso objectivo» — declarou **Francisco Melo**, director da Editorial «Avante!» — «foi pôr à disposição do leitor português um trabalho que desse a conhecer de uma maneira agradável (daí uma obra ilustrada, com reproduções de documentos da época), de forma a dar uma ideia do que foi a revolução, de como ela decorreu, no seu dia-a-dia, acompanhando a par e passo todas as transformações, todas as dificuldades, todas as vitórias e derrotas.»

Esta edição surge — disse aquele responsável — «dentro do âmbito do programa de co-edições Avante/Progresso, que iniciámos com as Obras Escolhidas de Lênine, uma edição em 3 volumes e outra em 6, e com as Obras Escolhidas de Marx e Engels e que vamos continuar com a publicação em breve de uma História Universal em 4 volumes».

Esta colaboração com a Editorial Progresso permitiu também que a obra apareça a um preço acessível,

frisou o camarada Francisco Melo, uma vez que esta edição, de 15 mil exemplares, não se destina apenas ao mercado português, mas a todo o mercado de língua portuguesa.

Note-se que a tradução foi feita num prazo recorde, como fez questão de referir o director da Editorial «Avante!»: («recebemos os textos no final de Abril e em fins de Junho estavam já traduzidos; passados cerca de 4 meses o livro estava cá fora»), salientando o empenho, não só dos tradutores, como igualmente de Luís Candeias, na montagem, da Fotocompográfica, da Selepremsa e da Resopal.

Riqueza documental

O livro foi editado em várias línguas. Francisco Melo revelou ao nosso jornal que a edição portuguesa

«foi considerada pelos camaradas soviéticos a melhor conseguida de todas».

«Uma coisa que é muito importante destacar no livro» — referiu por sua vez **José Oliveira**, que, além de ter traduzido uma parte da «História Ilustrada da Grande Revolução Socialista de Outubro» foi também o responsável pela revisão final de todo o texto — «é a sua riqueza documental.»

Exemplificando referiu, por um lado, documentos escritos — proclamações do Partido e de outras forças, documentos do governo tsarista e, depois, do governo burguês — e, por outro lado, «documentos que retratam o dia-a-dia e dão a conhecer uma realidade mais terra a terra».

O camarada José Oliveira recordou, deste grupo, a troca de correspondência entre o imperador e a mulher quando já está a revolução na rua em São Petersburgo: «isso passalhes assim muito por cima da ca-

beça, eles pairavam, sobretudo a imperatriz, muito acima dessas coisas, referem-se à revolução com afirmações do tipo "isso são uns estudantes que andam para aí a fazer distúrbios porque está pouco frio, se estivesse mais frio tinham mas era ficado todos em casa"».

Mas há outros aspectos que Francisco Melo e José Oliveira destacaram: também do ponto de vista das ilustrações é um livro muito rico, com fotografias, com desenhos, com esboços, com cartazes da época — documentos que dão uma visão muito mais próxima da realidade. «Tem até algumas coisas curiosas» — disse José Oliveira — «como, por exemplo, um retrato de Lênine, feito a lápis no próprio dia da revolução, quando ele estava ainda sem barba, disfarçado, completamente diferente do Lênine habitual.»

O livro inclui ainda uma série de documentos manuscritos em russo pelo próprio punho de Lênine e dese-

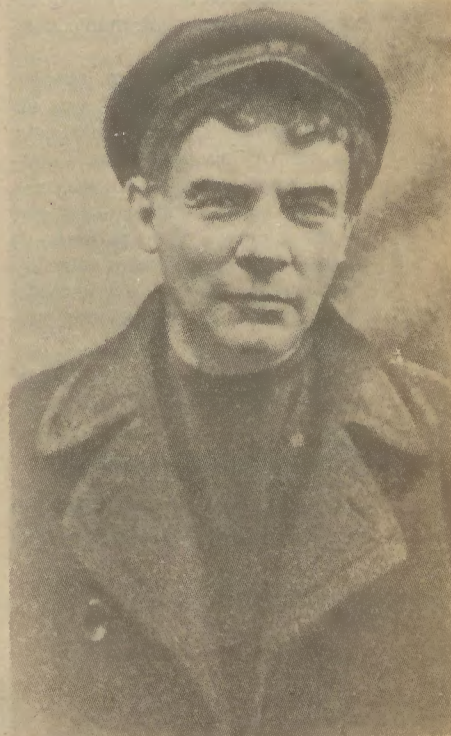
nhos de crianças que «retratam muito de perto a realidade da época» — notou Francisco Melo.

Inéditos em português

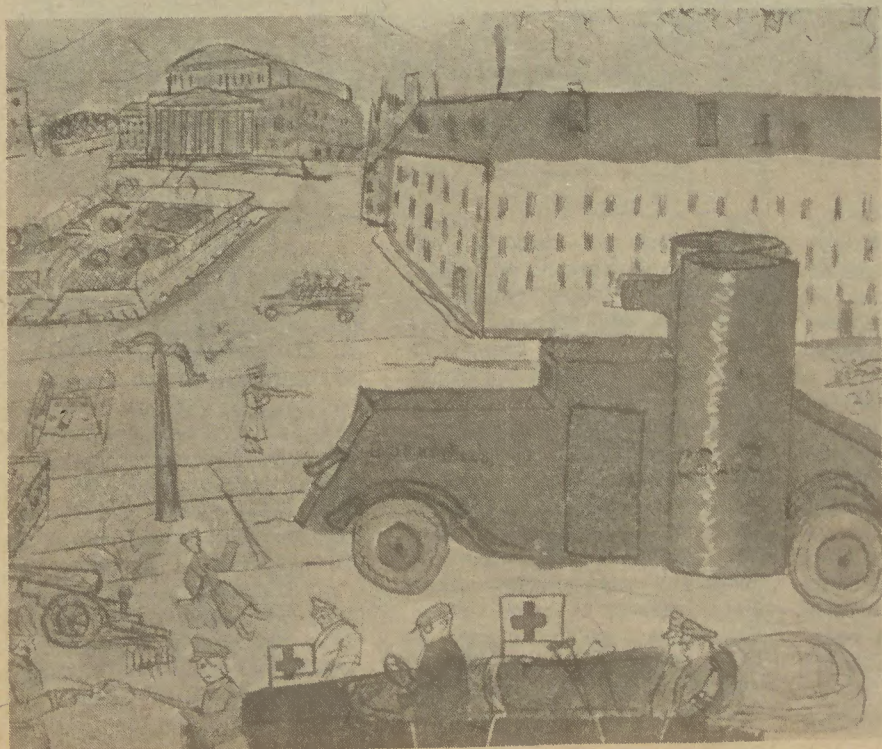
No âmbito da colaboração com a Progresso, a Editorial «Avante!» — revelou o seu director — vai publicar para o ano o 6.º volume das Obras Escolhidas de Lênine, com os «**Cadernos Filosóficos**», que são publicados assim pela primeira vez em língua portuguesa; vai sair também o 1.º volume do total de quatro da já referida **História Universal**; a Editorial está a trabalhar também na edição de «**O Capital**». ■



Setembro de 1917, em Piatigorsk, no Cáucaso do Norte, durante a greve dos operários da companhia dos carros eléctricos

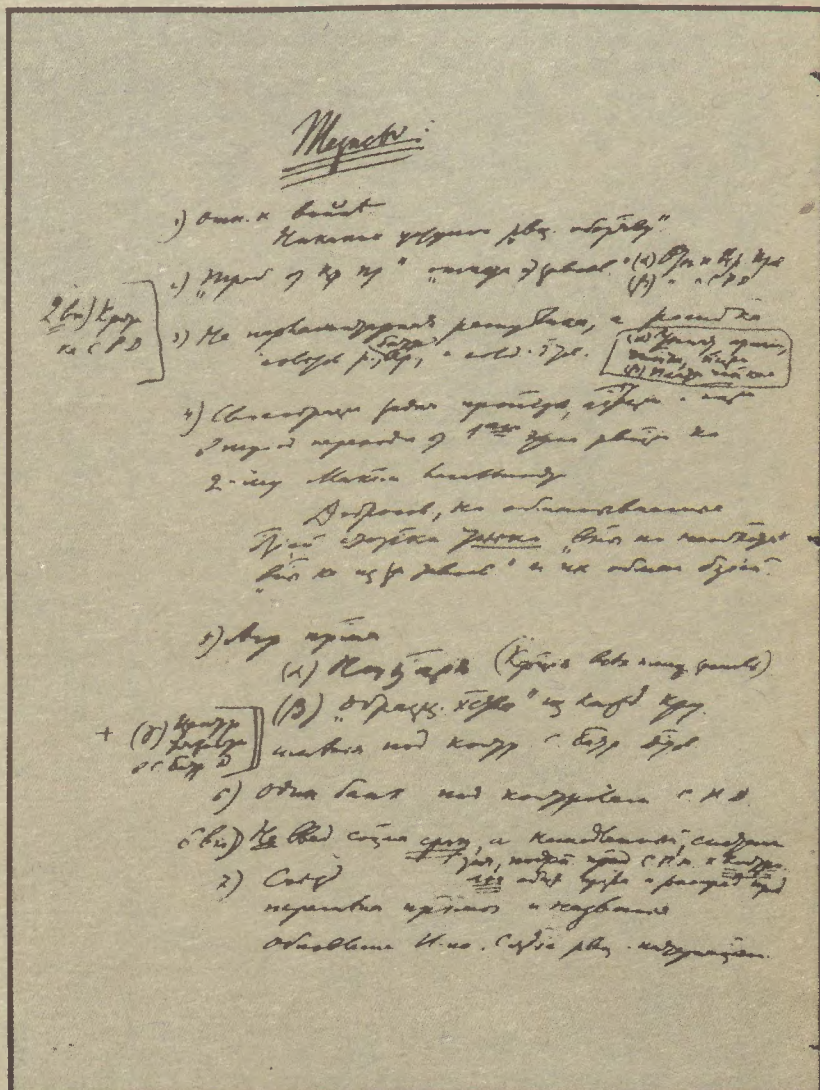


Um retrato em que Lênine surge de forma pouco habitual: de peruca, maquilhado, de forma a não ser reconhecido pela polícia



O livro inclui reproduções de desenhos de crianças que viram a revolução de Outubro. Os originais, cerca de duas mil folhas, encontram-se no Museu Estatal de História, em Moscovo





Fac símile de uma página do manuscrito das «Teses de Abril»



Título: História ilustrada da Grande Revolução Socialista de Outubro. 1917 na Rússia mês a mês

Autor: Albert Nenarókov, historiador, com obras publicadas na URSS, Brasil, Bulgária, Canadá, EUA, Hungria, Japão e RFA, sobre a história da revolução de Outubro, a guerra civil e o desenvolvimento cultural da União Soviética.

Prefácio do académico Isaak Mints, presidente do Conselho Científico da Academia das Ciências da URSS sobre o problema global «A Grande Revolução Socialista de Outubro»

Editores: Editorial «Avante!» e Edições Progresso

Tradução: António Pescada, Duarte Sá e José Oliveira

Fotocomposição: Fotocompográfica, Lda.

Fotomecânica: Selepresta, CRL

Impressão: Resopal, Lda.

Tiragem: 15 mil exemplares

Páginas: 400

Preço: 1900 escudos

Gazetilha

por Ignotus Sum

Epigrama

Estando o homem moribundo
Deus me perdoe... dizia.
Despedia-se do mundo
Deus me perdoe... e sofria.

Deus me perdoe... e o morrer
do olhar lhe tirava o brilho.
Deus me perdoe de ter
votado neste sarilho...

A dificuldade

Falarmos da corrupção
em que o País está metido
é assunto tão batido
que nem causa sensação.

A dificuldade então
nesta hora não será
saber onde há corrupção
mas saber onde não há...

Papagaio

Que diz o telejornal?
Diz Cadilhe e diz Cavaco.
Não diz mais nada, afinal?
Não tem mais nada no caco?

Não, não diz mais nada. Olhai-o
na hora do acontecer.
Ele é como o papagaio
só diz o que dono quer...

Consequências: as falências

O chefe deles diz concretamente
com hipocrisia rara
que não, que não se preocupe a gente
o progresso não pára.
Governo tem o dom
isto agora é que vai ser mesmo bom...

Entretanto
a um canto
quase a medo
segredo
pra guardar as aparências
oficiais
lá dizem os jornais
que são em maior número as falências...

Quem diz falência
diz desemprego
e se Sua Excelência
está cego
a ponto de dizer que isto é andar para a frente
não tarda nada
que ele procure vir mostrar à gente
que a Terra é quadrada...

Pontos Cardeais

Amigos da onça

É dos livros que o grande drama do Alentejo sempre foi a falta de água, esse precioso líquido que com o sol e a terra é fonte da vida, que também é como quem diz fonte do que enche o estômago das gentes. Na falta de água, o sul foi durante gerações terra de trigo, oliveiras e sobreiros, que mais do que as barrigas encheram os bolsos de latifundiários enquanto o desemprego cíclico enchia de miséria e fome famílias inteiras.

A água chegou, aqui e ali em reduzidas quantidades, há alguns anos, fruto de muito trabalho e esforço de quem ama a terra que trabalha. E logo mudou a face, verdejando o que antes era árido. Sonho dos sonhos, fonte de esperança de futuros melhores, o Alqueva, sinónimo de água, tem aguardado na gaveta dos ministérios o aval governamental que lhe dará corpo.

Entreaberta há dias a gaveta-Alqueva, eis que uma voz dissonante se levanta: a dos ditos Amigos da Terra, que a consideram «não rentável» e de efeitos ambientais «desastrosos». Contra o Alqueva e Amigos da Terra? Melhor lhes ficava Amigos da Onça.

Inacreditável

Com certa gente a escrever ou a dizer coisas, o feitor ou o ouvinte em geral fica sempre de pé atrás. Com aquela sensação de desconfiança que sofre nas feiras onde em certas barracas lhe oferecem, por módica quantia, o espectáculo da mulher-cobra ou do homem-eléctrico. Ou com o mau-estar que lhe despertam as palestras ministeriais que lhe prometem uma vida melhor enquanto ela vai piorando. Há mesmo alguns que dir-se-ia terem mesmo cartão de vendedor de banha da cobra. E que a gente nunca acredita.

Certos profissionais da escrita, por exemplo, vão, ao longo do tempo, acumulando razões para o leitor desconfiar do que publicam. No caso de Nuno Rocha, cujo «Tempo» se vê tantas vezes desmentido, e cujas reportagens são tantas vezes contestadas, a gente torce sempre o nariz. Terá estado em Timor?

Afirma agora ter estado em Banguetocoque. Onde assistiu ao «mais horroroso espectáculo do Mundo»... Misturando as descrições dos horrores com as notas de um simples turista em terras encantadas do Oriente, o inefável Rocha não se esquece de fazer



Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias
de Cerâmica, Cimentos e Similares
do Distrito de Leiria



Na SPAL vigora a Lei do Terror

A Administração da SPAL desenvolve uma vaga de repressão e violação dos direitos dos trabalhadores da empresa.

Julgando chegada a hora de tratar os trabalhadores como escravos, os patrões da SPAL, entre outras arbitrariedades, passaram a impor que os trabalhadores só poderão iniciar o trabalho às 8H00 desde que estejam dentro da empresa às 7H55 e no posto de trabalho às 7H58, caso contrário, só poderão iniciar o trabalho às 9H00, ou só no período da tarde, consoante o atraso verificado.

Mas maior afronta à dignidade dos trabalhadores, é o facto de algumas secções, passar a ser expressamente proibido utilizar as casas de banho, nos últimos 30 minutos de cada período de trabalho diário.

Denunciar, resistir e combater tais comportamentos do patronato, é o único caminho que resta aos trabalhadores da SPAL e às suas organizações de classe.

Não consentiremos que o 24 de Abril volte, e que nas empresas seja imposta uma política de terror e de chicote.

Não à Repressão

Em unidade defenderemos os nossos direitos

Acrescente-se apenas que a SPAL, empresa do sector cerâmico, se localiza no concelho de **Alcobaça** e que os sintomas de repressão e de atentado à dignidade dos trabalhadores são hoje chagas que alastram em várias regiões e em múltiplas empresas, com o patronato de dente afiado à sombra da protecção cavaquista...

história — e vai daí história a saga dos refugiados da região e das convulsões da região. Certamente com algum objectivo, alguma encomenda, pois que este Rocha não é propriamente um diletante, embora não perca a oportunidade de se mostrar «lado a lado com as grandes figuras desta tragédia imensa». O objectivo, desta vez, foi deturpar a história recente do Kampuchea e de atacar o Vietname socialista. Mas que dizer de uma reportagem assinada por Nuno Rocha quando ele próprio titula que se trata de uma «Viagem ao Inacreditável» e afirma que

quase não acredita no que viu?
A gente vai acreditar?

PSF não teve lucro

Lionel Jospin, secretário-geral do Partido Socialista Francês, garantiu no domingo que o PSF não teve lucros com a venda de armas que efectuou ao Irão, entre 1983 e 1986. Então não querem lá ver? Não basta serem uma desgraça política, ainda são uns tansos no negócio? Bem feitas as contas, quer-nos parecer que ainda tiveram prejuízo.



Agenda

 **Avante!**

Ano 57 — Série VII
N.º 723

5 de Novembro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

7 de Novembro em todo o País



Distrito de Aveiro

- **Avelro** — dia 5, às 21.30, Conferência por Igor Guriyev, no Salão Cultural.
- **Mealhada** — dia 6, às 21.30, exposição, vídeo, colóquio.
- **Anadia** — dia 7, às 16.00, no CT.
- **Albergaria** — dia 7, às 20.00, convívio, vídeo e filme no Sobreiro.
- **Ovar** — dia 7, às 21.30, exposição e colóquio. (Associação P.-URSS).

Distrito de Beja

- **Mértola** — dia 8, almoço-/convívio, no CT.

Distrito de Braga

- **Gulmarães** — dia 7, jantar e projecção de filme, na Escola Preparatória João de Meira.
- **V. N. Famalicão** — de 2 a 8 de Nov., projecções de filmes, no CT; dia 14, exposição/magusto/convívio, no CT.
- **Barcelos** — dia 7, às 15.00, sessão no CT; às 18.00, convívio, no CT; às 21.30, cinema, no CT.
- **Braga** — dia 10, jantar c/cozinheiro soviético, na Assoc. Port.-URSS.

Distrito de Bragança

- **Carvalhais** (Mirandela) — dia 6, às 20.30, projecção de filme.
- **Assares** (Vila Flor) — dia 7, às 20.30, projecção de filme.
- **Cortijos** (Macedo de Cavaleiros) — dia 8, às 20.30, projecção de filme.

Distrito de Castelo Branco

- **Minas da Panasqueira** — dia 7, às 14.30, convívio-magusto.
- **Covilhã** — de 7 a 14 de Novembro. Exposição, no Salão do Turismo. (Assoc. P.-URSS).
- **C. Branco** — dia 14, Exposição/convívio/filme, na Sede da Associação P.-URSS.

Distrito de Coimbra

- **Coimbra** — dia 7, às 15.00, colóquio, com a participação de Domingos Lopes, membro do CC, no Rancho de Coimbra; dia 7/11, beberete na sede da Associação P.-URSS; dia 8/11, almoço (cozinha regional soviética), na Cooperativa Agora (Assoc. P.-URSS).
- **Montemor-o-Velho** — dia 7, às 15.00, convívio, na freg. de Azazede.

- **Vila Nova de Poiares** — dia 8, às 13.00, magusto.

Distrito de Évora

- **Montemor-o-Novo** — dia 7, às 16.00, sessão solene,

com a participação de Maria da Piedade Morgadinho, membro do CC do PCP, no Auditório da Câmara Municipal; dia 15, às 21.30, espectáculo de danças e cantares do Azerbaijão, no Teatro Curvo Semedo (Assoc. P.-URSS).

- **Mora** — dia 7, às 20.30, sessão, no CT de Mora.

Distrito de Faro

- **Lagos** — dia 7, às 21.00, colóquio, no CT.
- **Faro** — dia 8, almoço, no CT.
- **Portimão** — dia 8, almoço, no CT.
- **Olhão** — dia 8, almoço, no CT.
- **V. R. St.º Ant.º** — dia 8, almoço com intervenção política, no CT.
- **Faro** — dia 11, espectáculo de danças e cantares do Azerbaijão, no Cinema Santo António. (Assoc. P.-URSS).

Distrito de Leiria

- **Leiria** — dia 7, a partir das 18.00, jantar-convívio e projecção de filmes, no Parque de Campismo da Praia do Pedrógão.
- **Caldas da Rainha** — dia 8, às 13.00, almoço-convívio, com intervenção de Joaquim Gomes, membro do Sec. e da C. Política do CC do PCP, no CT.

Distrito de Lisboa

- **Lisboa** — dia 5, às 17.30, projecção de filme e debate, com a participação de Aurélio Santos e Blasco Hugo Fernandes, no CT Chiado.
- **Algés** — dia 6, às 21.00, projecção de filme, no CT.
- **Torres Vedras** — dia 6, às 21.30, espectáculo de danças e cantares do Azerbaijão no Cine-Teatro Ferreira da Silva, promovido pela Assoc. Port.-URSS e o apoio da Câmara Municipal de Torres Vedras. (Assoc. P.-URSS).

Porto

Iniciativa político-cultural a realizar a 7 e 8 de Novembro no Palácio de Cristal — Porto.

Distrito de Portalegre

- **Avls** — dia 7, às 21.00, colóquio, na Casa do Povo.
- **Campo Maior** — dia 7, às 21.00, colóquio.
- **Montargil** — dia 7, às 20.30, colóquio, na Casa do Povo.

Distrito de Vila Real

- **Vila Real** — dia 7, às 15.30, magusto e projecção de filme, no CT.
- **Dornelas** — Boticas — dia 8, às 15.00, magusto.

Distrito de Viseu

- **Viseu** — dia 6, às 20.00, jantar-convívio, no restaurante o «Carvão» (Assoc. P.-URSS). Inauguração de 2 exposições, no Salão do Museu Almeida Moreira (Assoc. P.-URSS).
- **Lamego** — dia 6, às 21.00, projecção de filme, com intervenção de José Brinquete, na Esc. Sec. de Almacave. Dia 15, às 16.00, convívio-/magusto.
- **Caramulo** — dia 7, às 21.00, projecção de filme, com intervenção de José Telles, na Assoc. «Os Modestos».
- **São Pedro do Sul** — dia 8, às 15.30, convívio-festa, com a participação do Grupo de Música Popular Portuguesa «O Trigo» e interv. de Carlos Fraião, membro do CC do PCP.
- **Mangualde** — dia 8, às 16.00, projecção de filme, e intervenção de Fernando Rodrigues, membro do CC do PCP.

Distrito de Viana do Castelo

- **Vilar de Mouros** — dia 7, às 15.00, magusto e projecção do filme «Rev. Out.».
- **Caminha** — dia 7, inauguração de exposição nos Paços do Concelho de Caminha.
- **Paredes de Coura** — dia 7, às 21.30, magusto e projecção de vídeo, nos Bombeiros (?).
- **Viana** — dia 7, às 15.00, exposição sobre o 7 Nov., no CT. — dia 7, às 21.30, magusto e projecção de filme, no CT.

Distrito de Santarém

- **Alpiarça** — dia 7, às 21.00, exposição e projecção de filme.
- **Chamusca** — dia 7, às 21.00, torneio de damas, vídeo e sessão.
- **Vale de Cavalos** — dia 7, sessão e filme, às 21.00.
- **Entroncamento** — dia 7, exposição, sessão e filme, às 21.00.
- **Benavente** — dia 8, almoço-/convívio, filme e exposição, às 13.00.
- **Santarém** — dia 5, espectáculo com Grupo de Danças e Cantares da URSS, às 21.00, no Cine Teatro Rosa Damasceno (Assoc. P.-URSS). — De 5 a 7/Nov., exposição, projecção de filmes e vídeo (Assoc.).

Distrito de Setúbal

- **Almada** — dia 6, sessão com projecção de filmes, às 21.30, no CT Almada. No mesmo dia, às 21.30, no CT Concelhio (Av. Prof. Egas Moniz-48), colóquio com o camarada Dias Lourenço.
- **Cova da Piedade** — dia 7, almoço-convívio, às 13.00, na Escola Primária n.º 14A.

- **Casebres** — dia 7, sessão, às 21.00.
- **Canal Caveira** — dia 7, baile, às 21.00.
- **Baixa da Banheira** — dia 7, xadrez, às 10.00, no Ginásio Atlético Clube (Assoc. P.-URSS); dia 7, encontro de resistentes ao fascismo, às 21.00, no Ginásio Atlético Clube, com a participação de Miguel Urbano Rodrigues (Assoc. P.-URSS); dia 7, projecção de filme, às 21.00, no Ginásio Atlético Clube (Assoc. P.-URSS); dia 8, xadrez, às 10.00, no Ginásio Atlético Clube (Assoc. P.-URSS).
- **Montijo** — dia 7, às 13.00, debate sobre o 70.º Aniversário da Revolução de Outubro, com a presença de Luísa Araújo.

- **Alvalade-Sado** — dia 7, colóquio, na Casa do Povo, com um representante da Embaixada. (Promovido pela Casa do Povo).

- **Palmela** — dia 7, às 15.00, debate sobre o 70.º Aniversário da Revolução de Outubro, com a presença de Manuel Correia e passagem vídeo, na Sociedade Humanitária Palmelense.

- **Pegões** — dia 7, almoço-/convívio, às 13.00, com a participação de Luísa Araújo, membro do Secr. do CC do PCP.

- **Seixal** — dia 6, sessão, às 21.30, no CT, com a presença de Vilaverde Cabral e projecção de filme.

- **Setúbal** — dia 7, jantar-convívio (Assoc. Port.-URSS); dia 8, colóquio, no Salão Nobre da Câmara Municipal Setúbal (Assoc. P.-URSS); dia 9, espectáculo de Folclore do Azerbaijão, às 21.30, no Luísa Tody (Assoc. P.-URSS).

Madeira

- **Funchal** — dia 7, exposição, filme e convívio, às 15.00, no CT.

Emigração

- **RFA** — jantar comemorativo: dia 7 — Dusseldorf; magusto Babenhausen; convívio Maiz. Dia 8 — piquenique Pfortzheim.
- **Holanda** — dia 8, almoço-/convívio, Amsterdão, c/Martins Coelho, membro do CC do PCP.
- **Luxemburgo** — magusto.

Açores

Para assinalar o 70.º aniversário da Revolução de Outubro, o PCP promove um conjunto de iniciativas, incluindo projecção de vídeo e exposição alusiva a esta data, nas seguintes localidades: **Horta**, dia 6, às 21.00, no CT; **Ponta Delgada**, dia 7, às 15.00, no CT; **Angra do Heroísmo**, dia 7, às 20.00, no CT e em **S. Roque do Pico**, dia 8, às 16.00, no CT.

Quinta

• LISBOA

Ler e Dialogar», hoje dedicado às «Crónicas Algarvias», de Manuel da Fonseca. No Auditório do CT Vitória, às 21.00.

Sexta

• FELGUEIRAS

Reunião, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• LARANJEIRO

Plenário de Organização, às 21.30, no Centro de Trabalho, com o camarada João Bernardino.

• FALAGUEIRA

Plenário de militantes da freguesia da Falagueira/Venda Nova, às 21.30, na Sociedade Filarmónica Recreio Artístico da Amadora.

Sábado

• PALMELA/ /PINHAL NOVO

Magusto, às 19.30, no Centro de Trabalho.

• SEIXAL/AMORA

Almoço-convívio com magusto, às 13.00 no Centro de Trabalho.

• ALCOCHETE

Encontro concelhio de eleitos CDU.

• BARREIRO

Magusto, convívio, projecção de vídeo, às 20.30, no Centro de Trabalho concelhio, com a presença de Álvaro Mateus.

• SETÚBAL

Plenário de activistas de células de empresa do concelho, às 14.30, no Centro de Trabalho.

• FUNDÃO

Convívio, às 15.00, no CT.

• COVILHÃ

Convívio, às 15.30, no CT.

• ALHOS VEDROS

Debate: «A Juventude e a Alternativa Democrática».

• BAIXA DA BANHEIRA

Magusto e projecção de filme.

Domingo

• COVILHÃ

Encontro Regional de Quadros, na Escola Central da Covilhã. «Para um PCP mais forte e interveniente», com os camaradas Domingos Abrantes e José Soeiro.

Segunda

• LISBOA

Sessão, sobre a actual situação do Teatro, às 21.30, no Centro de Trabalho Vitória.

• MATOSINHOS

Reunião plenária, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Terça

• MONTIJO

Magusto, às 20.00, no Centro de Trabalho.

• LANÇADA/ /MONTIJO

Magusto, às 20.00 em casa do tio Albino

• CALDAS DA RAINHA

Convívio de S. Martinho, às 21.00 no Centro de Trabalho.

Marinha Grande

**Festival da Juventude
«Viva a Festa»
6,7 e 8 de Novembro**

Amanhã (6.ªfeira)

19 h — Abertura da exposição de artes plásticas no Sport Operário Marinhense. Até 16 de Novembro, um convite para apreciar arte jovem. À mesma hora, abertura do torneio de ténis de mesa na colectividade «A Ordem».

Sábado

15 h — Continuação do torneio de ténis de mesa (2.ª eliminatória), no Sport Operário Marinhense.

22 h — Concerto de rock com os **Rádio Macau** (apresentação do novo álbum), na «Ordem».

Domingo

17 h — Final do torneio de ténis de mesa (Sport Operário).

19 h — Vídeo gigante: espectáculo para 5 horas, no Sport Operário.

Iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa (JCP)



Encontro Distrital de Quadros da DORL do PCP

Dias 7 e 8 na

**Voz do Operário
Lisboa**

«O Partido e o trabalho de massas na situação política actual»

TV o Programa

Quinta

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela «Tudo ou Nada» 42.º epis.
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório TV
17.35 — Sumário
17.40 — Brinca Brincando
18.25 — Série «Gira Mundo»
18.55 — Série «O Império de Carson»
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico



20.15 — Telenovela «Roque Santeiro»
21.10 — Primeiro Andamento «Sonatas de Beethoven por Sequeira Costa»
21.30 — Telemundo
22.00 — Série «Anastásia»
24.05 — 24 Horas
23.40 — Remate.

RTP2

13.15 — Telenovela «Os Imigrantes», 122.º epis.
14.05 — Pano Para Mangas
15.35 — Série «As Blue Bell»
16.30 — Countdown
18.00 — Ponto por Ponto
19.00 — Simon Show
19.55 — Série «Hitchcock Apresenta...»
20.20 — Série «Os Malucos do Circo»
20.50 — Montra de Livros
21.00 — Jornal das Nove
21.35 — Já Está!
22.55 — Série «As Telas da Lei».

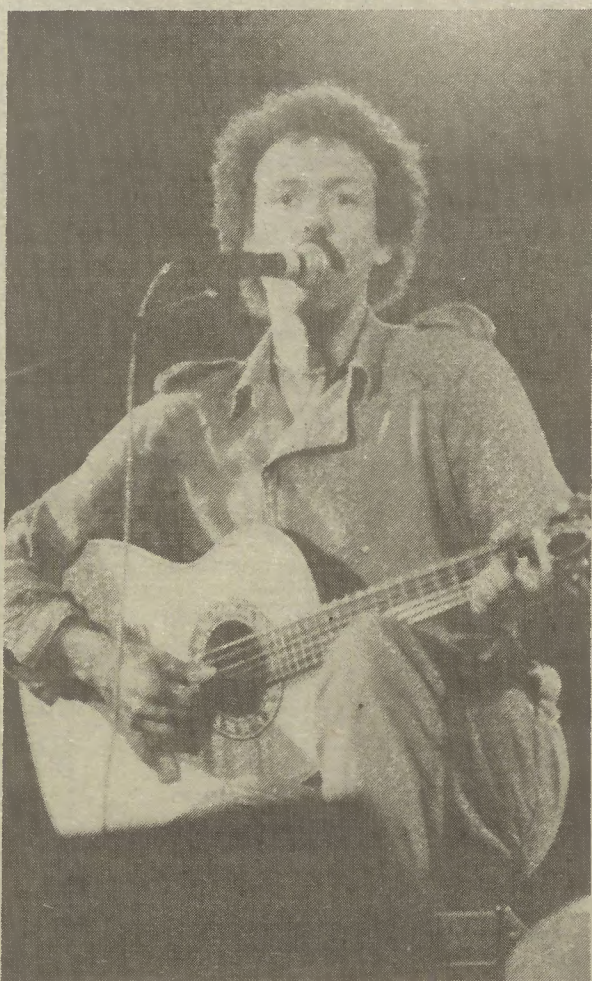
Sexta

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela «Tudo ou Nada»
13.00 — Ciclo Preparatório TV
17.35 — Sumário
17.40 — Brinca Brincando
18.20 — Série «Os Anos Não Contam»
18.55 — Série «O Império de Carson»
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico
20.15 — Telenovela «Roque Santeiro»
21.10 — Série «Scandinavian Connection», 1.º epis.
22.15 — O Programa das Festas
22.45 — 24 Horas
23.15 — Remate
23.25 — Pela Noite Dentro «You can't go home again».

RTP2

13.15 — Telenovela «Os Imigrantes»
14.00 — Agora, Escolha!
15.35 — Série «O Mundo é um Palco»
16.30 — Trinta Minutos Com...
17.00 — Countdown
18.00 — Ponto por Ponto
19.00 — Simon Show
19.55 — Série «Hitchcock Apresenta»



Sábado, na RTP-1 — às 22.25 — «Deixem Passar a Música» com Carlos Mendes

20.20 — Série «Os Malucos do Circo»
20.50 — Montra de Livros
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Clube de Jornalistas



22.00 — Série «Fanny e Alexandre»
23.00 — Troféu

Sábado

RTP1

09.00 — Juventude e Família
12.00 — Série «Defesa do Ambiente»
12.30 — Série «Estrada Larga»
13.00 — Notícias
13.10 — Série «Especial National Geographic»
14.00 — Parlamento
14.30 — Série «Lucky Luke»
15.00 — Concurso «Sobe e Desce»
16.00 — Sessão da Tarde «The other woman»
17.30 — Fisga
18.25 — Viva a Música
19.05 — Totoloto
20.00 — Jornal de Sábado
21.00 — Boletim Meteorológico
21.05 — Série «A Relíquia»
22.25 — Deixem Passar a Música «Carlos Mendes»
23.20 — Cinema da Mela-Noite «Dilinger»

RTP2

09.00 — Compacto Countdown
13.00 — Compacto «Tudo ou Nada»
16.00 — Troféu
20.00 — Almanaque
20.05 — Som da Surpresa «Jazz»
21.05 — Série Strindberg
21.55 — Concorde ou Talvez Não.

Domingo

RTP1

09.00 — Juventude e Família
11.15 — Missa
12.00 — 70x7
12.30 — TV Rural
13.00 — Notícias
13.10 — O Som da Casa
14.05 — Série «A Casa de Irene»
14.25 — Série «Cosmos»
15.30 — Primeira Matinée «O Mundo nos seus Braços»
17.30 — Clube Amigos Disney
18.45 — Série «Um Anjo na Terra»
19.35 — Saber Saúde
20.00 — Jornal de Domingo
20.30 — Boletim Meteorológico



20.40 — Série «O Polvo 3»
22.35 — Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 — Music Box
10.00 — Troféu
12.30 — Juventude e Família
13.00 — Caminhos
13.20 — Novos Horizontes
13.40 — TV Mulher
14.10 — Série «A Evolução do Homem»
15.00 — Troféu
17.00 — Seja Bem Vídeo
18.00 — Série «A Tia de Frankenstein»
18.55 — Plano Bar
19.55 — Almanaque
20.00 — Quem Sai aos Seus...
20.25 — Arte e Letras
21.25 — Cine Clube Obras Primas do Cinema Mudo Americano «O Ladrão de Bagdad»

Segunda

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela — «Tudo ou Nada»
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório TV
17.35 — Sumário
17.40 — Brinca Brincando
18.20 — Série — «Grande Ecrã»
19.00 — Série — «O Império de Carson»
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico
20.15 — Telenovela — «Roque Santeiro»
21.15 — Concurso — «Saber a Valer»
22.15 — Série — «A Clínica da Floresta Negra»
23.10 — 24 Horas
23.40 — Remate.

RTP2

13.16 — Countdown
14.00 — Agora, Escolha!



15.30 — Eurovisão — «Concurso para Jovens Bailarinos»
16.30 — Trinta Minutos Com...
17.10 — Telenovela — «Os Imigrantes»
18.00 — Ponto Por Ponto
19.00 — Simon Show
19.50 — Almanaque
19.55 — Série — «Hitchcock Apresenta»
20.20 — Série — «Os Malucos do Circo»
20.55 — Montra de Livros
21.55 — Teatro — «O Pai», de August Strindberg.

Terça

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela — «Tudo ou Nada»
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório TV
17.35 — Sumário
17.40 — Brinca Brincando
18.20 — Série — «A Mão — O Homem em Projecto»
18.50 — Série — «O Império de Carson»
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico
20.15 — Telenovela — «Roque Santeiro»
21.15 — Programa da Direcção de Informação
22.15 — Série — «Acção em Miami»
23.05 — 24 Horas
23.35 — Remate.

RTP2

13.16 — Countdown
14.00 — Dois Dedos de Conversa
15.30 — Série — «Quando as Mulheres Triunfam»
16.30 — Trinta Minutos Com...
17.10 — Os Imigrantes
18.00 — Ponto Por Ponto
19.00 — Simon Show
19.50 — Almanaque
19.55 — Série — «Hitchcock Apresenta»
20.20 — Série — «Os Malucos do Circo»
20.55 — Montra de Livros
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Série — «Lá em Casa Tudo Bem»
22.00 — Cinemadois — «Grandeur et Decandence d'un Petit Commerce de Cinema».

Quarta

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela — «Tudo ou Nada»
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório TV
17.35 — Sumário

17.40 — Brinca Brincando
18.20 — Série — «Portugal de Faca e Garfo»
18.50 — Série — «O Império de Carson»
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico
20.15 — Telenovela — «Roque Santeiro»
21.15 — Vamos Jogar no Totobola
21.30 — Lotação Esgotada — «Paragem de Autocarro», real. Joshua Logan (EUA/1956)
23.05 — 24 Horas
23.35 — Remate.

RTP2

13.16 — Countdown
14.00 — Agora, Escolha!
15.30 — Plano Bar
16.30 — Trinta Minutos Com...
17.10 — Os Imigrantes
18.00 — Ponto Por Ponto
19.00 — Simon Show
19.50 — Almanaque
19.55 — Série — «Hitchcock Apresenta»
20.20 — Série — «Os Malucos do Circo»
20.55 — Montra de Livros
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Fantasia e Realidade
22.00 — Clube de Imprensa
22.45 — Série — «Crime Organizado nos EUA».

Teatro

• LISBOA

Caixa Económica Operária, Rua Voz do Operário, 64. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Kartoteka**, de Tadeusz Rozewicz, enc. de António Solmer.

Comuna, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17.30. **O Urso na Cama**, de José A. Gouveia.

Sala Nova, de 3.ª a sáb. das 21.30, dom. às 17.00. **Os Dois Corcundas e a Lua**, de Richard Demarcy, enc. João Mota.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **A Dama do Maxim's**, de Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado e Flávio Gouveia, enc. de César Oliveira.

Theatro Gymnásio, Rua Nova da Trindade, 5. **Calderón de Pier Paolo Pasolini**, enc. Mário Feliciano.

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. **Toma Lá Revista**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Socorro... Sou uma Mulher de Sucesso**, com lo Apoloni.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Metro-Cabaret**, de Fernando Gomes.

Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Senhoras das Quintas-Feiras**, de Loleh Belon, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Críada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• PORTO

Sala do Povo Portuense, Rua de Ca-



mões. 578. **Tio Vania**, de Anton Tchekov pela **Seiva-Trupe**, enc. Fernando Umaña.

Sede da Caixa de Pandora, Rua de N. Senhora de Fátima. **O Marinheiro**, de Fernando Pessoa, enc. de Fernando Costa.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balbeário Dr. Paulo Borba. 5.ª, 6.ª, sáb. e dom., às 21.30. **Boavida e o Diploma**, de Luigi Pirandello,

pelo **Teatro de Animação de Setúbal**, enc. de Carlos César.

Para Crianças

• LISBOA

Comuna, sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom. às 15.00. **Viagem**, de Sophia de Mello Breyner, enc. de João Brites, pelo o Grupo o Bando.

TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo.

Cinema

A selecção

...e ainda

Música, debates, etc.

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Os Intocáveis	★★	—	★★	—	★★
B	Jardins de Pedra	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
C	Mélo	—	★★★★	★★★	★★★★★	★★★★
D	Nascido para Matar	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
E	O Navio	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
F	O Sacrifício	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★	—

A — Real. Brian de Palma — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 14.00, 16.30, 19.00, 24.00; Mundial/1 (13.45, 16.15, 18.45, 21.30); — Lisboa.
 B — Real. Francis Ford Coppola — Ávila (14.45, 17.00, 19.10, 21.45, 23.45) — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Alain Resnais — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Stanley Kubrick — Amoreiras/6 (13.45, 16.15, 18.45, 21.30, 24.00); Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); 7.ª Arte (14.45, 17.00, 19.10, 21.45, 24.00); Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa.
 E — Real. Federico Fellini — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 F — Real. Andrei Tarkovsky — Quarteto/5 (15.00, 18.30, 21.30) — Lisboa.

Classificação de ★ a ★★★★★

Exposições

LISBOA

Ana Gonçalves — Tecidos. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

70.º Aniversário da Revolução Socialista de Outubro. Centro de Trabalho Vitória, Av. da Liberdade. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 22.00, sáb. das 11.00 às 19.00, dom. das 15.00 às 19.00 (até 12/11).

António Carmo — Desenho «Poesia e Trabalho». Cooperativa de Gravadores Portugueses, Trav. do Sequeiro, 4, r/c (até 15-11).

António Poteiro e Souza Netto — Cerâmica. Galeria Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 10/11).

António Sena — Desenho. Loja de Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B.

Colectiva — Pintura e escultura. Galeria Escada, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª, das 14.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 21/11).

Colectiva — Artex. Galeria, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00.

Colectiva — Galeria Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

Colectiva — Galeria Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00.

Colectiva — Galeria de São Bento, Rua do Machadinho, 1.

Desenhos Realistas — Oito Artistas Portugueses da RFA. Sociedade Nacional de Belas-Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Diariamente das 14.00 às 20.00.

Eduardo Teixeira — Pintura. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 3/12). Inaugura amanhã.

Ernesto de Sousa — «Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

IV Exposição Nacional de Gravura — Fundação Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias, Av. de Berna, 45.

Fátima Vaz — Pintura. Galeria Ana Isabel,

Rua da Emenda, 111-1.º. De 2.ª a sáb., das 14.00 às 19.00 (até 21/11).

Galeria Nasoni em Lisboa — Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A.

Homenagem a Peniche Galvêas — Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb., das 10.00 às 13.00.

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Instrumentos Musicais — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (ao Restelo).

Isabel Meyreles e Cruzeiro Seixas — Escultura e desenho. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb., das 14.30 às 19.30 (até 14/11).

José António Cardoso — Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101.

José Esteves — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36.

José Luís Tinoco — Pintura. Sociedade Nacional de Belas-Artes. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 18/11).

Luis Newparth — Escultura. Galeria Quadrum, Rua Alberto de Oliveira, 52 Coruchéus. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 7/11).

Luísa Correia Pereira — «Tarot, cartas de um jogo». Sociedade Nacional de Belas Artes. Diariamente das 14.00 às 20.00 (até 8/11).

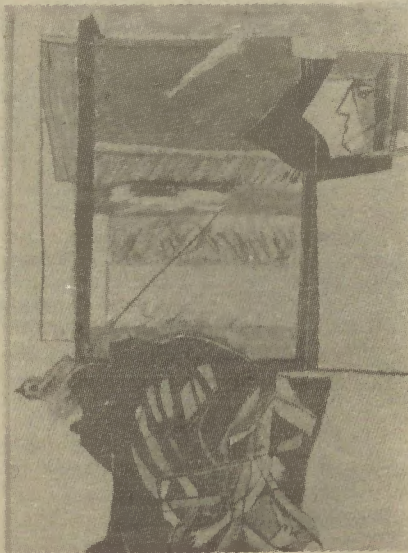
Maria Irene Ribeiro — Gravura «Um Certo Jardim em Angra». Atelier 15, Rua Freitas Gazu, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 3/11).

Marcos Duprat — Galeria Bertrand, Livraria Bertrand do Chiado.

Manuel João Vieira — Desenho e pintura. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. dom. das 16.00 às 19.00 (até 8/11).

Manuel San-Payo — Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. Inaugura hoje.

Murilo Mendes — «O Olhar do Poeta». Centro de Arte Moderna.



Eduardo Teixeira na «Galeria da Voz do Operário»

Pintura Maneirista — Do Museu Nacional Machado de Castro de Coimbra. Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16.

Projectos de Design Industrial IADE — Palácio Pombal, Rua do Alegrim, 70.

«Têxteis Mexicanos» — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

PORTO

Augusto Canedo — Pintura. Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33/130. De 3.ª a sáb., das 15.00 às 20.00 (até 20/11).

III Bienal de Desenho da Arvore — Antologia de desenho do século XX com 145 trabalhos. Mercado Ferreira Borges.

Colectiva — Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

Colectiva — Pintura. Galeria Antiqua, Rua Dr. Júlio de Matos. Todos os dias das 16.00 às 20.00 (até 10/11).

Exposição Nacional de Arte Moderna

— Amadeu de Souza Cardoso. Casa de Serralves, Rua de Serralves, 977/999.

«Figuras» — Fundação Engenharia António de Almeida, Rua Tenente Valadim, 231. De 2.ª a sáb., das 14.30 às 18.30.

Manuel Magalhães — Fotografia. Galeria Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777, Loja 8. De 3.ª a dom., das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 11/11).

OUTRAS LOCALIDADES

Jules Heyndels — Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço — ALMANSIL (até 14/11).

Gravuras da Coleção Calouste Gulbenkian — Museu do abade de Baçal (até 15/11) BRAGANÇA.

Delfim Maya — Exposição comemorativa do centenário do escultor. Museu José Malhoa — CALDAS DA RAINHA.

Francisco Elias — Cerâmica e miniaturas. Museu de Cerâmica (até final de Outubro) — CALDAS DA RAINHA.

Colectiva — Círculo de Artes Gráficas, Rua Castro Matoso, 19 — COIMBRA.

Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

Fabrica de Cerâmica — Museu Nacional de Ciência e Técnica, R. da Ilha (junto à Sé Velha) — COIMBRA.

Bernardo Marques — «A entrega de um olhar». Galeria de Colares, Rua Fria, 2 (até 15/11) COLARES.

Colectiva — Pintura, arte romana e azulejos dos séculos XVII e XVIII. Galeria Constança, R. Luís de Camões. De 4.ª a dom. das 14.00 às 20.00. CONSTANÇA.

Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal — MONTEMOR-O-NOVO.

Azulejos Originais Portugueses — Galeria de Arte Espiral, Centro Comercial das Palmeiras, loja 14. Diariamente das 14.00 às 22.00. OEIRAS.

William Beckford e Portugal — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — QUELUZ.

1.ª Bienal de Arte — Antigo Casino, Galeria do Turismo e Palácio Nacional de Sintra (sala das Galés) — SINTRA.

António Cerveira Pinto — «Livro Arbitrio em Três Dimensões». Galeria Universum. Casa-Museu Alvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 28/11) — TAVIRA.

«Uma Casa-Museu para Alvaro de Campos» — Documental. Galeria da Câmara Municipal. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.30 (até 15/11) — TAVIRA.

D. Fernando II — Documental. Museu Biblioteca da Casa de Bragança. De 3.ª a dom. das 9.30 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — VILA VIÇOSA.



Dança

Centro de Arte Moderna. R. Nicolau Bettencourt. Sala Polivalente — Aspectos da Dança Contemporânea: dia 5, às 18.30, dias 6 e 7, às 16 e às 21.30, e dia 8, às 16 horas, actuações da companhia americana **Stephen Petronio Company**.

Pavilhão dos Desportos. Parque Eduardo VII. Dia 7, às 21 horas, actuação do **Conjunto Estatal de Danças de Azerbaijão**.

Conjunto Estatal de Danças de Azerbaijão.

Teatro Municipal de São Luís. R. António Maria Cardoso. Dia 5, às 21.30, actuação da companhia francesa **ARCOR**, de Christine Gerard e Daniel Dobbels, com o espectáculo «Pas-sion» integrado pelos bailados «Sans Connaissance» e «Automnales».



Dias da URSS

Uma diversificada série de manifestações culturais assinalará em Portugal o 70.º aniversário da Revolução de Outubro. **Dança, debates, cinema** são os pontos mais altos do programa.

Conjunto Estatal de Danças e Cantares do Azerbaijão — actua até 15 de Novembro em localidades do centro e sul do Continente, deslocando-se também à Região Autónoma da Madeira de 16 a 23 de Novembro. Espectáculos programados para esta semana:

— hoje — **Santarém**, Teatro Rosa Damasceno

— amanhã, dia 6 — **Torres Vedras**, Cine-Teatro Ferreira da Silva

— dia 7 — **Lisboa**, Pavião dos Desportos

— dia 9 — **Setúbal**, Teatro Luisa Todi

— dia 11 — **Faro**, Cine-Teatro St.º António.

Estes artistas da dança folclórica, que representam a sua

a 750\$00, excepto para sócios — 200\$00 — e são gratuitos para crianças até aos 11 anos.

O Azerbaijão está ainda representado numa **exposição de arte decorativa** (com relevo para os famosos tapetes que conhecemos por «persas» mas que são de facto representativos de toda aquela zona do Médio Oriente), patente no Salão de Exposições da Câmara Municipal da **Amadora** a partir de amanhã à tarde.

Quanto a **Cinema** — há dois ciclos a assinalar:

— O primeiro, que decorre até terça, dia

10, no **Quarteto/Lisboa**, é uma **retrospectiva de Nikita Mikhaïkov**, inclui 6 filmes e é uma iniciativa da Associação Portugal-URSS e do Festival de Troia;

— O outro é uma **Semana do Cinema Soviético** sob a égide da Associação, que tem início no dia 11, quarta-feira próxima. Inclui 10 filmes de 10 diferentes realizadores, projecta-se em 4 ou mais sessões diárias na mesma referida sala de Lisboa, e na 1.ª sessão (sempre às 14.30) os sócios da Portugal-URSS têm direito a descontos no preço dos bilhetes.



Cinema

Destaque esta semana para o **III Festival Internacional de Cinema**, a decorrer em Tróia, a decorrer em Tróia. No cinema participam filmes de praticamente todos os continentes, sendo de assinalar o dia 8, que é dedicado ao cinema Espanhol.

Portugal está representado por um filme de Ponces de Carvalho — «A Tartaruga Marinha» — a apresentar dia 7, às 10.15 h., no Estúdio 13. As sessões decorrem em simultâneo no Estúdio 13 e na sala B.

Música

No Hot Clube de Portugal. Praça da Alegria, 39. A 23.000 e 00.30. Dias 5 a 7, jazz com **Mário Gramacho** (sax tenor), **Mário Jorge** (guitarra, Xico Zé (baixo), **José Martins** (sintetizador) e **Rui Alves** (bateria).

Fundação Calouste Gulbenkian. Av. Berna, 45. **Grande Auditório:** dias 5, às 21.30, e 6, às 18.30, concerto pela **Orquestra Gulbenkian** sob a direcção do maestro **Max Rabinovits** com o solista **Franco Magglio Ormezewski**. Obras de Rossini, Enesco, Boccherini e Mozart, dia 7, às 21.30, concerto único pela **Orquestra Sinfónica de Montreal** com direcção do maestro **Charles Dutoit** e o pianista **Marc-André Hamelin**. Obras de Strauss, Rachmaninov, Murray Schaffer e Mussorgsky-Ravel; dia 9, às 18.30, **Howard Shelley** ao piano interpreta obras de Clementi, Debussy e Mussorgsky.

Auditório Dois: dia 10, às 18.30, recital por **Richard Higgins** (violoncelo) e **Malinee Perlis** (piano). **Átrio da Biblioteca/Museu:** dia 7, às 15, concerto pelo **Grupo Coral de Drakensberg** (África do Sul), dirigido pelo maestro **Christian Ashley Botha**.

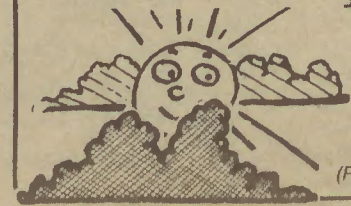
Aula Magna, 3.º Festival Internacional de Jazz-Lisboa 87; dia 7, às 21.30, espectáculo pelo **Quarteto de Lou Donaldson** com **Lou Donaldson** (sax alto), **Herman Foster** (piano), **Clarence Seay** (contrabaixo) e **Fukushi Tanaka** (bateria); dia 8, às 17, actua o **Quinteto de Tony Williams** com **Wallace Roney** (trompete), **Donald Braden** (sax tenor), **Mulgrew Miller** (piano), **Char-nett Moffet** (contrabaixo) e **Tony Williams** (bateria). Preços: de 750\$00 a 1500\$00.

Teatro S. Carlos, Largo de S. Carlos, 11. Dia 10, às 21.30, concerto com a soprano **Elizete Bayan**, o tenor **José Manuel Araújo**, o pianista **João Paulo Santos** e o **Coro do Teatro S. Carlos** sob a direcção do maestro **Gianni Beltrami**. Interpretam árias e coros das óperas **Ernani**, **Attila**, **Nabucco**, **McBeth** e **Força do Destino**, de Verdi.

Teatro S. Luís, R. António Maria Cardoso, 40. Entrada livre. **Ciclo Contrastes** — **Música Diálogo:** dia 8, às 11.00, participam **Luís Meireles** (flauta), **Teresa Xavier** (piano) e **Arnold Allum** e **Teresa Rocha** (dueto de violoncelos); dia 10, às 18.30, exemplificações por **Tânia Achot** (piano) e **Camérata Vocal de Lisboa** dirigida por **João Valeriano**. Comentários pelo maestro **José Atalaya**.

Tempo

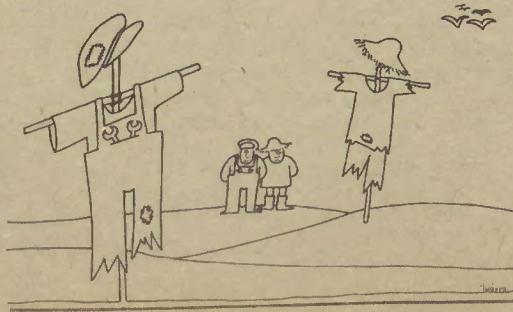
Fim de Semana



No **sábado**, céu geralmente pouco nublado, temporariamente muito nublado nas regiões do Sul. Vento fraco a moderado de Leste.

No **domingo**: céu muito nublado. Vento geralmente fraco. Possibilidades de aguaceiros.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



aTV

O caminho da Paz

Toda a propaganda, todas as manipulações foram inúteis: nos últimos tempos, a causa da Paz jogou trunfos decisivos. Chegámos a um ponto em que qualquer manobra dilatária dos Estados Unidos lhe causará, mesmo entre os amigos, prejuízos irreparáveis.

Algumas declarações de comentadores insuspeitos provam à evidência que foi a União Soviética quem sempre liderou o processo, torneando todas as dificuldades ou, como o povo diz, «dando-lhes a volta».

Facto exemplar foi o problema de inspecção no local sempre que um dos contratantes o achasse necessário. Reagan estava convencido, ao pôr essa questão das prioridades, que a situação ficaria bloqueada — e os soviéticos é que eram os maus da fita...

Eis, porém, que Gorbatchov avança direito à questão: Vocês querem a inspecção «in loco»? É para já!



Reagan e seus conselheiros entram em pânico. O quê? Então eles querem vir meter o nariz nas nossas coisas?

Mas já era tarde para recusarem...

Quem nos conta a história é o comentador Santos Pereira, do «Expresso», entrevistado nas 24 Horas.

Os fabulosos gastos em armamento

A realidade acaba sempre por fazer valer os seus direitos — que é como quem diz, o azeite vem sempre ao de cima...

Qual a razão do êxito do combate pela paz travado pelo governo soviético?

Fundamentalmente, por exigência da opinião pública mundial que, nesse combate, uniu gente de todos os credos, de todos os quadrantes sociais. Nenhuma força poderia ter a veleidade de se opor à vontade manifesta de todos os povos. Recorde-se que as maiores movimentações de massas se realizaram precisamente nos Estados Unidos...

Para além dessa, razões outras há a que o governo americano não pode ficar indiferente. Reconheceu-se finalmente que as despesas bélicas ocupam o maior quinhão na responsabilidade da crise bolsista agora desencadeada em proporções que causam o pânico. Logo, havia que pôr travão às quatro rodas. A ofensiva de paz da URSS apareceu, pois, na altura ideal.

Igualmente, o já citado Santos Pereira lembra que a URSS tem interesse em fortalecer a paz a fim de canalizar o máximo de meios para o desenvolvimento da sua indústria.

Implícita, portanto, a sinceridade da posição soviética: não se trata de levar ao engano os Estados Unidos, como em tempo de guerra-fria pretenderam os falcões da NATO. Trata-se de pôr ao serviço da paz os esforços exigidos pelo «terror nuclear».

Sem dúvida: nunca a esperança teve, como agora, tanta força. E para compreendermos isso, basta um pouco de atenção a certas coisas que se dizem na televisão...

Criminosos não são guerrilheiros

A Renamo cometeu mais um crime. Desta vez, foram duas centenas de civis (homens, mulheres e crianças) chacinados.

Telejornal deu a notícia, perdida lá pelo meio do trabalho. Deu-o, sim, de um modo frio, distante, «imparcial». Ou seja, nenhum clima emocional que ela sabe tão bem recriar quando lhe convém. Tudo a seco, indiferente, como se o crime não tivesse nada a ver conosco...

É isto que **Telejornal** e a **Imprensa** classificam de «guerrilheiros». Guerrilheiros que assassinam as povoações — que contra-senso!

Curiosamente, vinha de Washington a opinião de que, para haver paz em Moçambique, era necessária a reconciliação...

Como é? Reconciliação entre um Estado legítimo e o banditismo?

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Veja a diferença...

Se não poupa, ou seja, **se não aforra** 300 contos por ano; se, em cada dez pessoas por que passa (na rua, no autocarro, no comboio, nalgum carro da zona da Guarda, Vila Real ou Casebres), uma-e-meia não joga na Bolsa — se assim é, anda fora do mundo e **não é bom português**.

Se não reparou, verá agora: no fim da semana tivemos o Dia Mundial da Poupança, que veio à imprensa. Por um lado com um estudo (feito por quem?) divulgado pela Lusa, e, por outro, com variadíssima publicidade disfarçada, inclusive o «Roteiro» de títulos e «entradas» que extraímos de um suplemento especial de um semanário, coisa *muy poco seria* e governamentalmente alinhadíssima — e veja-se a história das pensões alternativas ao Estado-Providência — dedicada a convencer-nos das variadas oportunidades, possibilidades e vantagens da poupança.

Os tópicos de um «roteiro» da poupança

• **«Poupança** — Os portugueses tiveram sempre tendência para encarar a poupança como forma privilegiada de encarar o futuro. Mesmo nos anos em que o consumo estava na ordem do dia. Uma década depois, proliferam entre nós as formas de investimento daquilo que se poupa. É disso que falamos, neste Dia Mundial da Poupança.

• **Poupança, investimentos e salários** — O aumento do rendimento real dos portugueses durante o ano passado, consubstanciado pelo crescimento dos salários reais, gerou acréscimos no consumo e no investimento. No seu relatório de 1986, divulgado na semana passada, o Banco de Portugal faz-nos o ponto da situação.

Prosseguiu a desaceleração dos preços no consumidor, tendo o crescimento do respectivo índice passado de 19,3 por cento em 1985 para 11,7 em 1986.

(...) Os salários reais aumentaram cerca de 5,5 por cento, em média. Esta recuperação não pôs em causa a melhoria da rentabilidade das empresas (...)

O consumo privado aumentou 7 por cento em termos reais em 1986. (...) [Mas.]

Ainda que se subtraíam os juros ao rendimento disponível e à poupança, observa-se um ligeiro decréscimo da taxa de poupança das famílias.

• **Já existem mais de dez modalidades de aforro** — No princípio dos anos oitenta, havia uma única forma de aplicação de poupanças em Portugal: os depósitos a prazo. Com a diminuição das taxas de juro e a modernização do mercado de capitais, as modalidades de aforro ultrapassam já a dezena.

• **Inflação marca o rumo da poupança** — Em cenários inflacionistas, a poupança tende a desviar-se para aplicações seguras e com rendimentos variáveis com a inflação, como sejam os depósitos bancários a prazo — foi lembrado no 1.º Seminário sobre Poupança e Investimento.

• **Fundos — excelentes «performances»** — Com a explosão do mercado accionista nas bolsas portuguesas em 1986, os bancos, as seguradoras, as grandes empresas e o IPE — Investimentos e Participações do Estado não perderam a oportunidade de pôr em marcha vários processos de constituição de fundos de investimento mobiliário.

• **Providência também é aplicação de poupança** —

A passagem de um esquema de Providência integralmente suportado pelo Estado, para um sistema onde as empresas e os trabalhadores também são agentes activos, transformou os descontos sociais numa forma alternativa de aplicação de poupanças. Em Portugal, tudo começou logo após a implantação da República.

• **Milionário com o Universal Life** — Agora a história é outra. O seguro de vida não é mais para alguém receber pela nossa morte, mas sim para nós recebermos pela nossa vida. Os novos seguros de vida, do tipo Universal Life, são um misto do antigo seguro de vida e de um produto financeiro de investimento.

• **Marketing financeiro chegou** — Como nos demais sectores de actividade, também o marketing financeiro, entendido como o processo de definição estratégica de actuação no mercado, faz o seu caminho, implanta-se nos conceitos, coordena procedimentos e impõe-se na integração das práticas.

• **Novas formas de vender seguros ao público** — A guerra comercial entre as companhias de seguros já começou. Para uns, trata-se de vender contratos por grosso, negociando directamente com empresas e grandes associações socioprofissionais. Para outros, o truque está em vender seguros nos supermercados.

• **Fundos de Pensões nascem da crise do Estado-Providência** — Os Fundos de Pensões são, sem dúvida, a forma mais actual da Providência Social. Numa entrevista concedida à «Revista das Empresas», Melícias Lopes, presidente das Mutualidades Portuguesas, fala-nos deste novo tipo de aplicação de poupança.

• **Renasce o interesse pelo imobiliário** — No ano passado, registaram-se 68 mil pedidos de empréstimos bancários para aquisição de casa própria. Enquanto isso, aparecem os contratos de desenvolvimento, as SGII e os Fundos Imobiliários. A habitação renasce em Portugal, como forma de aplicação de poupanças.

• **Três aspectos a ponderar** — As aplicações das poupanças devem ser efectuadas ponderando três aspectos essenciais: liquidez, segurança e rentabilidade de cada aplicação alternativa.

(«Poupança», suplemento de «Semanário», 31 Out.)

Milionários...

• «Com as minhas decorações ganho 2,8 milhões de contos por ano.» Poras é o principal decorador e desenhador texano. Com um sorriso permanente nos lábios, aos 40 anos Poras vende uma determinada maneira de viver característica de gente milionária, o que lhe rende semestralmente a módica quantia de 1,4 milhões de contos.

«Os texanos ricos gostam de modificar a decoração das casas quinquenalmente. Agora está em voga a decoração estilo Luís XV e Napoleão III. Transporte a mercadoria em contentores e desloco-me no meu jacto preto privado. Os texanos também gostam muito de construir a casa dos seus sonhos. Por isso, desenho casas de acordo com as respectivas personalidades e tipos de vida. Compro móveis em França e em Itália, normalmente a antiquários famosos. A maioria dos meus clientes têm segundas casas no Canadá e em Santa Fé. No Verão passado decorei 18 quartos Luís XV e Haute Époque.

Evidentemente que sou riquíssimo. Os meus ranchos no Missuri e no Texas, com uma área de 3000 hectares, têm todas as ruas asfaltadas e esculturas nos campos que bastante divertem o gado. Cada peça de gado está oficialmente registada como reprodutora e avaliada em 140 mil contos por cabeça. Tenho 14 automóveis, incluindo 2 Rolls Royces, um Ferrari, um Maserati, etc.

A fita que uso no chapéu tem 103 carates de brilhantes, com uma esmeralda de 8 carates ao centro. No dedo uso um anel com trinta carates de brilhantes e rubis. É o máximo, não é?»

(«Correio de domingo», «Correio da Manhã», 1 Nov.)

... Remediados...

«É sabido que todos desejaríamos ter um «Rols Royce» mas, na realidade, a maioria não passa do Fiat 600.» (Nuno Abecasis a «Expresso», 31 Out.)

... e pobres

Quando Mário Soares contactava, na segunda-feira, com a população de Beja, numa das ruas da cidade, um garoto de nove anos causava a indignação do Presidente, que confessou na ocasião quase não se lembrar já de presenciar alguém descalço, para mais caindo água da forma como caía... Foi a sorte do garoto: — «O Baltazar — disse para o chefe da sua segurança — vai ali àquela sapataria, que o não quero ver mais descalço».

O episódio foi já relatado noutros jornais, mas parece que ainda ninguém contou que, quando, de botas já nos pés, o rapazito foi ao Presidente agradecer a dádiva, alguém que se encontrava mais perto da criança deu o seu sábio conselho: «O homem, deixa-te agora de agradecimentos! Vai mas é chamar os teus irmãos!»

(«Tempo», 29 Out.)

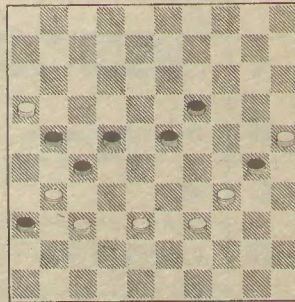
Máxima

«A verdadeira riqueza está em possuir apenas aquilo que se merece. E só se merece aquilo que, a pouco e pouco, por amor tiver sido conquistado»...

(Folheto publicitário distribuído com semanários de 31 Out.)

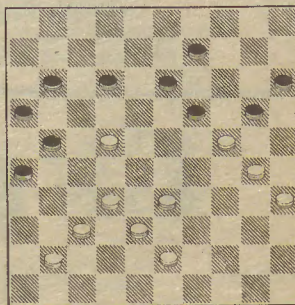
Damas

CXXVI — 5 de Novembro de 1987
Proposição N.º 126
Por: Avenel, 1966
Pr.: [7]: 19-21-22-23-27-30-36



Br.: [7]: 16-25-31-34-37-38-39
Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 126
Por: Matra
«Torneio de Vichy», 1978
Pr.: [10]: 9-11-12-13-15-16-19-20-21-26



Br.: [10]: 22-24-30-32-33-35-37-38-41-43
Jogam as brancas e fazem dama

Soluções do N.º CXXVI

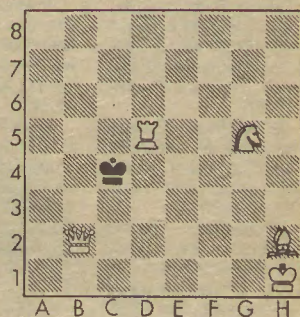
N.º 126 (a): 39-33 e 38-33 e 37-32 e 16x29 e 29-24 e 25x21+

Golpe N.º 126 M: 22-17! (11x22)
A 32-28 (20x29) 28x8 (13x2) 33x4=D
A Se: (20x29) 17x8...

■ **A. de M.M.**

Xadrez

CXXVI — 5 de Novembro de 1987
Proposição N.º 126
Por: Auguste d'Orville
«Problemes», Nuremberg 1842
Pr.: Rex Solus: Rq4



Br.: [5]: Cg5-Bh2-Td5-Db2-Rh1
Mate em dois lances

Jogo N.º 126
Bugojno, 1982
Br.: Kasparov — Pr.: Majdorf

1. d4, Cf6; 2. c4, e6; 3. Cf3, b6; 4. a3, Bb7; 5. Cc3, d5; 6. c:d5, C:d5; 7. é3, B67; 8. Bb5+, c6; 9. Bd3, Cc3; 10. b:c3, c5; 11. 0-0, Cc6; 12. e4, 0-0; 13. B63, C:d4; 14. C:d4, Tc8; 15. Dé2, Ca5; 16. Tf1, Dd6; 17. d5, é:d5; 18. é5, Dé6; 19. Cd4, D:é5; 20. Cf5, Bf6; 21. Dg4, Tc8; 22. Bd2, D: a1; 23. T:a1, B: a1; 24. C: g7, B: g7; 25. Bh6 as pretas abandonam.

Solução do N.º 126
Chave: 1. B65!
1. ..., R: d5; 2. Db5++

■ **A. de M. M.**